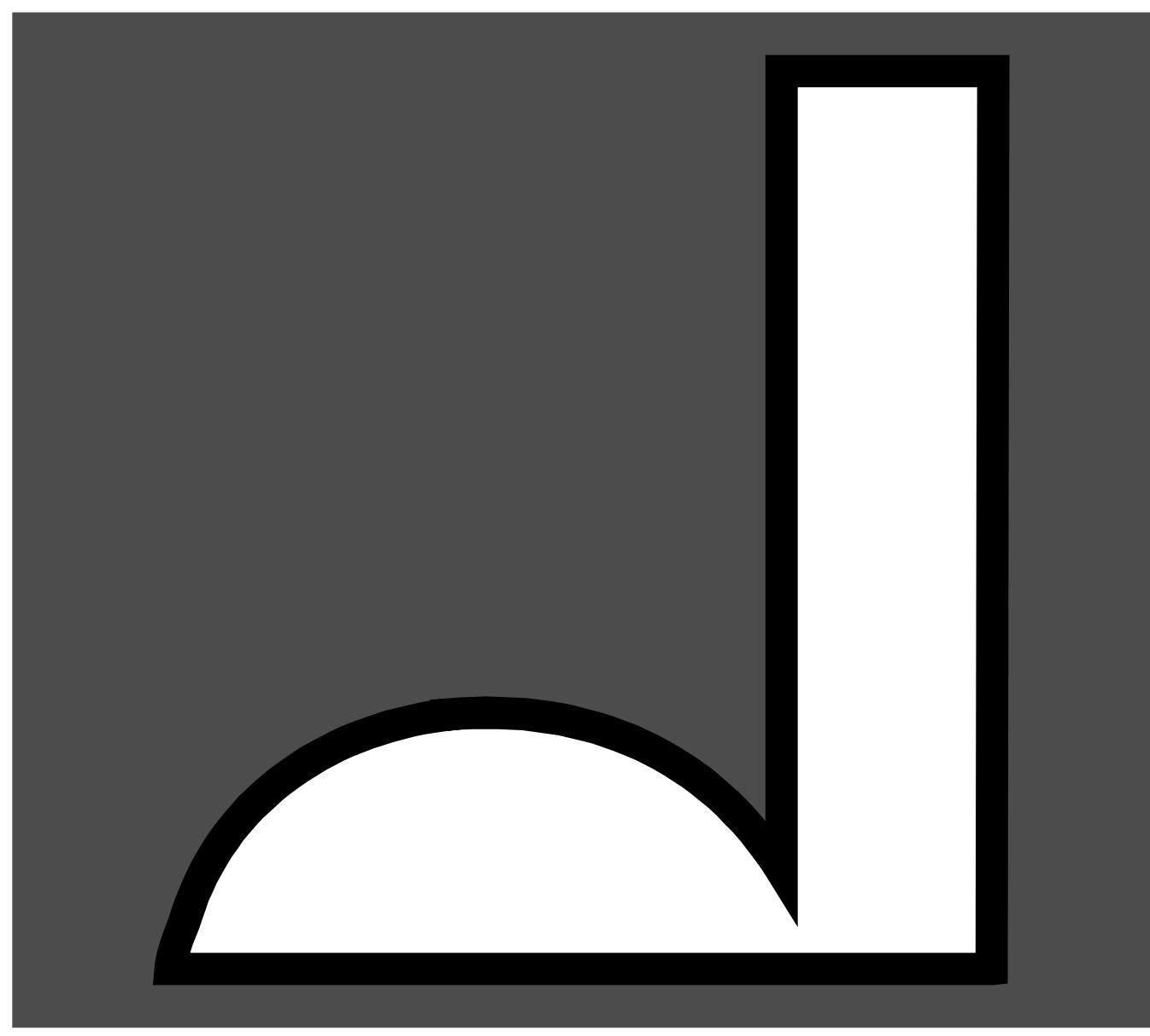




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

**ANO LIX – Nº 046 – TERÇA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA - DF**

---

<b>MESA</b>		
<b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP <b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS <b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP <b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI	<b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI <b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS	<b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)</b>  <b>LÍDER - PT</b> Ideli Salvatti - PT  <b>Vice-Líderes</b>  Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT  <b>LÍDER - PL - 3</b> Magno Malta - PL  <b>Vice-Líder</b>  Aelton Freitas  <b>LÍDER - PSB - 3</b>  João Capiberibe - PSB  <b>Vice-Líder PSB</b> Geraldo Mesquita Junior  <b>LÍDER - PTB - 3</b> Duciomar Costa - PTB  <b>LIDERANÇA DO PMDB - 23</b>  <b>LÍDER</b> Renan Calheiros - PMDB	<b>Vice-Líderes</b> Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes  <b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA - 28 PFL 17, PSDB - 11</b>  <b>LÍDER</b> Efraim Morais - PFL  <b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL  <b>LÍDER - PFL</b> José Agripino - PFL  <b>Vice-Líderes</b> Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro  <b>LÍDER - PSDB</b> Arthur Virgílio - PSDB-AM	<b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias  <b>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER</b>  Jefferson Péres - PDT  <b>Vice-Líder</b> Almeida Lima  <b>LIDERANÇA DO PPS - 2 LÍDER</b>  Mozarildo Cavalcanti - PPS  <b>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER</b>  Aloizio Mercadante – PT  <b>Vice-Líderes</b>  Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá - PMDB
<b>EXPEDIENTE</b>		
Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b>		Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b>

# **CONGRESSO NACIONAL**

**LEI Nº 10.852, DE 29 DE MARÇO DE 2004**

**Altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.**

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 152, de 2003, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. O crédito originado de receita patrimonial será submetido aos seguintes prazos:

I - decadencial de dez anos para sua constituição, mediante lançamento; e

II - prescricional de cinco anos para sua exigência, contados do lançamento.”

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos prazos em curso para constituição de créditos originários de receita patrimonial.

Congresso Nacional, em 29 de março de 2004; 183º da Independência e 116º da República. - Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 26<sup>a</sup> SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE MARÇO DE 2004

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 35, de 2004 (nº 138/2004, na origem), de 23 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malauí.....

08630

##### 1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 475, de 2004, de 26 do corrente, do Banco Central do Brasil, informando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de outubro a dezembro de 2003.....

08636

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 9, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.....

08636

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 25 de março de 2004 e publicada em 26 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 177, de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

08636

##### 1.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 14, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que inclui novo parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal, para prever que lei complementar fixe os pressupostos de urgência para medidas provisórias.....

08637

### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE, Líder – Comentários às declarações do Ministro Nilmário Miranda atribuindo ao PFL a desestabilização do governo. Críticas a propaganda do governo Lula sobre a agricultura familiar veiculada ontem na TV, e anuncia o envio de ofício ao presidente do CONAR – Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, solicitando providências para sua retirada do ar...

08639

SENADOR SIBÁ MACHADO – Favorável ao fechamento dos bingos no País. Registro de viagem que o Presidente Lula fará ao Estado do Acre, no início do próximo mês.....

08642

SENADORA HELOÍSA HELENA – Críticas ao excesso de edições de medidas provisórias. Defesa de edição de medida provisória visando aprimorar a legislação que regula o Refis II.....

08645

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registra a passagem, no último dia 27, do Dia Mundial da Inclusão Digital. Defende a obrigatoriedade do registro de nascimento, por meio digital..

08646

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários ao projeto de sua autoria que visa tipificar o seqüestro relâmpago como crime hediondo. Apoio ao pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, ressaltando os bons exemplos dados pelo Estado do Tocantins no trato da causa pública.....

08650

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Preocupação com a ameaça da liderança nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST de desencadear uma série de protestos no país para pressionar o governo federal a acelerar a reforma agrária e os assentamentos rurais.....

08651

SENADOR JONAS PINHEIRO – Ressalta a importância da inserção do Brasil na modernização da atividade agrícola com o uso de transgênicos. Expectativas de alterações no Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que trata da biossegurança...

08655

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas a política de reforma agrária no País. Análise da crise econômica e social que vive o Brasil. Avaliação das pesquisas de opinião pública que atestam a queda de popularidade do governo Lula.....

08658

SENADOR PEDRO SIMON – Defesa de mudanças na política econômica do País no sentido de garantir o crescimento sustentável a longo prazo..

08661

Março de 2004

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 30 08629

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Preocupação de S.Exa. com a possível venda da Embratel à empresa mexicana Telmex. ....	08665	Começou: Realizações do Governo Federal – 2003”, na parte das reformas estruturais.....	08679
SENADORA IDELI SALVATTI – Refutação a declaração do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen à imprensa, responsabilizando o governo Lula pela crise brasileira.....	08666	SENADOR VALMIR AMARAL – Comemoração no dia 27 próximo passado, do Dia do Circo..	08680
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comemoração dos 455 anos de fundação da cidade de Salvador/BA.....	08670	<b>1.2.6 – Comunicação da Presidência</b>	
SENADORA IDELI SALVATTI – Observação com relação a conduta de S.Exa. no Plenário do Senado Federal.....	08671	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	08681
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.	08672	<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	
SENADOR JORGE BORNHAUSEN, como Líder – Solicitação ao governo federal de uma ação imediata para socorrer as vítimas atingidas pelo ciclone no Estado de Santa Catarina e no litoral norte do Rio Grande do Sul, no último fim de semana...	08673	<b>2 – RETIFICAÇÕES</b>	
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Destaca o empenho do governo federal em socorrer as vítimas e recuperar os estragos deixados pelo ciclone nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....	08674	Ata da 15ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de março de publicado no <b>Diário do Senado Federal</b> do dia subseqüente.....	08682
SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Comentários ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, afirmando que o governo está ciente de sua responsabilidade política e social e do caminho que deve seguir para alcançar a retomada do crescimento econômico. ....	08674	Ata da 18ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de março de publicado no <b>Diário do Senado Federal</b> do dia subseqüente.....	08683
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Necessidade de reformulação da lei que trata da negociação das dívidas rurais, com a intenção de abranger os pequenos produtores inadimplentes.	08676	<b>3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>	
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Repúdio às alegações de que a oposição está obstruindo a pauta de votação do Senado. Comentários à pesquisa que indica queda de popularidade do governo Lula. Posicionamento favorável à instalação da CPI do caso Waldomiro. Descumprimento do acordo envolvendo a votação da PEC paralela na Câmara dos Deputados. ....	08677	Nºs 491 a 530, de 2004. ....	08683
<b>1.2.5– Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>SENADO FEDERAL</b>	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre publicação oficial intitulada “A mudança Já		<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
		<b>– 52ª LEGISLATURA</b>	
		<b>5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
		<b>12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
		<b>13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

## Ata da 26<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 29 de março de 2004

### 2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52<sup>a</sup> LEGISLATURA

*Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, da Sra. Serys Shhessarenko e dos Srs. Papaléo Paes e João Ribeiro*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### MENSAGEM Nº 35, DE 2004 (Nº 138/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,  
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 38, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malauí.

Os méritos do Embaixador George Ney de Souza Fernandes, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de março de 2004. — **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 59, DP/DSE/SGEX/AFEPA/G– MRE/APES

Brasília, 10 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 38, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Ministro de Segunda Classe George Ney de Souza Fernandes para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malauí.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Embaixador George Ney de Souza Fernandes que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, — **Samuel Pinheiro Guimarães Neto.**

## INFORMAÇÃO

### **CURRICULUM VITAE**

### **MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**

ID.: 7539 MRE

CPF.: 284.114.717-72

Filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e de Stella de Souza Fernandes.

Carteira de Identidade M.R.E. 7539, expedida em 12 de dezembro de 1978.

C.P.F. 284114717-72

"Lower Certificate in English", Universidade de Cambridge.

"Diplôme D'Etudes Françaises", Aliança Francesa do Brasil.

"Certificat Pratique de Langue Française", Universidade de Nancy.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr, 1982.

Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr, 2000.

Bacharel em Direito, UFF.

Bacharel e Licenciado em Letras, UFF.

Mestre em Literatura Hispano-Americana, Universidade do Chile.

Terceiro Secretário, concurso, dezembro de 1978.

Segundo Secretário, novembro de 1980.

Primeiro Secretário, merecimento, dezembro de 1988.

Conselheiro, merecimento, dezembro de 1996.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, dezembro de 2001.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1978/79.

Adjunto da Primeira Subchefia da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (SADEN-PR), 1988/90.

Assessor do Secretário de Modernização e Informática, 1990/91.

Secretário, Substituto, de Modernização e Informática, 1990/91.

Chefe da Divisão do Pessoal, 2000/02.

Guatemala, Terceiro Secretário, 1979/80.

Guatemala, Segundo Secretário, 1980/82.

Guatemala, Encarregado do Serviço Consular e Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1979/82.

Guatemala, Encarregado de Negócios, 1980.

Montevidéu, Segundo Secretário, 1982/85.

Montevidéu, Chefe do Setor de Administração, 1982/83.

Montevidéu, Chefe do Setor Cultural, 1984/85.

Bucareste, Segundo Secretário, 1986/88.

Bucareste, Chefe do Setor Político e do Setor de Promoção Comercial, 1986/88.

Bucareste, Encarregado de Negócios, 1986 e 1987.

Vaticano, Primeiro Secretário, 1991/94.

Vaticano, Chefe do Setor de Administração, 1991/94.

Kinshasa, Encarregado de Negócios, 1992.

Santiago, Primeiro Secretário, 1994/96.

Santiago, Conselheiro, 1996/98.

Santiago, Encarregado de Negócios, 1997.

Santiago, Chefe do Setor de Administração, 1994/95.

Santiago, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1995/98.

Havana, Conselheiro, 1998/2000.

Havana, Chefe do Setor Econômico, 1998/2000.

Harare, Encarregado de Negócios, janeiro a abril de 2002.

Harare, Embaixador, 02 de maio de 2003.

X e XI Reuniões da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Cochabamba, Bolívia, 1979, e Sucre, Bolívia, 1979 (assessor).

VI Assembléia Anual de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, Abidjã, Costa do Marfim, 1979 (delegado).

Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica 4 (Educação e Saúde) do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, Montevidéu, Uruguai, 1982 (delegado).

Encontro sobre Cooperação Técnica entre Organismos de Formação Profissional da Argentina, Brasil e Uruguai, promovido pelo CINTERFOR/OIT, Montevidéu, Uruguai, 1985 (assessor).

Segunda Reunião Regional Latino-Americana e do Caribe para o Ano Internacional da Juventude, promovida pela CEPAL, Montevidéu, Uruguai, 1985 (delegado).

X Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, Bucareste, Romênia, 1987 (delegado).

I Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Córdoba, Argentina, 1988 (delegado).

Reunião da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, Áustria, 1988 (Governador Substituto).

XXXII e XXXIII Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, Áustria, 1988 e 1989 (delegado).

II Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, São Paulo, Brasil, 1989 (delegado).

Governador Substituto pelo Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica da ONU, 1988/90.

I Encontro do Comitê Empresarial Brasil-Chile, Santiago, Chile, 1996 (delegado).

Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Santiago, Chile, 1997 (delegado).

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Santiago, Chile, 1998 (delegado).

Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Havana, Cuba, 1999 (delegado).

Medalha do Pacificador, Brasil.

Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Vaticano.

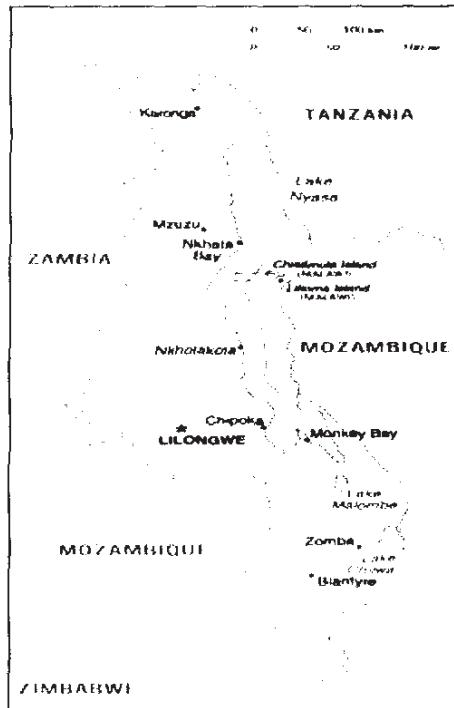
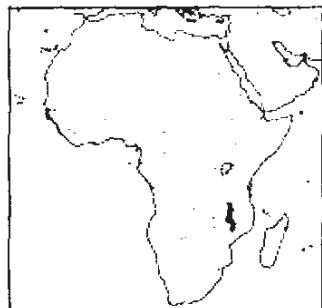
Ordem Bernardo O'Higgins, Oficial, Chile.



EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

## MALAUÍ



<b>Nome Oficial</b>	República do Malauí
<b>População</b>	11,65 milhões (2003)
<b>Área</b>	118.480 km <sup>2</sup>
<b>Capital</b>	Lilongüe
<b>Língua</b>	Inglês e Chicheua (oficiais)
<b>Sistema Político</b>	República Presidencialista
<b>Chefe de Estado e de Governo</b>	Bakili Muluzi (Presidente)
<b>Religião</b>	Cristianismo, Islamismo, tradicionais
<b>IDH</b>	162º lugar (2003)
<b>PIB (Paridade de Poder de Compra)</b>	US\$ 6,8 bilhões (est. 2002)
<b>PIB per capita (PPC)</b>	US\$ 600 (est. 2002)
<b>Moeda</b>	Cuacha malauiano

### **Política Interna**

A atual Constituição do Malauí entrou em vigor em maio de 1995 e instituiu o regime presidencialista de governo. O mandato do Presidente da República – eleito diretamente – é de cinco anos, mesmo período de duração fixado para a legislatura. A Assembléia Nacional compõe-se de 193 membros, eleitos conjuntamente com o Presidente. O Vice-Presidente da República e os titulares dos ministérios são nomeados livremente pelo Chefe do Poder Executivo. O país é constituído por três regiões administrativas (norte, sul e central) que, por sua vez, subdividem-se em 27 distritos no total.

O Governo do atual Presidente, Bakili Muluzi, buscou privilegiar o programa de privatizações e a redução da pobreza. Na área social, cresceram significativamente os gastos com educação e saúde. A adoção de programas de austeridade fiscal e monetária não chegou, todavia, a trazer os benefícios esperados para a maioria da população e, em finais de 1998, houve uma série de manifestações contra o aumento de preços e a desvalorização da moeda, recomendada pelas autoridades financeiras internacionais.

Em 1999, Muluzi foi reeleito. O FMI e o Banco Mundial anunciaram, em dezembro de 2000, a redução de US\$ 1 bilhão da dívida externa do país. No fim de 2002, Muluzi buscava apoio parlamentar para uma emenda constitucional que lhe permitisse o terceiro mandato consecutivo, mas a oposição mostrava-se contrária à mudança. Há ainda sério descontentamento entre os militares e rumores recorrentes de golpe.

### **Política Externa**

Antes da ascensão de Muluzi, o Malauí mantinha relações muito íntimas com o regime do *apartheid* na África do Sul. Após 1994, o país aproximou-se de todos os países da região e é hoje membro da ONU, OUA, SADC, da COMESA e da Convenção de Lomé IV. Mantém boas relações com os países ocidentais, de quem recebe importantes contribuições a título de ajuda para o desenvolvimento.

O Malauí possui litígio fronteiriço com a Tanzânia, referente à região situada ao largo do Lago Nyasa e do Rio Songwe, mas a questão não suscita maiores tensões nas relações diplomáticas entre os dois países.

### Economia

A economia do país é basicamente agrícola e o setor responde por 90% das exportações (tabaco, açúcar e chá). Cerca de 70 % da população retira seu sustento da atividade agrícola, explorada predominantemente por pequenos proprietários cujos lotes compreendem, em média, de 1 a 2 hectares. O Malauí é o segundo maior produtor de tabaco, assim como de chá, do continente africano. O tabaco destaca-se das demais culturas como principal produto de exportação, sendo responsável por 70 % do valor total das exportações do país.

O país possui uma indústria incipiente, voltada ao setor alimentício. Seu crescimento, contudo, é severamente restringido por causa do reduzido mercado doméstico e das dificuldades associadas à importação de matérias primas e bens intermediários.

### Relações Bilaterais

O país situa-se na África Austral, região mais politicamente estável do continente e de grande dinamismo econômico, na qual se concentram alguns dos mais importantes parceiros africanos do Brasil, como África do Sul, Angola, Moçambique e Namíbia. A fronteira entre o Malauí e Moçambique, bem como o grande número de refugiados moçambicanos que se instalaram naquele país, criam ambiente de alguma aproximação com a língua portuguesa e, eventualmente, com o Brasil.

Os contatos entre autoridades do Brasil e do Malauí se resumem basicamente à ONU. Não há, hoje, Embaixador brasileiro credenciado junto ao Governo do Malauí.

### Comércio Bilateral

<b>Intercâmbio Comercial (US\$ mil FOB)</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>Exportações</b>	343	209	4.100	394	1.210	3.314
<b>Importações</b>	0	104	46	1.805	1	2.586
<b>Saldo</b>	343	105	4.054	-1.411	1.209	728
<b>Total do Comércio</b>	343	313	4.146	2.199	1.211	5.900

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Aviso nº 267 – C. Civil.

Brasília, 23 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malauí.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência Republica.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Ofício nº 475, de 2004**, de 26 do corrente, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela autarquia, no trimestre de outubro a dezembro de 2003.

O Ofício, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 9, de 2004**, de autoria do Senador José Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Ao projeto não foram oferecida emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição Justiça e Cidadania e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou em 25 de março de 2004, e publicou em 26 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 177, de 2004**, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da

*Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.*

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

## SENADORES

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Efraim Morais (PFL)	1.Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2.César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	3.Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	4.Leonel Pavan (PSDB)

**PMDB**

Renan Calheiros	1.Luiz Otávio
Hélio Costa	2.Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3.Garibaldi Alves Filho

**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)**

Ideli Salvatti (PT)	1.Duciomar Costa (PTB)
Magno Malta (PL)	2.Flávio Arns (PT)
João Capiberibe(PSB)	3.Fátima Cleide(PT)

**PDT**

Jefferson Péres	1.Almeida Lima
-----------------	----------------

**PPS**

Mozarildo Cavalcanti	1.vago
----------------------	--------

## DEPUTADOS

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**PT**

Arlindo Chinaglia	1.Fernando Ferro
Angela Guadagnin	2.Ivan Valente

**PMDB**

José Borba	1.André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	2.Gustavo Fruet

**Bloco (PFL/PRONA)**

José Carlos Aleluia	1.Rodrigo Maia
Enéas	2.Kátia Abreu

**PP**

Pedro Henry	1.Celso Russomanno
-------------	--------------------

**PSDB**

Custódio Mattos	1.Alberto Goldman
-----------------	-------------------

	<b>PTB</b>	
José Múcio Monteiro		1.Ricarte de Freitas
	<b>Bloco (PL/PSL)</b>	
Sandro Mabel		1.Miguel de Souza
	<b>PPS</b>	
Júlio Delgado		1.Lupércio Ramos
	<b>PSB</b>	
Renato Casagrande		1.Dr. Evilásio
	<b>(*) PV</b>	
Sarney Filho		1.Edson Duarte

(\*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 26-3-2004;
- Designação da Comissão: 29-3-2004;
- Instalação da Comissão: 30-3-2004;
- Emendas: até 1º-4-2004 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 26-3-2004 a 8-4-2004(14º dia);
- Remessa do processo à CD: 8-4-2004;
- Prazo na CD: de 9-4-2004 a 22-4-2004 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 22-4-2004;
- Prazo no SF: de 23-4-2004 a 6-5-2004 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 6-5-2004;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 7-5-2004 a 9-5-2004 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 10-5-2004 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 24-5-2004 (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2004

**Inclui novo parágrafo ao art. 6º da Constituição Federal, para prever que lei complementar fixe os pressupostos de urgência para medidas provisórias.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os demais:

“Art 62.

§ 1º lei complementar estabelecerá os pressupostos de urgência para as medidas provisórias.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Já é do conhecimento dos nobres Pares que o uso indiscriminado de medidas provisórias pelo Poder Executivo, desde a criação desse instrumento em 1988, tem interferido de forma indesejável no processo legislativo e, em última análise, na competência precípua do Congresso Nacional.

Não é por outra razão que inúmeras propostas de emendas constitucionais têm sido apresentadas como instrumento de contenção aos eventuais abusos na edição de medidas provisórias.

Entretanto, a experiência tem nos mostrado que alguns abusos ainda são possíveis na utilização desse relevante instituto constitucional.

Com efeito, certamente muitos se recordam, recentemente o Senado Federal esteve com as votações obstruídas no Plenário e nas Comissões com 13 (treze) medidas provisórias (ou projetos de lei de Conversão oriundos de MP) que ultrapassaram o prazo constitucional para apreciação. Maior ainda foi o número de MP obstruindo a pauta de votações na Câmara dos Deputados. Nenhuma decisão terminativa foi tomada durante semanas nas duas Casas do Congresso Nacional porque a todo momento o Poder Executivo enviava ao Poder Legislativo matéria legislativa que, ao seu arbítrio, considerava relevante e urgente.

Naturalmente que o conceito de “relevância” é subjetivo e deve mesmo estar dentro do discernimento da estratégia de atuação política do Governo. Em última análise, cabe ao Presidente da República, eleito

pelo povo, tomar para si a responsabilidade de apontar quais matérias legislativas são estrategicamente importantes — relevantes — para a sociedade e que, dessa forma, deve constar da pauta de discussões do Congresso Nacional.

Mas o conceito de “urgência” é objetivo e precisa ser definido mediante legislação infraconstitucional pelo Congresso Nacional. No nosso entendimento, senadores e deputados, em votação com **quorum** qualificado mediante aprovação de lei complementar, devem discutir e fixar os **pressupostos de urgência** sobre os quais o Poder Executivo poderá prescindir do uso de projeto de lei — e até mesmo da solicitação de urgência constitucional e regimental na tramitação de projetos de lei — para decidir pela edição de medida provisória que terá vigência e eficácia imediata.

Dessa forma, a iniciativa em tela tem o objetivo de aprimorar o texto da Lei Maior, determinando que lei complementar discipline os pressupostos de urgência das medidas provisórias, e assim permitindo que as distorções que têm sido observadas na edição indiscriminada de MP possam ser objeto de apreciação e regulamentação pelo Congresso Nacional.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que ora submetemos a esta Casa.

Sala das Sessões, 29 de março de 2004. — Senador **Rodolpho Tourinho** — **Lúcia Vânia** — **Arthur Virgílio** — **Heráclito Fortes** — **César Borges** — **Almeida Lima** — **Tasso Jereissati** — **Patrícia Saboya** — **Gerson Camata** — **João Baptista Motta** — **Garibaldi Alves Filho** — **Álvaro Dias** — **João Capiberibe** — **Edison Lobão** — **Mão Santa** — **Leomar Quintanilha** — **José Jorge** — **Romero Jucá** — **Gilberto Mestrinho** — **Paulo Octávio** — **José Agripino** — **Pedro Simon** — **Heloísa Helena** — **Papaleo Paes** — **Jonas Pinheiro** — **Sérgio Guerra** — **José Maranhão** — **Antonio Carlos Magalhães**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 60. ....

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar pela liderança do PFL. Já encaminhei a Mesa a devida autorização.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Sem Partido – AL)

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável. V. Ex<sup>a</sup> também pretendia fazer uma comunicação inadiável, mas como está presidindo a sessão...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a lembrança e fico inscrito após V. Ex<sup>a</sup> para fazer uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

Em seguida falará o Senador Sibá Machado, primeiro orador inscrito e, depois, para uma comunicação inadiável, a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, abordarei, hoje, assuntos referentes à propaganda.

Em primeiro lugar, refiro-me à propaganda do nosso Partido, o PFL, veiculada há quinze dias, com inserções de trinta segundos. Em um dos comerciais, criticávamos o Governo, como é natural no papel da Oposição. Mostrávamos que o Governo não vem cumprindo as suas promessas de campanha e coisas parecidas.

Mas, qual não foi nossa surpresa ao ler, na edição do **Correio Braziliense** de sábado, uma declaração do Ministro Nilmário Miranda acusando-nos de querer desestabilizar o Governo.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ninguém trabalha mais para desestabilizar esse Governo do que ele próprio. Não fomos nós, da Oposição, que nomeamos Waldomiro Diniz; que estamos impedindo a instalação da CPI; que estamos mantendo um Ministro morto-vivo, como José Dirceu. Essas, sim, são atitudes que desestabilizam o próprio Governo.

Entendo que o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, não tem nada a ver com os comerciais do nosso Partido. Admiro-me de S. Ex<sup>a</sup> ter dado essas declarações.

Chego a imaginar, Senadora Heloísa Helena, se o Governo não está montando um esquema para que os Ministros ataquem a Oposição. Afinal, anteontem, quem atacou a Oposição foi o Ministro Ciro Gomes; e, agora, é a vez do Ministro Nilmário Miranda, um mineiro. Nos meus 21 anos nesta Casa, aprendi que os mineiros nunca tratam de assunto que não lhes digam respeito.

As propagandas do PFL não têm nada a ver com Direitos Humanos. Portanto, esse Ministro Nilmário Miranda não tinha nada que se meter no PFL. Nós estranhamos, protestamos e esperamos que, de agora em diante, S. Ex<sup>a</sup> cuide melhor dos Direitos Humanos no Brasil, assunto que anda tão por baixo. Normalmente a única coisa que tenho visto S. Ex<sup>a</sup> fazer é, quando há uma morte ou um assassinato, ir ao local e sair na fotografia. Depois, ninguém mais ouve falar do assunto, como ocorreu no caso dos fiscais do INSS e em outros casos que surgem todos os dias.

O segundo assunto que desejo abordar refere-se ao fato de o Governo estar fazendo propaganda enganosa na televisão. Fomos surpreendidos, nesse final de semana, com um belo comercial do Governo sobre agricultura familiar. O cenário era uma bela propriedade onde os agricultores contavam que estavam indo muito bem. Entretanto, verificamos que era tudo uma farsa. Na verdade, trata-se de uma propriedade, linda por sinal, com mais de 1 milhão de metros quadrados onde não se desenvolve a agricultura familiar. A terra pertence a um produtor rural que ali produz há mais de trinta anos. As pessoas que apareciam como se fossem agricultores familiares eram, na verdade, empregados daquela propriedade.

O fato é grave. Ao assistir à propaganda na televisão, cheguei a dizer: "Puxa, a agricultura familiar, realmente, aqui no Brasil, deu um salto qualitativo nesse primeiro ano de Governo". Mas, depois, soube que não se tratava de agricultura familiar, mas de uma agricultura profissional, com empregados. A cada um desses empregados foram pagos R\$50,00 para darem aquele depoimento. Portanto, a propaganda do Governo é inteiramente fajuta e mentirosa.

Sr. Presidente, quando o Governo aborda uma questão séria como a agricultura familiar em uma propaganda inteiramente mentirosa, passamos a desconfiar de todas as outras propagandas do Governo.

Então, resolvi, Sr. Presidente, encaminhar ofício ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), pedindo que essa propaganda seja retirada do ar, antes que preste mais um desserviço à Nação.

Se V. Ex<sup>a</sup> tiver um pouco de paciência comigo, Sr. Presidente, passarei a ler o teor do meu ofício:

Prezado senhor,

Na qualidade de Senador da República, vimos à presença de V. S<sup>as</sup>s apresentar denúncia contra peça publicitária de autoria do Governo Federal, tratando da ação do Pronaf (financiamento a agricultores), veiculadas ontem, 28 de março de 2004, nas principais redes de televisão brasileira.

Nossa denúncia fundamenta-se nas responsabilidades a que nos investiu o mandato popular concedido aos Senadores (ou aos eleitores do nosso Partido) e na nossa obrigação perante todos os brasileiros, de perseguir a Verdade e a Ética, objetivos semelhantes aos de V. S<sup>as</sup>, expressos no Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária.

Ao encaminharmos esta denúncia ao Conar, expressamos nossa confiança neste Conselho, que tantos e tão importantes ser-

viços vem prestando à Nação, seja na defesa dos consumidores, seja na busca do aprimoramento ético de toda a Nação.

Fundamentamos nossa ação no art. 8º do citado código, que assume a abrangência das ações deste Conselho, e no art. 12, que cita explicitamente a publicidade governamental, que também "deve-se conformar a este Código da mesma forma que a publicidade realizada pela iniciativa privada".

Assim sendo, tendo em vista as flagrantes violações a inúmeros dispositivos e artigos desse Código, encaminhamos denúncia ao Anunciante (Governo Federal) e à sua agência de propaganda, Duda Mendonça Propaganda, responsáveis pela aludida peça, conforme determinam as letras "a" e "b" do art. 45 do Código.

Pelo que se percebe no filme publicitário veiculado e de acordo com denúncias publicadas no jornal **Folha de S.Paulo**, página A6, de hoje, há uma enorme lista de infrações ao Código, tanto no seu espírito quanto na letra.

O filme veiculado fere principalmente a essência deste Código e do elevado propósito dos publicitários que o redigiram e zelam por ele através deste Conselho, o que está liminarmente resumido no artigo 10 deste mesmo Código, quando diz que o anúncio deve ser "honesto e verdadeiro". Nem honesto e muito menos verdadeiro, como se verá.

Especificamente com relação à honestidade da peça publicitária, o Código vai mais além, em seu artigo 23, quando recomenda que "os anúncios devem ser realizados de forma a não abusar da confiança do consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimentos e não se beneficiar de sua credulidade". A peça denunciada, conquanto veiculada em programas de TV de grande audiência para toda a população, dirige-se especialmente aos pequenos agricultores, sabidamente mais frágeis e crédulos, exatamente o tipo de audiência que o artigo 23 procura defender.

O filme denunciado fere principalmente os dispositivos do artigo 27 (Apresentação Verdadeira), em seu **caput** e parágrafos 1º; 2º 9º: através de um artifício de produção cinematográfica, apresenta-se um campo de trabalho agrícola que teria sido beneficiado pela ação do Governo Federal. Ora, trate-se de uma absoluta inverdade: as tomadas para o filme foram realizadas na propriedade

de um empresário rural (Sr. Mario Ribeiro) do Município de Cotia, SP, identificado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, que não faz e não poderia fazer parte do programa do Pronaf e que se mostrou espantado e revoltado pelo fato de, inadvertidamente, por omissão dos produtores do anúncio, ter participado de uma farsa nacional. Além desse produtor, humildes funcionários de sua empresa foram agenciados pela produção (por um cachê de R\$50) para se fazerem passar por agricultores beneficiados por programas do Governo Federal, o que o código proíbe e condena nas letras **d e e** do art. 27 (“o uso de modelos trajados... com vestimentas características; o uso de sósias... não deverá induzir à confusão”).

Sr. Presidente, não vou ler o restante do ofício porque o meu tempo já está terminando, mas apenas o final.

Sr. Presidente e Srs. Conselheiros do Conar: não preciso lembrar as responsabilidades a que nos submetemos, tanto os senhores, na condução deste Conselho, quanto nós, Senadores da República, na defesa dos interesses mais legítimos dos brasileiros. Entre esses avultam o de não ser enganado, de conhecer a verdade, de confiar no que se vê e ouve. Se o Governo Federal não age assim e veicula para milhões de brasileiros uma mentira tão visível, cabe-nos, nos nossos respectivos foros, denunciar e agir em defesa desses direitos. No mesmo dia em que encaminho ao Conar, lerei, do plenário do Senado, a íntegra desta denúncia.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que inclua, no meu discurso, a íntegra deste ofício que estou enviando à Presidência do Conar. Acredito que se trata de um assunto gravíssimo e que o Conar deve tomar providências para retirar, ainda hoje, essa publicidade, que diga-se de passagem foi feita com aqueles R\$8 milhões reservados pelo Governo para melhorar sua imagem depois do caso Waldomiro. Como se vê, malfeito dessa forma, em vez de melhorar, vai piorar a sua imagem.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Ofício ao Conar, de 29/03/04, de autoria do Senador José Jorge)

Brasília, 29 de março de 2004

Ao

Conar – Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária

Exmo. Sr. Gilberto C. Leifert – Presidente

Prezado Sr.

Na qualidade de Senador da República, vimos à presença de V.Sas. apresentar denúncia contra peça publicitária de autoria do Governo Federal, tratando da ação do Pronaf (financiamento a agricultores), veiculada ontem, 28/03/2004, nas principais redes de Televisão Brasileira (*e que se encontra anexa a este ofício*).

Nossa denúncia fundamenta-se nas responsabilidades a que nos investiu o mandato popular concedido aos Senadores e na nossa obrigação perante todos os brasileiros, de perseguir a Verdade e a Ética, objetivos semelhantes aos de V.Sas, expressos no Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária.

Ao encaminharmos esta denúncia ao Conar, expressamos nossa confiança neste Conselho, que tantos e tão importantes serviços vem prestando à nação, seja na defesa dos consumidores, seja na busca do aprimoramento ético de toda a Nação.

Fundamentamos nossa ação nos artigos 8º. do citado Código, que assume a abrangência das ações deste Conselho e no artigo 12º, que cita explicitamente a publicidade governamental, que também “deve se conformar a este Código da mesma forma que a publicidade realizada pela iniciativa privada”.

Assim sendo, tendo em vista as flagrantes violações a inúmeros dispositivos e artigos deste Código, encaminhamos denúncia ao Anunciante (o Governo Federal) e à sua agência de propaganda, Duda Mendonça Propaganda, responsáveis pela aludida peça, conforme determinam as letras “a” e “b” do artigo 45 do Código.

Pelo que se percebe no filme publicitário veiculado e de acordo com denúncias publicadas no Jornal Folha de São Paulo, página A6 de hoje, há uma enorme lista de infrações ao Código, tanto no seu espírito quanto na letra.

O filme veiculado fere principalmente a essência deste Código e do elevado propósito dos publicitários que o redigiram e zelam por ele através deste Conselho, o que está liminarmente resumido no artigo 10 deste mesmo Código, quando diz que o anúncio de ser “honesto e verdadeiro”. Nem honesto e muito menos verdadeiro como se verá.

Especificamente com relação à Honestidade da peça publicitária, o Código vai mais além, em seu artigo 23º, quando recomenda que “os anúncios devem ser realizados de forma a não abusar da confiança do consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimentos e não se beneficiar de sua credulidade”. A peça denunciada, conquanto veiculada em programas de TV de grande audiência para toda a população, dirige-se especialmente aos pequenos agricultores, sabidamente mais frágeis e crédulos, exatamente o tipo de audiência que o artigo 23 procura defender.

O filme denunciado fere principalmente os dispositivos do artigo 27 (Apresentação Verdadeira), em seu **caput** e parágrafos 1; 2 e 9: através de um artifício de produção cinematográfica, apresenta-se um campo de trabalho agrícola que teria sido beneficiado pela ação do Governo Federal. Ora, trata-se de uma absoluta inverdade: as tomadas para o filme foram realizadas na propriedade de um empresário rural (Sr. Mario Ribeiro) do município de Cotia, SP, identificado pela **Folha de S.Paulo**, que não faz e não poderia fazer parte do programa do Pronaf e que se mostrou espantado e revoltado pelo fato de, inadvertidamente, por omissão dos produtores do anúncio, ter participado de uma farsa nacional. Além deste produtor, humildes funcionários de sua empresa foram agenciados pela produção (por um **cachet** de R\$50) para se fazerem passar por agricultores beneficiados por programas do Governo Federal, o que o Código proíbe e condena nas letras **d** e **e** do artigo 27 (“o uso de modelos trajados ..com vestimentas características; o uso de sósias... não deverá induzir à confusão”).

Consideramos também ter havido infração ao artigo 31 da Seção 6 do Código, que trata da Identificação Publicitária: o citado artigo considera “indevidos e ilegítimos os proveitos publicitários obtidos...sem a prévia concordância do Veículo de Comunicação e dos demais titulares dos direitos envolvidos”. Como já foi dito, tanto o proprietário da área filmada como se fosse beneficiária do Pronaf, quanto os agricultores que trabalharam como extras, não foram alertados quanto ao real objetivo das filmagens.

Sr Presidente e Srs. Conselheiros do Conar: não preciso lembrar-se das responsabilidades a que nos submetemos, tanto os Srs. na condução deste Conselho quanto nós, Senadores da República, na defesa dos interesses mais legítimos dos brasileiros. Entre esses avultam o de não ser enganado, de conhecer a verdade, de confiar no que vê e ouve. Se o Governo Federal não age assim e veicula para milhões de brasileiros uma mentira tão visível, cabe-nos, nossos respectivos foros, denunciar e agir em defesa desses

direitos: no mesmo dia em que encaminho ao Conar, estarei lendo, do Plenário do Senado a íntegra desta denúncia.

Certos de merecer dos Senhores a atenção e o cuidado com que sempre agiram em ações deste tipo, somos

Atenciosamente agradecidos

José Jorge

Senador da República

Senado Federal – Ala Dinarte Mariz – Gabinete 4

CEP 70.165-900 – Brasília – DF  
e-mail – Jose.Jorge@senador.gov.br

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador José Jorge, farei o devido registro e V. Exª será atendido na forma do disposto no Regimento Interno.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero solicitar minha inscrição para as comunicações inadiáveis, se ainda houver vaga.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Exª inscrito em terceiro lugar, após a Senadora Heloísa Helena e o Senador Papaléo Paes.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Sibá Machado, e posteriormente, pelo critério de alternância entre oradores e inscritos para comunicações inadiáveis, concederei a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

V. Exª dispõe de até vinte minutos, Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na semana passada, pronunciei-me a respeito da medida provisória que trata da questão dos bingos e, como estávamos no final da sessão, não pude concluir meu pensamento. Eu gostaria de fazê-lo hoje, pois entendo ser muito importante para o momento que estamos vivendo.

De acordo com informações da Associação Brasileira de Bingos (Abrabin) e da Federação Brasileira

de Bingos, o setor é responsável por 120 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. Alegam ainda que o setor também cria uma rede de empregos nas áreas de limpeza, segurança, manutenção e engenharia. Esse seria o argumento mais forte para manter o funcionamento dos bingos.

No entanto, a **Folha de S.Paulo** do dia 15 de março do corrente publicou a seguinte manchete: "Número de empregos em bingos é inflado". No texto da matéria, afirma-se que uma jogada de números estaria por trás dos dados sobre empregos em bingos no Brasil.

Segundo levantamento da **Folha** feito com base em números de seis associações estaduais e uma associação regional, são, no máximo, 71.950 funcionários – uma diferença de 40%. Além disso, nem todos os empregos do setor estão amparados pela CLT. Segundo a Procuradoria do Trabalho, o uso de terceirização irregular e de cooperativas fraudulentas faz parte do negócio de bingos no País.

Portanto, não se sustenta o argumento mais utilizado para pressionar o Governo e o Congresso Nacional: o de que a reabertura das casas de bingo protege 320 mil empregos. Os fatos demonstram que isso não corresponde à realidade.

E mais: com base em informações da Procuradoria do Trabalho, a reportagem informa que o setor bingueiro, em vários Estados, comete até 42 irregularidades trabalhistas. As mais comuns são: terceirização irregular, uso de cooperativas fraudulentas, emprego de menores e, ainda por cima, o pagamento "por fora" de vários funcionários.

O questionamento que se faz é: qual é o provável custo da estrutura que o Estado teria que criar para combater os efeitos maléficos do jogo com Justiça, com penitenciárias, com repressão ao crime, com assistência social às famílias dos jogadores compulsivos, entre outros?

Para responder a esse questionamento, tomo emprestadas as alegações do ex-Senador José Serra em artigo intitulado "O jogo errado", publicado em 1998. Nesse artigo, ele cita os exemplos dos Estados Unidos para mostrar que devemos rejeitar a legalização de cassinos. Penso que a mesma lógica é válida para analisar os bingos.

Estudos feitos pelo economista Ricardo Gazel, ex-professor da Universidade de Nevada, mostram que, no Estado de Wisconsin, a dívida média dos jogadores compulsivos é de US\$35 mil. Nesse mesmo Estado, 60% dos jogadores compulsivos já pensaram em suicídio por causa do jogo, sendo que 20% deles efetivamente tentaram se matar. Cada jogador viciado de Wisconsin custa entre US\$10 mil e US\$30 mil por ano, dependendo do caso, em tratamentos, internações

e gastos com os sistemas judiciário e penitenciário. Já os custos em termos de produtividade e perda de horas de trabalho em Wisconsin somam quase US\$3 mil anuais para cada um desses jogadores compulsivos. No total, em 1995, o Estado despendeu quase US\$120 milhões por causa deles.

Em Las Vegas, cidade que reúne uma das maiores concentrações de cassinos por quilômetro quadrado no mundo, 8,5% da população adulta tem algum problema ligado ao jogo. São pessoas que faltam ao serviço para ir aos cassinos, gastam dinheiro do aluguel no jogo ou cometem algum tipo de fraude para continuar jogando.

Também no Estado de Nevada, onde está a cidade de Las Vegas, há o dobro de casos de suicídio em comparação com o restante do país. Nesse Estado, os índices de abuso e negligência com crianças são os maiores do país.

Sr. Presidente, é importante observar que, tanto nos Estados Unidos como aqui, a primeira coisa que as pessoas deixam de pagar, quando estão com dívidas oriundas do jogo, são os impostos. O estudo do economista Ricardo Gazel acrescenta outros elementos para que prefeitos, parlamentares e sindicalistas pensem antes de fazer a defesa cega dos bingos. Em Atlantic City, metade dos restaurantes da cidade fechou as portas dois anos depois da abertura dos cassinos na cidade, no final dos anos 70. Eles desapareceram porque os cassinos subsidiam a alimentação dos jogadores para que permaneçam mais tempo no cassino e, logo, gastarem mais.

No Brasil, o Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo detectou que os caça-níqueis são a pior forma de jogo, ou seja, aquela que mais causa dependência. Para o psiquiatra Hermano Tavares, o pior é que "ninguém controla o acesso das pessoas, em particular dos adolescentes, a essas máquinas". Para ele, as pessoas não estão suficientemente avisadas "que deixar o filho adolescente dar três ou quatro apertadas nos botões dos caça-níqueis representa risco de dependência tão ou mais grave do que o de dependência de drogas".

Lembro, aqui, de um outro alerta dado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 10 de agosto de 2003, informando que, de acordo com especialistas, a dependência do jogo pode atingir, nos próximos anos, mais de 5,3 milhões de pessoas. Essa dependência leva 22% das mulheres e 6% dos homens a tentarem suicídio.

Outro questionamento: De que forma os bingos fomentam a ilegalidade e a contravenção?

Para responder à questão, o estudo utilizou matéria publicada no **Correio Braziliense**, em sua edição de 5 de maio de 2002, que diz:

Investigações realizadas pela *Direzione Investigativa Antimafi*, grupo de elite da polícia italiana que está colaborando com a Polícia Federal brasileira, demonstram que dinheiro do narcotráfico é “lavado” no Brasil por intermédio de empresas que exploram as máquinas de videobingos ou caça-níqueis.

O jogo é uma das formas prediletas usadas pelo crime organizado na lavagem de dinheiro porque envolve uma engenharia financeira simples, mas eficaz. Espalham-se milhares de máquinas, o que possibilita declarar à Receita Federal a existência de um número de jogadores bem superior ao real. Depois, os bingueiros pagam os impostos sobre essa falsa arrecadação, tornando imediatamente legal uma quantidade enorme de dinheiro que, na verdade, havia sido obtida em atividades criminosas.

Embora a matéria diga respeito a exploração dos caça-níqueis, a mesma engenharia pode ser utilizada em forma de bingo, informando-se à Receita Federal uma movimentação com o jogo superior à real. Esse mecanismo explica como se dá a lavagem de dinheiro por aqueles que exploram a atividade do jogo de bingo.

A outra modalidade de lavagem de dinheiro por intermédio do jogo do bingo é a que beneficia o apostador, que emprega dinheiro “sujo” – ganho em atividades ilícitas – nas apostas, tornando-o dinheiro “limpo” mediante os prêmios obtidos.

A propósito disso, em 2003, a Receita Federal aplicou pesadas multas contra empresas que exploram o jogo de bingo, em virtude de sonegação fiscal. Algumas dessas, devido à evolução patrimonial desproporcional aos rendimentos. A própria Receita Federal afirma ter fortes indícios de que administradores de empresas de bingo e de entidades esportivas recebem dinheiro “por fora” de sua atividade.

Por tudo isso, deixo uma pergunta para nossa reflexão: nosso País já tem tantos problemas para serem resolvidos – para muitos desses problemas, certamente a resolução não virá num futuro em que a nossa vista alcance! – por que criarmos mais um? Talvez, neste momento em que somos chamados para analisar essa questão, devamos ouvir Sêneca, que disse que “o caminho do aprendizado é longo e será mais rápido e eficaz se feito por exemplos”.

Sr. Presidente, também gostaria de registrar a visita que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará ao Estado do Acre, nos próximos dias, creio que no início do mês de abril, provavelmente no dia 6. Como consequência dessa visita, o Governo Federal certamente trará uma série de novidades para o nosso Estado. Por isso, eu gostaria de citar algumas como, por exemplo, a reativação do Correio Aéreo Nacional, assim como a inauguração de várias pistas de pouso, num projeto de parceria dos Governos estadual e federal; a inauguração do hospital do idoso, resultado de um trabalho árduo e difícil do Senador Tião Viana, que batalhou muito para levar esse benefício à nossa rede de saúde; a assinatura de um termo de compromisso de responsabilidade entre o Ministério das Minas e Energia e a Eletronorte com o objetivo de ampliar as linhas da rede elétrica no Estado, alcançando as fronteiras com o Peru e com a Bolívia e também um município no eixo da divisa do Estado do Amazonas, com mais ou menos 150 quilômetros.

Sr. Presidente, também faço questão de frisar a minha batalha para que o Estado do Acre participe ativamente do programa do biodiesel, lançado pelo Presidente Lula no ano passado. Para nossa felicidade, a Eletronorte, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia estarão financiando a pesquisa, não apenas da produção do biodiesel, mas, via Universidade Federal, de uma máquina para a produção de biodiesel. Estou muito feliz. Para tanto, quero parabenizar o Reitor Jonas Filho, o Governador Jorge Viana e os professores do Departamento de Ciências da Natureza, Professor Magnésio e Professora Anelise, assim como a todos os alunos e bolsistas que participam desse empreendimento. Realmente, estou convencido de que o nosso Estado tem que participar e vejo isso como uma política casada com a reforma agrária e com a produção primária.

Sr. Presidente, antes de concluir o meu pronunciamento, ouvirei, atentamente o aparte da Senadora Heloísa Helena.

**A Srª Heloísa Helena** (Sem Partido – AL) – Senador Sibá Machado, serei breve. Tenho a certeza de que se o Senador Tião Viana estivesse presente neste Plenário, S. Exª o apartearia para homenagear o Senador Lauro Campos. O hospital do idoso, que será inaugurado no Acre, é proveniente de uma emenda do Senador Lauro Campos que, com o espírito de solidariedade capaz de atravessar fronteiras, disponibilizou todas as emendas de que dispunha para viabilizar a construção desse hospital. Por isso, fiz questão de apartear o Senador Lauro Campos para homenagear o Senador Lauro Campos. O hospital do idoso, que será inaugurado no Acre, é proveniente de uma emenda do Senador Lauro Campos que, com o espírito de solidariedade capaz de atravessar fronteiras, disponibilizou todas as emendas de que dispunha para viabilizar a construção desse hospital. Por isso, fiz questão de apartear o Senador Lauro Campos para homenagear o Senador Lauro Campos.

Campos que, com um gesto de generosidade exemplar, possibilitou que, no Acre, fosse construído um hospital extremamente importante.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Peço-lhe desculpas, porque não tinha conhecimento do fato. Certamente, como disse V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Tião Viana faria o justo registro do esforço do Senador Lauro Campos. Aliás, agradeço o Senador Lauro Campos em nome do Senador Tião Viana, do Governador e de todo o Estado do Acre por iniciativa tão louvável.

Creio que a visita do Presidente Lula ao nosso Estado vai marcar um momento de integração nacional, de desenvolvimento local e regional.

Espero que a população do nosso Estado possa dar um passo significativo à frente.

Quero, ainda, dar uma resposta à preocupação do Senador José Jorge. Realmente, o fato de ter havido uma propaganda daquela natureza choca todos nós. Acredito muito na pessoa do Ministro Miguel Rossetto. S. Ex<sup>a</sup>, na minha compreensão, está acima de qualquer tipo de suspeita. Comprometo-me a procurar o Ministro, conversar com S. Ex<sup>a</sup>, para saber o que houve que culminou nessa preocupação do Senador José Jorge. Essa não é uma prática do Ministro Rossetto. Jamais posso admitir que isso tenha acontecido. Também comprometo-me a descobrir e chegar às pessoas que provocaram esse tipo de situação, deixando não só o Ministério, mas também a imagem do Governo, numa condição de defesa.

Para todos os efeitos, a lógica da reforma agrária está sendo trabalhada, negociada, inclusive com seus atores mais ativos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quero aqui lembrar a atual situação vivida no Estado do Piauí, onde nosso Governador Wellington Dias, juntamente com uma empresa de energia e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, está passando uma área de terras de 40 mil hectares para um programa como esse a que me referi. Portanto, acredito que se está dando um passo significativo para a reforma agrária.

O dinheiro dos financiamentos tem chegado. Acabo de vir do meu Estado, onde visitei quatro experiências riquíssimas, uma delas na área de manejo de floresta, um trabalho da Embrapa que garante que os agricultores, mesmo tendo desmatado 50% de suas terras, ainda possam tirar algum dinheiro.

Vi com meus próprios olhos um trabalho bonito e bem-feito de um produtor, que não tinha mais nenhuma condição de sobrevivência e que, com um restinho de floresta, está conseguindo hoje um faturamento de até R\$14 mil, o que para o Estado do Acre é muito dinheiro. Vim de lá energizado para fazer, cada vez mais, esse

tipo de defesa. Espero que, no dia-a-dia, possamos pegar essas riquezas de experiências e transportar de um Estado para outro.

Nos dias 2, 3 e 4 – neste próximo final de semana –, estaremos em Porto Velho, onde as principais referências e Lideranças do movimento social da Amazônia estarão reunidas para fazer esse balanço dos investimentos do Governo Federal, do presente e do passado, e quanto isso também trouxe de felicidade para a população de nossa região. Que possamos levantar novos desafios e que essas Lideranças possam vir de lá também com um acordo prévio de negociação, seja no Congresso Nacional para legislações nessa direção, seja para o Governo Federal para liberação de recursos, seja para qualquer outra instituição do Poder Público.

Temos insistido em que a infra-estrutura hoje desenhada para a Amazônia via PPA (Plano Plurianual), os portfólios pensados em energia elétrica, o portfólio pensado nas vias de deslocamento, seja hidrovia ou rodovia, tudo isso leva ao desenvolvimento, e, no momento em que casamos isso com a sociedade local, com a população já residente, seja ela de que nível financeiro for, estaremos, sim, levando felicidade a todos.

Acredito piamente nisso. Portanto, espero que a Carta de Porto Velho seja lida aqui pela Senadora Fátima Cleide já na semana seguinte, por volta de segunda ou terça-feira, dia 05 ou dia 06, dando essa responsabilidade, a participação da nossa sociedade amazônica para o desenvolvimento do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à primeira oradora inscrita para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, a nobre Senadora Heloísa Helena.

Logo em seguida, voltaremos à lista de oradores regularmente inscritos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Sem Partido – AL. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, por várias vezes, temos debatido na Casa a questão das medidas provisórias, algo que já está ficando cansativo. Mas sabemos que, infelizmente, a promiscuidade nas relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional está, cada dia mais, impedindo que o Congresso Nacional cumpra sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo, porque o importante para a democracia representativa não é estarmos aqui sentados, com a maior pose, nas cadeiras azuis do Senado ou nas cadeiras verdes da Câmara. A razão de existir da democracia representativa e da nossa presença aqui é ou

legislar, ou representar ou fiscalizar. É para isso que estamos aqui.

É evidente que a cada dia criam-se obstáculos ou nas vexatórias operações-abafa, nos balcões de negócios que são montados para impedir abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito ou da perspectiva de legislar, porque as medidas provisórias de fato criam obstáculos a todo momento à Casa. Não é ler medida provisória que cria obstáculo, e, sim, efetivamente editá-la.

Isso acaba de tal forma vulgarizando as medidas provisórias que, nos momentos em que elas teriam utilidade, não vemos a rapidez necessária para que sejam editadas.

Espero, Sr. Presidente, que possamos, que o Governo possa fazer, até porque existem ações que podemos fazer – acho que todos tiveram oportunidade de ler matéria extremamente importante publicada no **Correio Braziliense** e no jornal **Estado de Minas** também, que dá conta da utilização indevida para o chamado Refis II. Todos lembram as alterações que foram feitas, em relação ao Refis II, na Câmara dos Deputados. Alguns de nós até imaginávamos que o Presidente da República poderia vetar a alteração que foi feita na Câmara, mas infelizmente o veto não houve.

O que está acontecendo hoje? Como nenhum Presidente vetou a alteração esdrúxula que foi feita pela Câmara dos Deputados, o chamado Refis II, o novo programa de parcelamento de débitos de tributos do Governo Federal, conforme mostra uma matéria extremamente bem feita, com depoimentos do Ministério Público, dos delegados da Polícia Federal, da Associação dos Magistrados, enfim, de personalidades que estão diretamente envolvidas nesses inquéritos extremamente importantes, está servindo para abrigar uma clientela acusada de toda sorte de crimes: tráfico, contrabando, roubo de cargas, homicídios e corrupção.

Como eles são flagrados também por sonegação fiscal, diretamente relacionada a tráfico de drogas, contrabando ou crimes de naturezas diversas, ficam limpinhos perante o Fisco e isso possibilita, inclusive, que estejam livres da condição de aprisionamento, que era o melhor lugar para eles estarem mesmo! Então, como ficam limpos perante o Fisco, iguais a qualquer contribuinte que paga seus impostos religiosamente em dia, o que acontece? Eles não poderão ser condenados pelo crime de sonegação fiscal, mesmo que o processo já esteja tramitando na Justiça. O que podemos fazer? O que fizemos: ao tempo em que apresentamos projeto de lei para corrigir a alteração feita na Câmara e aceita pelo Palácio do Planalto, solicitamos que a Receita Federal esteja presente na Comissão de Fiscalização e Controle para explicar o quanto isso

é lesivo ao interesse público. É de fundamental importância fazê-lo, mas esta é uma hora, Senador Papá-leo Paes, em que os dois requisitos mencionados na Constituição – relevância e urgência – estão presentes simultaneamente, justificando-se, pois, a necessidade de medida provisória que altere o Refis II, visando evitar a proteção dos delinqüentes da política brasileira ou do setor econômico, envolvidos com narcotráfico, contrabando e assassinatos em geral, de modo que sejam realmente punidos perante a lei.

Já que existe medida provisória para tudo, inclusive para acobertar aqueles que estão sob suspeita de chafurdar na lama podre da corrupção vinculada aos jogos, aos bingos ou às outras estruturas que lavam o dinheiro sujo do narcotráfico, espero que agora haja uma medida provisória para retificar as alterações feitas pela Câmara e acatadas pelo Palácio do Planalto no que diz respeito ao parcelamento dos débitos relacionados aos tributos federais. Neste caso, sim, existe o preenchimento dos dois requisitos simultaneamente: urgência e relevância, uma vez que a alteração na lei está servindo para acobertar delinqüentes das mais diversas espécies que estão soltos no Brasil em face dessa alteração.

Eram as considerações que eu gostaria de tecer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Ribeiro. PFL – TO) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Ribeiro, que integra a nossa Bancada de representação juntamente com o Senador Leomar Quintanilha; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; meus caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e de Ondas Curtas; profissionais da imprensa que cobrem os trabalhos desta Casa; integrantes da Tribuna de Honra e das galerias; visitantes do Estado do Rio Grande do Sul, cuja presença nesta Casa é uma honra para nós, quero registrar a comemoração, no último sábado, 27 de março, do Dia Mundial da Inclusão Digital.

Tenho vindo à tribuna com certa freqüência para tratar deste assunto, mas é importante destacar o grave atraso que estamos vivendo no Brasil em função da exclusão digital.

O Dia da Inclusão Digital tem como objetivo ampliar o debate sobre o acesso das camadas de mais baixa renda e da população em geral às novas tecnologias. A oferta de computadores seria apenas o primeiro passo, mas está longe de ser aquilo que consideramos o verdadeiro processo da inclusão digital.

Nesta primeira parte do meu pronunciamento, quero referir-me, prezado Presidente João Ribeiro, a algumas coisas que são verdadeiramente assustadoras, mas que ainda ocorrem em nosso País.

Já falei, desta tribuna, da inclusão digital e da solução que outros países que estão em dificuldades maiores do que o Brasil estão adotando e relembro um dado: Senadora Heloísa Helena, dos 3,5 milhões de partos de crianças nascidas no Brasil, no ano passado, 800 mil não foram registradas no prazo legal. Isso repete a taxa que vem sendo constatada pelo IBGE: a cada ano, em média, 20% ou 25% das crianças não são registradas. Ou seja, são 600 mil brasileiros que nascem e não têm a sua cidadania reconhecida. Certamente, a gratuidade dos cartórios foi uma das leis que não produziram efeito, e o acesso a esse direito não chega à grande parte da imensidão do território nacional.

Quais são as consequências desse processo? Ele impede o planejamento na área da saúde, como no caso da vacinação, e o acesso à educação; impede o planejamento deste País como Nação. Com muita veemência, tenho repetido, como exemplo, o sistema Renavam. Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup>, que, assim como o Senador Tião Viana, é um médico da Região Norte, sofre para atender as populações mais abandonadas deste País. O mesmo acontece no meu Tocantins. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando um carro sai da linha de produção e vai para uma distribuidora, para uma agência, a fim de ser vendido, passa a constar de um cadastro chamado Renavam, que permite, entre outras coisas, passados 10, 15 ou 20 anos, localizar um veículo em qualquer parte do território nacional.

Repto outro dado entristecedor, vergonhoso: se um carro do Rio Grande do Sul for abandonado no seu Estado do Amapá, Senador Papaléo Paes, em poucos minutos, as autoridades terão condições de identificar, pela placa e pelo chassi, o histórico desse veículo, que será rebocado para um pátio do Detran. O responsável pelo abandono pagará uma taxa, e o veículo estará protegido nas dependências de um dos Detrans. Todo o histórico do carro – por onde passou, quantos donos teve, quantos acidentes, quantas multas – se descobre por meio de um cadastro nacional que identifica todos os veículos da frota nacional.

Fomos capazes de produzir um cadastro de veículos, mas, em relação às crianças – é triste dizer –,

o mesmo não ocorreu. Arrisque-se a abandonar uma criança de qualquer cidade nas ruas, e ela não será identificada. Existe até um serviço de proteção animal, que recolhe cachorros abandonados nas ruas – as chamadas carrocinhas – e os deixa no Centro de Controle de Zoonoses, onde permanecem por determinado tempo, são vacinados ou, às vezes, extermínados. Qualquer cidadão que tiver um animal com suspeita de doenças receberá em casa um representante do Centro de Controle de Zoonoses, que recolherá amostra de sangue e incluirá o caso em um cadastro, tendo em vista as necessidades da saúde pública.

Fizemos isso tudo, mas ainda não fizemos nada com relação às nossas crianças. Isso seria algo tão difícil, Sr. Presidente? Isso seria impossível?

Cito, Senadora Heloísa Helena, o exemplo da província de San Luis, na Argentina, onde os hospitais estão adotando um processo imediato, pós-parto – tal qual o teste do pezinho e tantos outros preventivos que podem evitar à criança muitas doenças no futuro. Trata-se de um modelo completo, diretamente ligado à informatização, que é uma amostra do que é possível fazer em proveito da humanidade, tendo em vista os avanços tecnológicos.

Nessa província, Senador João Ribeiro, a criança, quando chega à escola, é identificada pelo polegar e têm sua presença registrada. Tal procedimento permite um maior acompanhamento, já que ela passa a fazer parte de um cadastro – o mesmo adotado nas maternidades – com dados sobre a vacinação, a freqüência, o rendimento escolar. Ou seja, há o reconhecimento daquela vida em termos de cidadania.

Senador Papaléo Paes, esse é um processo extremamente barato, se o compararmos ao preço que o Brasil está pagando pelo abandono de gerações inteiras.

Repto outro dado entristecedor, vergonhoso: estamos perdendo 40 mil jovens na faixa de 18 a 24 anos, nas grandes cidades brasileiras, nas periferias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre, de Recife, de Belo Horizonte, vítimas do extermínio. Não precisamos aprofundar muito a pesquisa, para descobrir que esses 40 mil jovens, oriundos das classes mais baixas – geralmente negros, pardos, pobres –, que lotam as cadeias, as Febems, os presídios, são aqueles que não obtiveram certidão de nascimento. Essa é uma consequência óbvia, que continuará ocorrendo. Deixam de obter a certidão de nascimento, de ser vacinados e de ir à escola e depois passam a servir ao crime organizado. Este, sim, vem organizando-se muito mais do que o nosso Governo – não me refiro ao Governo passado ou ao atual, mas aos governos

em geral. Decepções e mais decepções se sucedem a cada nova eleição.

Desejo registrar os avanços do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti. Houve realmente um avanço, pois retiramos milhares de crianças dos lixões. No entanto, muda o Governo, o programa passa à outra administração, sendo necessário mais de um ano para sua organização. Agora, sob novo nome, o programa volta a funcionar. Esse fato é incrível, impressionante, desestimulador.

Quero falar, ainda, Senador Tião Viana, sobre o Dia da Inclusão Digital. Anuncio a esta Casa que estou desenvolvendo contatos com os técnicos da NEC do Brasil, que implantaram na província de São Luís este processo que estamos tentando implantar em Palmas, que é uma cidade que já tem fibra ótica em toda a sua extensão, que tem computador em todas as suas escolas, que tem um processo de inclusão digital, que é a cidade do conhecimento, que tem totens espalhados em diversos pontos da cidade, com quiosques onde há um terminal de computador que permite ao cidadão ter todas as informações sobre a nossa cidade, de forma interativa, registrar a sua passagem pela nossa comunidade e ter todo o tipo de informações inerentes à nossa capital. Nossa próximo passo será tentar implantá-lo nas escolas de Palmas. Estaremos reunidos nesta semana com o Governador Marcelo Miranda e com a Prefeita da nossa capital Nilmar Gavino Ruiz para tentar fazer de Palmas a primeira cidade do Brasil que tenha todas as suas escolas com esse modelo de identificação pela digital de todos os alunos matriculados, o que vai permitir uma organização com a qual os pais, por meio da Internet, possam acompanhar o desempenho escolar de seus filhos, inclusive as ausências.

Mas o que queremos é um pouco mais. Pretendemos fazer com que o Governo Federal, que também tem promovido estudos no âmbito do Ministério da Educação, possa encontrar um meio, junto com o Ministério da Justiça, nobres Líderes Tião Viana e Ideli Salvatti, nobres Senadores Leomar Quintanilha, Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, de acabar definitivamente com essa estatística amedrontadora. Vou repetir, Senador Tião Viana: três milhões e meio de crianças nasceram no ano passado no Brasil; delas, oitocentos mil não foram registradas – 25%.

Repetindo o raciocínio: serão os mesmos que não estarão nas salas de aula, serão os mesmos que estarão em algum momento em alguma das Febem's. São os mesmos que, se não forem exterminados, estarão contribuindo ou para cheirar cola em um primeiro momento, ou para participar da rede do narcotráfico nos morros ou nas periferias das grandes cidades.

Diga-se de passagem, como eu havia dito no início de meu pronunciamento, o crime tem se organizado mais do que nós enquanto Governo. E não falo, Senador Tião Viana, deste ou do Governo passado. Isso não interessa. Isso não me move. Não venho à tribuna desta Casa para falar deste ou daquele Governo. Vejo falar das nossas responsabilidades.

Entendo que, por meio dos avanços tecnológicos, algumas coisas a Índia tem feito com toda a miséria, com toda a pobreza. Está na Índia um dos maiores avanços, a maior formação de quadros e de desenvolvimento tecnológico na área da informática. Grandes empresas norte-americanas aboliram as suas centrais de informática, de projetos e recebem pela Internet, de técnicos da Índia, estudos, projetos com custos mais baixos e com maiores avanços tecnológicos.

Está na hora de nós, brasileiros, principalmente no tocante ao registro de nascimento, fazermos alguma coisa. Não podemos legar a nossas crianças esse tipo de abandono. Se conseguirmos, pelo Renavam, um sistema que cadastre, organize e proteja toda a nossa frota nacional, por que não, Senador Tião Viana, envidarmos esforços em relação à digitalização, ao uso das tecnologias da informação, para promovermos, por meio das maternidades, dos cartórios e das escolas, um processo em que tenhamos o mais amplo conhecimento da realidade das nossas crianças. Assim, estaríamos preservando o futuro, contribuindo para que pudéssemos também alterar as nossas estatísticas com relação ao crime, às Febem's, ao abandono, ao crime organizado.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana; em seguida, ao Nobre Senador Leomar Quintanilha.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, estou acompanhando atentamente V. Ex<sup>a</sup> num pronunciamento que se apresenta como um desafio a uma visão estratégica que os governantes brasileiros devem ter hoje. Quando falo em governantes, refiro-me aos governantes municipais, estaduais e ao próprio Governante Maior da União, que é o Presidente Lula; seguramente pela compreensão que todos devemos ter de que a célula-mãe do desenvolvimento, da identidade nacional e do perfil brasileiro está no Município. Hoje, vi o Presidente Lula renovar seu compromisso com a Nação. No debate sobre desenvolvimento, sobre pacto político, Sua Excelência reiterou o pacto federativo que temos como grande desafio, que passa exatamente pelo pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz. O Presidente Lula disse com toda clareza que é no Município que a pessoa nasce, vive, tem o saneamento básico, escola e onde as coisas acontecem de fato. Incorporo totalmente o que V. Ex<sup>a</sup> afirma como um grande cheque para a ética social, que é o

da inclusão de pessoas na sua identidade, como um pressuposto básico, e o acesso à escola de maneira cidadã. Quando V. Ex<sup>a</sup> aponta os recursos da informática nessa conexão, não está de modo algum sendo utópico. Ao contrário, talvez isso tenha como resultado o barateamento do custo do ensino, pois muito material escolar seria transferido para as telas da Internet, proporcionando um acesso muito mais racional e próximo do estudante. Penso que todos devíamos refletir no gesto do Ministro Paulo Renato – um fato verdadeiro, e deve ser dito –, um grande investimento na área de informática em escolas públicas brasileiras. E nosso dever é dar continuidade, aproveitar e assegurar que toda criança esteja na escola. Dessa forma, rompemos com o ciclo. Gostaria de citar apenas um exemplo no que se refere à identidade. Em meu Estado, havia Municípios, como Tarauacá, em que 60% das pessoas não possuía Certidão de Nascimento, a situação mais dramática que se poderia imaginar. Seguramente, reduzimos para menos de 10% em um período de cinco anos, o que é um grande passo. Atualmente, em mais de 90% dos Municípios de meu Estado, as crianças, no momento em que nascem, já possuem o registro de nascimento, entregue no próprio hospital. Esse é um passo decisivo que pode assegurar o grande gesto da identidade nacional como pressuposto básico da ética social que deve nortear todo governante. Parabéns pelo pronunciamento denso e de grande desafio para os gestores brasileiros atuais.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB**

– TO) – Agradeço, Senador Tião Viana, ainda mais vindo de V. Ex<sup>a</sup>, que é médico e conhece os problemas da sociedade, principalmente os das regiões mais abandonadas. E, ao mesmo tempo em que relata a experiência de seu Estado, o Acre, nos enseja a oportunidade de dizer que o grande brasileiro Fernando Henrique Cardoso, quando era Presidente, teve um grande reconhecimento: implantou parcerias, esteve pessoalmente no Estado de V. Ex<sup>a</sup> e sempre reputou o Governador Jorge Viana um dos melhores Governadores deste País, um dos mais destemidos e ousados, que realmente promoveu uma grande mudança naquele Estado.

Era o registro que eu gostaria de fazer sobre a competência do Governador Jorge Viana, reconhecida por todos os partidos, por todos aqueles que acompanham a vida pública nacional.

Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – Eminentíssimo Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando afirma que a comemoração do Dia da Inclusão Digital é efetivamente um grande desafio para

toda a sociedade brasileira e particularmente para o Governo como forma de inclusão digital de sua população. Ora, vivemos aos quinhentos e poucos anos – idade do Brasil – ainda lutando, sem vencer a pecha, a mácula, as amarras do analfabetismo convencional, sem conseguirmos nos livrar dela; o Brasil ainda apresenta índices elevadíssimos de analfabetos que, em razão da evolução da sociedade, estão cada dia mais excluídos do processo produtivo. Avalie V. Ex<sup>a</sup> como estão os brasileiros hoje com o processo digital! Os dados são efetivamente arrasadores: um percentual muito pequeno, bem pequeno da população possui computador em casa. E um percentual um pouco mais elevado tem acesso ao computador. Este é o novo tipo de analfabeto: o analfabeto digital, o analfabeto contemporâneo, que não tem acesso aos modernos meios de informatização oferecidos pela ciência e pela tecnologia. Promover esse acesso é um grande desafio para o Brasil. Penso que V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa uma discussão oportuna, apropriada e que será o tema do presente e do futuro, porque não há como pensar ou estabelecer um processo de desenvolvimento da sociedade brasileira se ela não se modernizar e passar a ter acesso aos meios de comunicação. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela consideração que traz à Casa.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB**

– TO) – Agradeço, Senador Leomar Quintanilha, a participação de V. Ex<sup>a</sup>, profundo conhecedor dos problemas nacionais, que também representa o nosso Tocantins nesta Casa.

Concluo, Sr. Presidente, trazendo diversas informações sobre a província de San Luis e os resultados que obtiveram os governos, as autoridades da área sanitária, da educação, da segurança pública e inclusive o próprio Parlamento, uma vez que um processo de digitalização de todas as ações do Legislativo permite à população saber até se o Parlamentar está em sua cadeira no momento da sessão.

Para sorte de muitos, isso ainda não acontece no Brasil. Se isso ocorresse na data de hoje, por exemplo, Senador Papaléo Paes, a população viria a descobrir que não são muitos os Senadores que, como eu, V. Ex<sup>a</sup> e os demais presentes, freqüentam diariamente a tribuna desta Casa, pensando em alguma coisa melhor para o País, sonhando com um Brasil mais justo, e não apenas para fazer um simples discurso.

Faço esse registro hoje e, no meio da semana, participarei de uma reunião em que apresentaremos mais um projeto para a cidade de Palmas, que já é, de longe, o mais baixo índice de violência entre as capitais, a de maior oferta de empregos, a de maior respeito ao plano diretor, sem invasões, sem doação de lotes. Estamos construindo no Tocantins alguma

coisa de diferente, que já vem sendo descoberta por esse Brasil. Não temos Banco do Estado quebrado – portanto, não participamos de Proer; não devemos nada à União – ao contrário, temos créditos a receber; nascemos sob o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal e antes do nascimento dela; a folha de pagamentos do nosso Executivo é, seguramente, a mais baixa do País; temos os menores índices de custo com assembléias e com outras instituições.

Há muito o que comemorar no Tocantins, mas vamos fazer uma experiência modelo em Palmas, Senador João Ribeiro. Vamos começar com um projeto-piloto e apresentar a idéia, sonhando com o objetivo de informatizar todas as escolas e maternidades de Palmas, associando-as a um cartório. Assim, os registros sairiam das próprias maternidades, e todas as crianças que entram na escola seriam imediatamente detectadas pela digitalização, criando-se um cadastro de todas elas que nos permitiria acompanhar vacinação, evolução, desempenho na escola, inclusive a relação com os próprios pais. Lá conseguimos, por meio de um projeto com a Guarda Metropolitana, a total integração, que praticamente acabou com a violência nas nossas escolas. Temos um movimento de cidadania que abre as escolas nos fins de semana, e há um guarda metropolitano em cada escola. Este passa a ser um amigo da comunidade escolar, conhece os alunos, os professores e aprende formas didáticas de lidar com os alunos. Isso vem baixando a violência.

Palmas, apesar disso tudo, não está fora do contexto social brasileiro. Lá também existem classes menos favorecidas, periferias e até mesmo a formação de gangues, que estamos combatendo. E, para combatê-las, é preciso organização. O crime vem vencendo porque se tornou organizado e passou a vencer a polícia e o sistema de informação do Estado. Agora, o Estado está correndo atrás desse prejuízo. Estamos procurando nos antecipar a isso no Tocantins e em Palmas.

Agradeço a atenção deste Plenário, comunicando que, se tudo correr bem, se depender da nossa vontade e do nosso desejo, implantaremos em Palmas esse projeto modelo, e poderei anunciar neste Plenário, em poucos meses, que Palmas já é a primeira das cidades brasileiras com processo total de inclusão digital, de informatização do rol de alunos, e não da escola. O mais importante é o aluno, o cidadão com certidão de nascimento, cidadania, com direito de tentar sobreviver neste imenso Brasil de tantas riquezas e de tanta pobreza, que nos envergonha a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela benevolência de V. Ex<sup>a</sup> com relação ao tempo, que, desta vez, extrapolei.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ribeiro. PFL – TO) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, de acordo com o sistema de intercalação. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

O próximo orador inscrito é o Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, na última quarta-feira, dei entrada, nesta Casa, em um projeto de lei que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, e inciso à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago” e enquadrá-lo como crime hediondo. Passo a ler a justificação do projeto.

O chamado “seqüestro relâmpago” tem, nos últimos anos, multiplicado sua participação nos registros policiais, principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e apresentado explosão preocupante em Brasília, capital da República.

É crime dos mais graves, pois combina roubo, extorsão e seqüestro em uma única modalidade criminosa, chegando, muitas vezes, a culminar em homicídio. Portanto, considerando os crimes que hoje fazem parte do rol de crimes hediondos, o seqüestro relâmpago não merece tratamento distinto, dado o seu caráter covarde e cruel, ao tormento psicológico a que submete as vítimas, e por ser conduta que indica um grau muito maior de periculosidade e sentimento anti-social por parte de seu agente, se comparado ao simples roubo ou extorsão, e tão reprovável quanto o ato de seqüestrar com o fim de pedir um resgate.

Mostrou-se necessário, para a inclusão desse crime no rol dos crimes hediondos da Lei nº 8.072, de 1990, a sua prévia tipificação, dado que não existe consenso atualmente entre os nossos juristas a esse respeito, principalmente se estamos diante de um roubo ou de uma extorsão. Como bem observa o renomado jurista Damásio E. de Jesus, existem atualmente três orientações que distinguem o tipo penal do roubo do tipo de extorsão, sendo duas delas minoritárias e uma amplamente dominante.

Segundo a corrente predominante, o critério mais preciso na diferenciação entre a extorsão e o roubo é o da *prescindibilidade ou não do comportamento da vítima*. Assim, quando o agente criminoso pode obter a vantagem econômica dispensando a conduta da vítima, trata-se de roubo; quando, ao contrário, ela depende necessariamente da ação da vítima, trata-se de extorsão. No caso do “seqüestro relâmpago”, se a vítima não se dispuser a efetivar os saques ou a fornecer a senha de seu cartão bancário, não haverá

saque algum nos caixas eletrônicos. Portanto, estamos diante de uma extorsão, e assim tem entendido a maior parte dos julgados, inclusive em nossos tribunais superiores.

Em face do exposto, Sr. Presidente, o projeto de lei respeita a orientação majoritária em nossos tribunais para tipificar o crime de “seqüestro relâmpago” no corpo do art. 158 do Código Penal (extorsão) e, ao mesmo tempo, acrescenta-o ao rol dos crimes hediondos, o que constitui, a nosso ver, importante contribuição para a lei penal e para a proteção da sociedade.

Aproveito o tempo restante para dizer que não tive oportunidade de apartear o Senador Eduardo Siqueira Campos, mas o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup> neste plenário foi muito importante. O Estado do Tocantins é exemplo para todos nós, pois sempre foi governado por pessoas que têm responsabilidade com a causa pública, dando sempre continuidade – não o continuísmo – aos bons programas implantados naquele Estado.

Com isso, quero fazer uma comparação com o Amapá, que era território, passou a Estado, mas que deixa muito a lamentar. E não quero jogar a culpa em cima de um ou dois governantes, mas, sim, em um sistema criado – e que não foi bem planejado – quando da implantação do Estado, o que trouxe consequências muito negativas. Portanto, estamos procurando de todas as formas e maneiras, por meio do atual Governo, também dar bons exemplos para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ribeiro. PFL – TO) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, eu e seguramente milhares de brasileiros estamos estarrecidos com a afirmação do líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). À guisa de pressionar o Governo Federal no sentido de apressar o trabalho de reforma agrária e, seguramente, de promover o assentamento de inúmeras famílias, ele afirma: “Abril vai ser um mês vermelho. Servidor público, estudantes, a turma da moradia, nós, os sem-terra, os rurais, nós vamos infernizar. Abril vai pegar fogo”.

Imagine o clima que toma conta do meio rural, porque há exemplos anteriores de invasões, que, na grande maioria das vezes, não é feita de forma pacífica. Em algumas ocasiões, os trabalhadores sem terra, munidos de facões e foices, em turbas, de forma agressiva, têm tomado conta de muitas propriedades neste País. E são propriedades, Sr. Presidente, que vêm passando de geração em geração, de pai para

filho, durante muitos anos. O meio rural sempre trouxe alegrias para o povo e para o Governo brasileiro, principalmente quando a agricultura competitiva e a pecuária extremamente produtiva brasileira têm contribuído para o equilíbrio da balança comercial, para a exportação, para a geração de riquezas internas e para a criação de pontos de trabalho, abrigando a mão-de-obra cada vez mais carente de oportunidades de trabalhar. Sendo assim, não podemos nos conformar com afirmações desta natureza.

Se o propósito tem sentido de apressar, de exigir do Governo a reforma agrária, não podem os produtores rurais pagar por isso. Aliás, o que vemos, diante do impasse criado com a reforma agrária, é a multiplicação dos acampamentos dos chamados sem-terra, às margens das rodovias, na sua grande maioria, outros às margens de propriedades rurais, em uma vida subúmida, abrigados em casebres de palha improvisados, feitos às pressas em locais insalubres. Ali, há pessoas abrigadas com suas famílias, muitas com crianças, sujeitas às intempéries e aos riscos da permanência à margem das rodovias, onde acidentes também têm se multiplicado, à espera de uma definição dessa questão relacionada com a reforma agrária. Isso tudo porque houve um certo comprometimento de que seriam assentadas as pessoas que estivessem acampadas.

E no nosso Estado, Sr. Presidente, Senador João Ribeiro, o Estado do Tocantins, vimos, de um ano para cá, surgirem centenas de acampamentos de pessoas que, entendemos, não serem afeitas a lides rurais; de pessoas que estão hoje na periferia das cidades, sem ter uma oportunidade de emprego ou de ganho para sustento seu e de sua família, buscando nessa alternativa, nessa esperança alentada pelo Governo, a oportunidade de sustentar a si mesmos e as suas famílias, engrossando as filas daqueles que estão criando esse novos acampamentos.

Recordo-me bem de um quadro interessante que vi nas proximidades da cidade de Miracema, no Estado de Tocantins, em um desses acampamentos. Muitas das pessoas que o integram, ao final do dia, retornam para suas casas na cidade de Miracema. Pela manhã, dirigem-se ao acampamento como forma de pressionar o Governo no processo de distribuição de terras de assentamento rural, a destinar às famílias um pedaço de terra. Logo, não podemos nos conformar e ouvir calados essa verdadeira ameaça ao Estado de direito e a um setor que, com seu o trabalho, tem contribuído para o desenvolvimento do País.

É imperativo que o Ministro da Reforma Agrária adote providências urgentes para que essa ameaça não se materialize. Aliás, os jornais de hoje anunciam

que invasões já começaram no sul do País, antes mesmo de abril iniciar.

Assim, Sr. Presidente, como entendo que esse processo de reforma agrária é equivocado, penso que o Ministro precisa reexaminar a situação, porque as famílias se multiplicam nos assentamentos e, ainda que assentadas, se o processo continuar, os acampamentos nunca terminarão, nunca terão fim, porque estes serão assentados, mas novos acampamentos surgirão, formados pelas pessoas que, hoje, moram nas periferias das cidades e não têm alternativa de trabalho para sustentarem a si e as suas famílias.

**O Sr. Jonas Pinheiro** (PFL – MT) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Com muito prazer, nobre Senador Jonas Pinheiro.

**O Sr. Jonas Pinheiro** (PFL – MT) – Eminente Senador Leomar Quintanilha, hoje pela manhã, em Cuiabá, recebi em minha residência um dos líderes do sindicato de trabalhadores rurais da cidade de Diamantina. Ele foi até lá para saber a minha opinião sobre o movimento apregoado pelo líder nacional do MST, de certa forma já também adotado no Estado de Mato Grosso. E ele queria saber porque estava previsto que Cuiabá recebesse em torno de 2.200 sem-terra, que estavam se reunindo para traçar um plano para invadir as propriedades no Estado do Mato Grosso, fossem elas produtivas ou não, obedecendo a idéia que V. Ex<sup>a</sup> traz à pauta do Congresso Nacional, qual seja, a de pressionar o cumprimento dos compromissos e das promessas do Governo Lula. E V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz nisso: O que o produtor rural, aquele que tem a sua propriedade consolidada, que está produzindo bens e que cumpre a função social dessa mesma propriedade ser invadida. Essas invasões estão programadas, principalmente, às margens das rodovias, nas proximidades das cidades, para chamar mais a atenção. Portanto, feliz é V. Ex<sup>a</sup> que, preocupado com essa situação, traz esse tema hoje à Casa. Associo-me a V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jonas Pinheiro, que tem uma compreensão ampla principalmente da atividade rural. O Brasil não consegue abrigar aqueles que se propõem a cultivar um pedaço de terra e produzir o suficiente para o seu sustento e, quem sabe, obter um excedente para construir uma condição de dignidade para a sua família. O Governo Lula está procurando aprimorar o modelo já existente, que, para mim, é equivocado, pois não consulta os interesses daqueles que têm terra. E o que vemos, efetivamente, são hordas de rotos e famintos, desesperados por não ter o seu ganha pão, buscarem nessa vertente que o Governo

oferece uma oportunidade de trabalhar. E V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que os acampamentos e os assentamentos estão se multiplicando na proximidade das cidades, pois é onde vivem pessoas com dificuldades de encontrar um posto de trabalho ou uma forma de obter receita própria e que, vêm nessa alternativa, um modo de sobreviver. Por isso, os acampamentos não vão acabar. Se assentarmos todos os que estão hoje acampados, seguramente, amanhã, haverá outra quantidade de pessoas originárias das periferias das cidades na busca da oportunidade de encontrar um modo de sobreviver.

Olço com muito prazer o eminentíssimo Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Senador Leomar Quintanilha, essa é uma matéria sobre a qual, sinceramente, todo o Brasil esperava que o Governo do Presidente Lula desse encaminhamento. Aliás, na campanha, ele dizia, com muita convicção – e, na minha opinião, com muita correção –, que, se havia alguém que podia fazer a reforma agrária, era ele. Se o povo brasileiro escolhesse um Presidente na expectativa de que esse Presidente fizesse a reforma agrária, era ele, porque conhecia o assunto e, o mais importante, tinha a confiança das pessoas, dos sem-terra. E ele, Lula, tinha condições de fazer a reforma agrária. Ele escolheu para Ministro da Reforma Agrária um homem do Rio Grande do Sul, conhecedor da matéria, sério e responsável, que tem entre as suas características – no Rio Grande do Sul, reconhecímos isso – a capacidade de negociar, de dialogar. Ele era considerado, no Governo Olívio Dutra, a pessoa que fazia as negociações internas do Governo. A surpresa nisso tudo é que já faz quase um ano e meio e o Governo ainda não disse a que veio com relação à reforma agrária. Vamos falar com toda a sinceridade, o problema é esse: o Governo tinha que chamar os líderes da reforma agrária, sentar à mesa, ficar um ou dois dias naquelas espécies de hotéis que eles têm, e discutir, analisar e chegar à conclusão: “Vai ser assim; nós, do nosso Governo, vamos fazer assim”. Uma vez, li que o Lula disse depois de assumir: “As invasões, essa coisa toda, eram necessárias porque o Governo não queria fazer a reforma agrária, mas eu quero”. Então, se o ele quer, se ele vai fazer, o problema era sentar com os líderes da reforma agrária e dizer como é que eles vão fazer: “Olha, queríamos assentar 200 mil este ano, mas não vai dar. Então, vamos chegar a um acordo de 20 mil, 50 mil”. Mas não falaram, não discutiram, não propuseram, não disseram nada. Hoje, em termos de reforma agrária, é como no tempo de Fernando Henrique: não se tem notícia de coisa alguma. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que é um absurdo a declaração de Stédile de que abril

será vermelho. Isso é horrível, é altamente negativo, prejudicial e até criminoso, porque ele está anunciando o que vai fazer. E o doloroso é fazer isso no Governo Lula, mas, mais doloroso, é que isso está ocorrendo porque o Lula não diz uma palavra. Na entrevista, poderia chamar o Movimento dos Sem-Terra, o pessoal da reforma agrária. Segundo manchete dos jornais de hoje, o Presidente Lula manda distribuir recursos para a reforma agrária, mas ninguém cumpre. Não estão cumprindo as determinações do Lula, do Presidente da República, e não acontece nada! A notícia a que V. Ex<sup>a</sup> se refere é tão grave e tão importante que justificaria que o Presidente da República chamasse os lados interessados para encontrar uma solução, uma proposta de como ficará a situação daqui em diante, o que não quer dizer que Sua Excelência assentará essas pessoas amanhã. Evidentemente, não há condições para isso. No entanto, é possível apresentar uma proposta para um plano de ação periódico. Lamentavelmente, publicam-se essas notícias, como a que V. Ex<sup>a</sup> citou, e daqui a pouco a Brigada Militar estará nas ruas e pessoas estarão morrendo durante o Governo Lula. E nunca imaginamos que esses fatos pudessem ocorrer na sua gestão. Manifesto minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. De tudo que está aí, seria importante que o Governo Lula dissesse algo que ainda não falou. Obrigado.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)**  
– Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão quando afirma que havia realmente uma expectativa muito grande do setor de que a reforma agrária ocorresse no Governo do Presidente Lula. E até acredito que o Presidente esteja interessado em fazer a reforma agrária e tenha escolhido um Ministro que conheça o problema.

No meu entendimento, o modelo é ruim, equivocado. Esse modelo não trará um resultado positivo à reforma agrária brasileira. Portanto, espero que o Presidente reveja essa situação, juntamente com o Ministro Miguel Rossetto, e ofereça ao País, aos produtores rurais a tranquilidade necessária para que aqueles que esperam ter um pedaço de terra para trabalhar e abrigar sua família encontrem essa oportunidade mas numa reforma agrária tranquila, pacífica. Não é preciso incendiar o País nem o meio rural, que está dando prestígio ao País. O produto brasileiro, principalmente depois da ação efetiva da Embrapa, assim como a agricultura e a pecuária brasileiras tomaram uma dimensão extraordinária no contexto social e econômico deste País.

Senador Antero Paes de Barros, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muita alegria.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)**  
– Senador Leomar Quintanilha, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>

pela oportunidade do seu pronunciamento. Foi dado o aviso, mas faço uma pequena correção: o aviso não é da semana passada, mas do ano passado, quando o MST tinha essa mesma pauta. Naquela ocasião, o Governo se mobilizou e estabeleceu o prazo de um ano, em razão de haver uma política para desenvolver a reforma agrária, mas não aconteceu nada até agora. Precisamos discutir o Estado: como ele funciona, qual é o seu aparelhamento, a sua eficiência, se as pessoas que ocupam funções públicas têm ou não capacidade para fazer essas coisas acontecerem dentro das suas funções ou se há falta de vontade política do Governo do PT de fazer a reforma agrária. Quero acreditar que uma das coisas com as quais o Presidente Lula é mais comprometido é com a reforma agrária, que faz parte da sua história, da sua vida, da sua biografia. O Presidente sempre lutou pela reforma agrária. E o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, é ligado aos movimentos, tem a credibilidade dos movimentos. Sendo assim, é a questão burocrática, do aparelhamento do Estado que não deixa a coisa funcionar. E isso tem que funcionar. A Senadora Serys Slhessarenko me diz que lá no nosso Estado, em Mato Grosso, há questões gravíssimas. Por exemplo, o Ministério Público entrou com uma ação proibindo a desapropriação no Estado enquanto não forem devolvidas à União as terras públicas, o que foi acolhido pelo Juiz Federal. Então, é preciso retomar as terras públicas, mas muitas delas estão ocupadas por grandes fazendeiros que produzem enorme quantidade de grãos e ajudam o Brasil na questão da balança comercial. O Brasil está entre duas situações: primeiro, precisa prestigiar o agronegócio e, segundo, precisa diminuir o custo Brasil, investir na infra-estrutura, melhorar as nossas estradas, melhorar os nossos portos e tornar os nossos produtos mais competitivos em nível internacional. Isso é verdade, mas há uma injustiça tão grande e tão atravancadora do desenvolvimento quanto essas: é preciso fazer a reforma agrária, que não é um tema de agora, é um tema de quinhentos anos. É um tema que assusta, assim como assusta também a continuidade da injustiça. Creio que o Movimento está no seguinte dilema: acredita mais uma vez, espera mais um ano ou acredita naquele velho adágio popular lá do nosso Mato Grosso que diz "Vai esperar? Então, morre o burro e mais quem toca". O MST está entendendo que, ou age como movimento para ocupar, resistir e produzir e obter aquilo que sempre reivindicou, ou acabará não tendo acesso à política de reforma agrária. Vamos observar. Há um ano o MST vem recebendo promessas e o processo pode se tornar mais célere inclusive com a contribuição do Congresso Nacional. Todos temos esse discurso agora em abril. Quero ver esse discurso na

hora da elaboração do orçamento, porque a prioridade deve ser colocada no orçamento. Esse discurso nós queremos ver refletido no orçamento. Então, vamos unir os que defendem o Movimento dos Sem-Terra com os que defendem o agronegócio e vamos fazer a defesa de recursos para a promoção da reforma agrária. Aí, tranquilizaremos a todos, melhoraremos o Brasil e diminuiremos a injustiça. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)**

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, com o qual concordo. Esse fato não é isolado, ele acaba aumentando a sua pressão em decorrência das dificuldades que o País experimenta, inclusive para crescer. A partir do instante em que o País não cresce economicamente, os substratos sociais, por não terem alternativas de aproveitamento da sua capacidade de trabalho, acabam buscando essa alternativa, que vislumbram ser a correta para buscar a sobrevivência.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT)**

– Senador Leomar Quintanilha, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)**

– Ouço com prazer a nobre Senadora Serys Shessarenko.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT)**

– Senador, o MST é um movimento de credibilidade, inclusive internacional. É o Movimento organizado mais forte deste País. A reforma agrária tem que ocorrer, não tenho dúvida. Chega de superconcentração de terra neste País, que vem desde o seu descobrimento, começou com as Capitanias Hereditárias. Se tivéssemos tempo, faríamos aqui um histórico dessa superconcentração de terra e a razão da não-realização da reforma agrária no Brasil. Como disse o Senador Antero Paes de Barros, em Mato Grosso, por exemplo, a situação é difícil. Há terra que não acaba mais, mas há também muitos sem-terra. E não se consegue fazer a tal da reforma agrária. Existe uma decisão judicial de que não se pode desapropriar terra em Mato Grosso, enquanto não houver o resgate das terras públicas. E considero uma decisão correta. Há 3 milhões de hectares de terras públicas apropriadas de forma absolutamente indevida e irregular e que devem ser retomadas. Em Mato Grosso, não se deve investir mais dinheiro em desapropriação de terras. O dinheiro deve ser utilizado em políticas agrícolas para micro e pequenos agricultores. E devem ser resgatadas as terras públicas. Mas quem as entrega, Senador? Pessoas que se apossaram de 10, 20, 30, 50 mil hectares, de forma indevida e irregular, e não entregam a terra. Recorrem da sentença, e o juiz federal decide a favor do resgate da terra pública. Mas é óbvio que a pessoa que se

apossou de 30 mil hectares de terra e a cultiva gratuitamente como “dono” recorre às instâncias superiores. E nossa Justiça, como bem sabemos, é lentíssima. A situação é esta: não se pode desapropriar e, por outro lado, o resgate da terra pública é moroso. Então eu pergunto: como fazer reforma agrária em Mato Grosso? A reforma agrária é necessária, é essencial e urgente. Mas são criados mecanismos a fim de inviabilizá-la. Infelizmente, é o poder do grande capital, do grande latifúndio, que a inviabiliza. Muito obrigada.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)**

– Senadora, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Compete ao Governo adotar providências urgentes e imediatas que a questão tão importante requer. O que o Governo não pode e o Brasil não aceita é que essa luta fratricida continue. São irmãos brigando com irmãos em razão de um pedaço de terra em um País de dimensão continental, com terras sobrando para todos os lados. Isso não faz sentido.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE)** – Senador Leomar Quintanilha, permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)**

– Eminente Senador Sérgio Guerra, já não sou mais dono do meu tempo. Se a Mesa concordar, ouvirei V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ribeiro. PFL – TO)

– O tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou, Senador Leomar Quintanilha, mas a Mesa espera que seja breve o aparte do Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE)** – Agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leomar Quintanilha, bem como a condescendência do Sr. Presidente. Hoje o jornal **Folha de S.Paulo** publica um texto do Senador Jorge Bornhausen – V. Ex<sup>a</sup> deve ter lido –, em que S. Ex<sup>a</sup> analisa o problema da exportação brasileira de soja e os descontos concedidos na safra brasileira, o que implica redução de preço por conta de baixa produtividade, defeitos de sistema, que tem origem na falta de infra-estrutura brasileira para suportar as exportações agrícolas. O fato concreto é que a sociedade econômica brasileira afirma, e com razão, que o grande problema do setor público no Brasil, de uma maneira geral, e do Governo Federal, em especial, não é colaborar, é não prejudicar. Difícil é produzir. Esperar apoio governamental é ilusão pura, simples, histórica. Não se dá, e não se dá muito menos agora. O tema do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, os fatos que estão aí nos jornais são extremamente preocupantes. Este País está sustentado na nossa capacidade de produção agrícola, que não deve lá muito aos Governos e, de uma maneira muito clara, não deve quase nada a este Governo. E, neste instante, quando surge outra vez e começa a se confirmar toda uma ação com vistas à apropriação de

terras para, de uma maneira concreta, levar o Governo a fazer a reforma agrária, penso que todos devemos nos unir – e não é uma questão partidária – nesta que é uma das prioridades sociais brasileiras: a reforma agrária. Qual é o limite dessa prioridade? Ela tem que ser prioridade, mas deve-se considerar de outro lado a capacidade de produzir. Devemos ser tão decididos a fazer a reforma agrária quanto devemos também ser decididos a proteger a produção existente, a fazer com que o esforço de reforma agrária e o de produção sejam coincidentes, juntem-se, porque o problema de quem não tem terra no Brasil e o problema de quem tem terra no Brasil é exatamente o Governo e a falta de uma política agrícola. Ministros se sucedem, uns mais talentosos, outros menos, uns mais adaptados ao problema que estão enfrentando, outros menos adaptados, mas o fato concreto é que o Ministério da Agricultura é um Ministério sem a menor importância econômica, e o Ministério da Reforma Agrária, menos ainda. Não é nem o fato de ter prioridade no orçamento, porque não há prioridade em orçamento quando o contingenciamento é de 80%. Toda a prioridade é do Governo Federal e este não dá prioridade à produção agrícola de nenhuma forma, como não dá prioridade à produção alguma. A prioridade é o arrocho, a prioridade é o controle monetário, são as taxas de juro. No mais, tudo é conversa e ficção. As políticas sociais pelas quais o PT lutou a vida inteira, neste Governo, são rigorosamente inexistentes. Não há políticas que se transformem em ação, são apenas intenções que não se confirmam em método para fazer as coisas acontecerem. Este é um Governo que não tem começo, meio e fim. E o Brasil está pagando um preço elevadíssimo por isso. Se agora os trabalhadores voltam a invadir as terras à procura do espaço para viverem, de uma Reforma Agrária que a América Latina, em grande parte, já fez e que o Brasil não fez, estaremos dando uma demonstração de incapacidade pública, de um Partido que governa o Brasil com a prática completamente diferente da que prometeu nos seus longos anos de existência.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)** – Agradeço ao eminentíssimo Senador Sérgio Guerra pelas ponderações que faz, considerando-as apropriadas, oportunas, notadamente quando fala sobre as condições que deveria o Governo dar a quem produz, que praticamente inexistem.

Trabalhei no Banco do Brasil por muitos anos e vi, acompanhei de perto, fui testemunha ocular das dificuldades que o produtor brasileiro tinha pela inexistência de estradas e de programas de assistência à moradia, no interior do País, além da dificuldade enorme para educar suas crianças e receber atendimento às suas

demandas de saúde. Esses problemas não se resolveram; diminuíram, mas não se resolveram.

Quanto à reforma agrária, somos um País de dimensão continental e a sociedade clama por ela. É imperativo que o Governo encontre um caminho efetivo e correto para implementá-la urgentemente, distendendo essa pressão que existe sobre o meio rural.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> e espero voltar ao assunto, em razão da sua importância, em outras oportunidades.

Era o que tinha a registrar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ribeiro. PFL – TO) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro por até vinte minutos, para proferir seu discurso.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o Brasil, ao longo da História, tem perdido sucessivas oportunidades de alcançar níveis mais elevados de renda e de desenvolvimento. Pode-se observar isso, em maior ou menor escala, em pequenas indecisões ou em estratégias governamentais equivocadas.

Perdemos uma grande oportunidade de nos firmarmos no comércio mundial quando, por exemplo, reinávamos soberanos e absolutos na produção e na exportação do café, porque confiamos excessivamente naquela monocultura. Na produção de borracha, que, no seu auge de comercialização, chegou a disputar com o café a primazia das exportações, fomos superados pelos concorrentes asiáticos.

Por indecisão, por falta de agressividade comercial ou por falta de visão estratégica, insistimos, numa época, em manter uma reserva de mercado para o setor de informática e fomos superados nessa tecnologia por países até então pouco expressivos.

Estamos debatendo, agora, a conveniência de produzir e de comercializar organismos geneticamente modificados, os chamados produtos transgênicos. A indecisão do Governo, traduzida em inacabáveis disputas burocráticas e instigada freqüentemente por questionamentos de ativistas ecológicos, pode, mais uma vez, nos levar a perder espaço no comércio internacional. Além disso, a liberação dos produtos transgênicos, especialmente de alimentos, sofre contestações judiciais que desestimulam as pesquisas e reduzem a produtividade.

As Medidas Provisórias nºs 113 e 131, assinadas pelo Presidente Lula, autorizando a venda da soja transgênica das duas últimas safras – mas limitando o prazo para a sua comercialização –, são uma demonstração do dilema governamental.

Hoje, Sr. Presidente, temos, no Brasil, ao lado dessa contenda sobre a liberação dos produtos transgêni-

cos, um razoável número de pesquisas em andamento, devidamente autorizadas pelo Governo, e uma lavoura clandestina, em volume também considerável, para o abastecimento dos mercados interno e externo, lavoura essa que aumenta e se expande cada vez mais.

O produto que mais concentra essa polêmica é a soja transgênica, cultivada inicialmente no Rio Grande do Sul, em face da sua proximidade da Argentina, país onde é livre esse cultivo. Em vista disso, as sementes de soja modificada facilmente cruzam a fronteira, contrabandeadas. Hoje, acredita-se que 80% da produção de soja em território gaúcho sejam de produto geneticamente modificado, montante que equivale a quase 10% da produção nacional. Nos demais Estados produtores de soja, as variedades transgênicas resistentes ao herbicida glifosato se expandem sem nenhum controle, alimentadas por sementes de procedência questionável, que nem sempre são devidamente adaptadas a cada região.

O comportamento do Governo brasileiro nessa questão revela, além de indecisão, desconhecimento do assunto e uma absurda incoerência. O desconhecimento do assunto mostra a posição de extremo conservadorismo no que diz respeito à liberação dos produtos geneticamente modificados, em que pesem as evidências de que seu uso não apresenta riscos. O princípio da precaução é considerado ao máximo, chegando, muitas vezes, ao exagero, sem levar em consideração os limites do razoável. Aliás, Sr. Presidente, o princípio da precaução tem sido usado tanto para impedir os organismos geneticamente modificados quanto para justificar a invasão do Iraque.

Muitos desses produtos, cujo cultivo e consumo são questionados no Brasil, já são utilizados em grande escala em vários países, bastando lembrar que a União Européia, sempre tão exigente quanto às condições fitossanitárias, importa soja transgênica dos Estados Unidos. E pior: nem por isso a União Européia paga preços superiores para os produtos brasileiros não transgênicos, que, nessa desigualdade de condições, acabam perdendo competitividade. Agora, a China, grande importadora de soja, acaba de liberar, sem nenhuma restrição, as importações de soja transgênica brasileira, a partir do próximo dia 20 de abril.

A incoerência, Srs. Senadores, manifesta-se nas próprias medidas provisórias que liberaram a comercialização da safra de soja transgênica. Ora, se a safra pode comprometer a saúde humana ou animal, ou ainda o meio ambiente, o Governo agiu de forma irresponsável, sobrepondo à segurança da população um interesse econômico. Se não existe esse perigo, então não há motivo para limitar essa liberação em cada safra. Mais ainda, cabe questionar por que proibimos a

produção de transgênicos em nosso País quando esses produtos, importados, são consumidos diariamente por grande parcela de nossa população.

Por outro lado, a condenação de produtos geneticamente modificados não é unânime no Governo Lula. Muitos, no Governo, têm a consciência de que o Brasil, se demorar a decidir pela liberação dos transgênicos, poderá perder competitividade no mercado externo.

A discussão no Brasil sobre os organismos geneticamente modificados tem assumido uma postura mais emocional que racional, perdendo o cunho científico que deveria nortear a discussão. Além disso, vemos que ela se tem concentrado quase que estritamente na soja transgênica, abstendo-se de considerar as inúmeras possibilidades de utilização da transgenia, como, por exemplo, na medicina e na saúde humana, além de em outras áreas da agricultura. Na realidade, o que está em jogo não é tão-somente se vamos plantar ou não soja geneticamente modificada, como a soja Roundup, da Monsanto, mas definir com mais urgência se o Brasil quer desenvolver essa tecnologia ou ser apenas um usuário dela; ou ainda, se quer desconsiderar as possibilidades oferecidas pelos avanços científicos.

A discussão tem-se tornado, portanto, limitada e tendenciosa e, com isso, tem dado margem a argumentações empíricas, que fogem ao escopo da racionalidade científica. Muitas vezes, vem sendo ainda orientada de modo que ofusque outros interesses, os quais, certamente, não são os da sociedade brasileira nem os do Brasil.

Agora, Sr. Presidente, estamos nesta casa com o PLC nº 9, de 2004, que trata da política de biossegurança. Após ser apresentado pelo Presidente da República, o projeto sofreu diversas alterações na Câmara dos Deputados e veio ao Senado Federal.

Tive a oportunidade de acompanhar as negociações na Câmara dos Deputados e de analisar com profundidade o texto aprovado por aquela Casa. Estou convencido de que o Senado Federal poderá dar uma valiosa contribuição para o aperfeiçoamento daquele texto.

Isso porque esse texto que está em tramitação apresenta pontos questionáveis, cria processos decisórios extremamente burocráticos e morosos, os quais, se colocados em prática, retardarão, por anos e anos, o desenvolvimento da transgenia em nosso País, não somente no campo da pesquisa, como também na sua utilização comercial. Além do mais, do jeito como está, implantar-se-á no Brasil, mais uma vez, uma "moratória branca", alimentada pela sistemática burocrática, que propõe ou que deixa, inclusive, de privilegiar os conhecimentos científicos dos nossos pesquisadores.

Como está o texto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, haverá um engessamento da pesquisa de OGM no Brasil que comprometerá especialmente a Embrapa, o grande patrimônio científico brasileiro, e, de imediato, o setor de produção de sementes no Brasil.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao finalizar este breve pronunciamento, quero alertar os Membros desta Casa para a necessidade de assumirmos o compromisso de iniciar desde já as discussões e a negociação do projeto de biossegurança, agora em tramitação no Senado, para que, assim, possamos deliberar sobre essa matéria com conhecimento de causa e, devido a ser um assunto difícil, mas estratégico, com o tempo necessário. Não podemos deliberar sobre matéria de tal importância e de tão extensa repercussão sob o calor de emoções idealistas ou sob o efeito de argumentos empíricos e sentimentalistas, que deixam de lado os argumentos gerados no campo da ciência.

Não podemos nos deixar levar pelos apelos daqueles que desejam, na verdade, apenas criar barreiras ao uso de transgenia no Brasil. Não podemos, mais uma vez, repetir os erros do passado e deixar passar a oportunidade de tratar esse tema com a seriedade, o compromisso e a segurança exigidos.

Antes de terminar, eu gostaria de ouvir os apartes solicitados pelos eminentes Senadores Leomar Quintanilha e Alvaro Dias, respectivamente.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – Senador Jonas Pinheiro, não ouvi parte do importante pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz nesta tarde à Casa, porque tive que desempenhar outra ação fora do plenário. Entretanto, conheço a posição de V. Ex<sup>a</sup>, pois já havíamos conversado anteriormente sobre o perigo de o Brasil perder uma grande oportunidade, em razão do imbróglio, principalmente jurídico-burocrático, que está impedindo e dificultando o desenvolvimento da transgenia neste País. Ora, já pudemos verificar a excelência do trabalho prestado pelos cientistas da Embrapa. Eles já nos apresentaram, reiteradas vezes, diversos cultivares por eles desenvolvidos e explicaram-nos a importância da inserção do País na modernização da atividade agrícola. Para isso, a transgenia é bastante relevante. Portanto, mesmo não tendo ouvido o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, sei que V. Ex<sup>a</sup> defende que o País deve cuidar deste assunto com a maior rapidez, sob pena de ficarmos em atraso diante do mundo desenvolvido, que tem obtido diversos progressos com a transgenia. Aqui no Brasil, o assunto é muito mais de natureza comercial do que científica ou ambiental, porque fala-se muito, discute-se muito e proíbe-se o uso da soja transgênica, enquanto muitos outros produtos estão sendo consumidos, como a batata, o algodão, o

milho, a canola, a insulina, que tem trazido tantos benefícios aos diabéticos. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e trago a minha solidariedade pelo pronunciamento que faz à Casa.

**O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT)** – Muito obrigado, eminente Senador Leomar Quintanilha. Realmente, temos conversado sobre esse assunto há alguns anos. Por isso, incorporo, com muito prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu humilde pronunciamento. É verdade: são 75 milhões de hectares de terras ocupadas com a agricultura transgênica em todo o mundo. Alguns dizem que a transgenia faz mal ao meio ambiente. Ora, meu Deus do céu, quem usa algodão Bt, do **Bacillus thuringiensis**, aplica inseticida na sua lavoura apenas uma ou duas vezes; mesmo assim, contra outro tipo de pragas que não sejam as chamadas lagarta-rosada, lagarta-da-maçã ou curuquerê, as três piores pragas do algodão. Quem não usa o Bt tem que aplicar, de 10 a 15 vezes, o agrotóxico na sua plantação. É apenas um pequeno exemplo em prol da idéia de que o meio ambiente não é prejudicado, mas é apoiado pela transgenia na agricultura.

Com muito prazer, como o meu tempo ainda me permite, quero ouvir o aparte do eminente Senador Alvaro Dias, do Paraná, Estado em que estamos tratando desse problema com muitas complicações.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro. V. Ex<sup>a</sup>, sempre muito oportuno, defende a produção, a produtividade com qualidade e a preservação da saúde dos brasileiros. Ora, não podemos ficar atrelados ao que é retrógrado enquanto constroem um mundo novo lá fora, com avanço e modernidade. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando pede alterações na proposta oriunda da Câmara. Creio que é fundamental alterar essa lei de biossegurança votada pela Câmara dos Deputados. Pelo menos quatro pontos cruciais devem ser alterados, a favor do avanço e da modernização. Não podemos também retardar essa tramitação em função dos acontecimentos no Brasil. E V. Ex<sup>a</sup> acompanha de perto o que ocorre no meu Estado, o Paraná, onde a intransigência do Governo local produz um prejuízo incalculável aos produtores rurais, às cooperativas, às transportadoras, enfim, ao Estado e ao País, como se o Estado fosse uma ilha e como se o Paraná fosse uma República, dispensado das obrigações com a legislação da União. Senador Jonas Pinheiro, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela competência com que sempre aborda essa questão.

**O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT)** – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Fico imaginando o seguinte: se 80% dos gaúchos usam produtos transgênicos, será que se pode dizer que eles estão fora da realidade por estarem se sujeitando, mesmo de

forma ilegal – hoje legal por força de duas medidas provisórias, as de nºs 103 e 131 –, aos transgênicos? Será que querem afrontar o Governo em função disso ou será que aqueles que não querem a transgenia no Brasil querem, de fato, desmoralizar aquilo que está dando certo em nosso País?

Senador Alvaro Dias, o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Paraná, líder da agricultura no País, tem exportado para outros Estados os conhecimentos adquiridos naquela terra.

O Senador Leomar Quintanilha falou das pesquisas que temos, mas não podem ser usadas. Já existem 1,6 mil hectares de transgênicos sendo brindados: são usados em pesquisa, mas não podem ser utilizados normalmente. No Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, a Coodetec, Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda., tem 1,2 mil hectares de cultura transgênica pesquisada, pronta para liberar esse produto para todo o Brasil.

Agradeço e incorporo, com muito prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao modesto pronunciamento que faço, hoje, sobre transgênicos, dizendo mais: que as Comissões por onde tramitará o projeto, que trata também de biotecnologia, que está chegando, ou que já chegou as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos – e deve ser aprovado nesta Casa um requerimento do eminentíssimo Senador Osmar Dias, pedindo que vá para a Comissão de Educação –, evidentemente, elas deverão fazer um trabalho conjunto, para que se apresse a aprovação desse projeto que veio da Câmara para o Senado Federal.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, peço desculpas pelo minuto de atraso e concluo dizendo que temos que ter, no mínimo, o compromisso de aprender com a História.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. João Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Alvaro Dias.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, há algumas horas, o Presidente Lula disse estar otimista e negou a crise política no Governo, em solenidade no ABC Paulista, mais precisamente na General Motors, em São Caetano do Sul, onde entregou 305 viaturas à Polícia Rodoviária.

O Presidente da República indagou o seguinte:

Os adversários criam uma situação aparente de instabilidade no governo com objetivos eleitorais. Será que a crise já não é a eleição de 2004? Será que as pessoas não estavam preocupadas que meu partido pudesse ganhar muitas cidades e precisavam fazer o debate político?

Sua Excelência disse que não há crise no Governo nem no São Caetano, mas no Corinthians. Vamos relevar a um segundo plano as comparações do Presidente, que tem sido muito infeliz ao fazê-las. Não é possível que se queira comparar a crise do Corinthians à do Governo. A crise do Governo é uma crise de gestão, matriz geradora das crises política, econômica, social e, sobretudo, ética, que abalam o País.

O reflexo da crise está nas pesquisas de opinião pública anunciadas no final de semana e, ainda hoje, mais uma, a pesquisa CNT-Sensus revela a queda de popularidade do Presidente da República e de aprovação do Governo, cerca de vinte e dois pontos percentuais desde o início do Governo até este momento de queda.

É evidente que há a crise. Quando João Pedro Stédile, do MST, manifesta, de forma revoltada, o seu inconformismo com a política desenvolvida pelo Governo em matéria de reforma agrária é a repercussão da crise.

Não estou afirmando que está certo o MST, mas estou procurando dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, que a revolta do líder dos sem-terra é consequência do desastre de gerenciamento do Governo no que diz respeito à reforma agrária do País.

É consequência da ausência de autoridade, de liderança e, sobretudo, de capacidade de execução de qualquer programa governamental. Aliás, não há programa de Governo em execução no Brasil.

À frente, vamos mostrar que é impossível executar um programa de governo investindo apenas 0,8% do que está previsto para investimentos no primeiro trimestre do ano.

É preciso destacar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores... Antes disso, quero informar à Casa que, na próxima terça-feira, o Sr. João Pedro Stédile, do MST, deverá comparecer à CPMI da terra para prestar esclarecimentos sobre suas últimas declarações e para que esta Casa possa ouvir dele também as suas expectativas em relação ao Governo, a sua decepção, a sua frustração, enfim, as suas propostas para que se possa celebrar a paz no campo, indispensável para a continuidade desse processo de evolução notável que vive a agricultura brasileira, agregando valores tecnológicos e produzindo cada vez mais, competindo em

produtividade e qualidade com as principais nações do mundo.

Esse processo não pode ser comprometido pela ausência de liderança e de autoridade do Governo e, sobretudo, pela sua incapacidade de executar qualquer plano de reforma agrária no País.

Há, assim, falta de inspiração, de criatividade, há paralisia do Governo, provocando essa crise que se reflete no exterior. As captações externas no Brasil caíram de US\$1,8 bilhão em janeiro para US\$50 milhões em março, até o último dia 25. Veja, Senador Sérgio Guerra, que são números incríveis, que não podem ser ignorados por quem faz a análise do desempenho do Governo. O Presidente da República, ao afirmar que não há crise no Governo, mas no Corinthians, deveria, antes de mais nada, verificar esse dado, que é sinalizador da crise econômica vivida pelo Brasil e, sobretudo, da crise de credibilidade, porque o investidor estrangeiro se afasta, quando não acredita. O que está ocorrendo, neste momento, no País, é uma fuga, talvez sem precedentes, do capital externo, em detrimento do crescimento econômico e da geração de empregos.

O risco país Brasil é outro sinalizador da crise e ultrapassou o de outros países emergentes. Em janeiro, era, em média, 8% superior ao dos emergentes; em fevereiro, saltou para 22%; e, agora, em março, chega a 30%. Portanto, o que cresce não é a economia; neste primeiro trimestre, o que cresce, de forma dramática, é o risco país Brasil, e isso tudo provocado pela paralisia do Governo.

O Tesouro Nacional deixou de vender letras do Tesouro, com vencimento em julho de 2005, o que se agravou, sobretudo, depois do escândalo Waldomiro Diniz. E o Presidente diz que não há crise. E o Ministro José Dirceu disse que o caso Waldomiro está encerrado. Provavelmente, para S. Ex<sup>a</sup> está encerrado; para o País, não. Para esta Casa, não pode estar encerrado.

Há outros dados, que revelam a gravidade da crise econômica e social vivida pelo Brasil. Segundo estudo realizado pela Serasa – todos sabemos que ela é a maior empresa do Brasil em informações e análise de economia –, a quantidade de falências decretadas e de concordatas deferidas apresentou, em fevereiro, um crescimento de 52,8% em relação ao registrado no mesmo mês do ano de 2003. Foram decretadas 324 falências no mês passado, o equivalente a uma média diária de 19,1 documentos; em fevereiro do ano passado, o número foi de 251, com média diária de 12,5 documentos. No primeiro bimestre deste ano, foram concedidas 60 concordatas, um aumento de 81,8% em comparação com o mesmo período do ano passado. E para o Presidente não há crise. Um cres-

cimento de 50% de concordatas e falências no País é a constatação real e visível da crise econômica que estamos vivendo.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse também estar otimista, porque o Governo possui mais dinheiro para investir este ano. Segundo Sua Excelência, outra razão para o otimismo é o fato de os juros reais serem os mais baratos dos últimos anos. O Presidente disse que há mais dinheiro para investir, mas o Governo não investe. A questão não é ter o dinheiro. A questão deixou de ser o dinheiro e passou a ser a capacidade de aplicá-lo.

O Governo tem demonstrado incapacidade, tanto que apenas 0,8% dos investimentos previstos no Orçamento da União para 2004 foram executados no primeiro trimestre. Os valores pagos somam R\$109 milhões. E pasmem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: descontando-se os R\$46,9 milhões da prestação do novo avião do Lula, sobram apenas R\$62 milhões para investimentos em todos os Ministérios. Portanto, a primeira prestação do avião do Lula consumiu valor quase igual àquele investido por todos os Ministérios.

Não se trata de uma piada. Não estou brincando ou fazendo chacota com o Governo; não estou debochando da sua incompetência. Estou revelando um dado que consubstancia, lamentavelmente, a incompetência do Governo. Em sete Ministérios, os investimentos têm execução zero ou 0,01, que é igual a zero. Sete Ministérios do atual Governo não tiveram competência para investir 1% sequer do que estava previsto.

E como quer o Presidente que o País cresça economicamente? De que adianta o discurso do Presidente da República, do Presidente do Banco Central e, provavelmente, do Ministro Antônio Palocci amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, de que haverá crescimento em 2004? Houve quem dissesse que cresceremos 4,5%. Como, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? Como será possível crescer diante desse cenário de incompetência absoluta na gestão do atual Governo?

Repto: em um país pobre, de milhões de desempregados, onde a violência cresce de forma avassaladora, onde a pobreza aumenta assustadoramente a cada dia, o Governo gasta quase a metade dos investimentos do período no pagamento da primeira prestação do avião, para que o Presidente possa, com muita mordomia, com muito prazer, com muito luxo, viajar pelo mundo afora. São US\$56,713 milhões, ou seja, R\$166 milhões! Estamos indignados, Sr<sup>a</sup> Presidente, porque países poderosos do mundo não se utilizam desse tipo de aeronave para o transporte do Presidente da República. Um país como o nosso não

pode se dar ao luxo desse desperdício. Isso é megalomania do Presidente da República. Jamais imaginei, conhecendo a origem do Presidente Lula, que pudesse Sua Excelência chegar a extrapolar os limites do bom-senso em matéria de megalomania.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra, com satisfação.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Alvaro Dias, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> hoje é mais uma demonstração lúcida da forma como nós, do PSDB, encaramos, com tranqüila isenção, a crise que atravessamos. As palavras do Presidente Lula – referidas por V. Ex<sup>a</sup>, afirmando de que, neste momento da vida brasileira, não há crise, que a crise é coisa inventada – são extremamente preocupantes. O Presidente da República, com as responsabilidades de um regime presidencialista como o nosso, eleito por uma maioria como aquela que o elegeu, depositário de muitas esperanças, teria obrigação de ter um mínimo de sintonia com os fatos. E essa sintonia não existe, o que fica claramente demonstrado quando o Presidente esquece o Brasil real e faz uma afirmativa típica de ditadores, que, em vez de encararem a situação como de fato é, afirmam frases como esta: “Essa crise foi inventada”. Inventada por quem? Por qual razão todos os grandes órgãos de divulgação brasileiros insistentemente divulgariam matéria negativa para o Governo? Será que a imprensa brasileira teria sido tomada de um forte oposicionismo antipetista? Por que razão o País e suas forças, todos demonstrando preocupação e um iluminado, na posição de Presidente da República, acha que todos estão errados, que nada disso existe, que tudo é ficção, como se na realidade os fatos não preponderam? Eles preponderam, sim, como V. Ex<sup>a</sup> os está relacionando, como essa brincadeira de comprar avião, essa política de incapacidade total que o Governo demonstra em todos os seus Ministérios, sem exceção. Lá no Nordeste, por exemplo, tivemos, há cerca de dois meses, grandes enchentes. No passado, diante de calamidades como essa, o Governo Federal fazia uma medida provisória e providenciava alguns recursos, sempre insuficientes, mas que chegavam mais ou menos na hora para enfrentar a situação que se apresentava. O Governo Lula anunciou alguns milhões de reais; só que esses reais não existem, como não existem as suas promessas, como não se comprova o Fome Zero. Agora mesmo, o Presidente vai ao Nordeste, no meio dessa situação na qual falta dinheiro para continuar uma obra de R\$50 mil, e anuncia uma política de recuperação da Bacia do São Francisco e de transposição das águas do rio São Francisco. Trabalho para alguns bilhões de dólares. Sou nordestino, bem como o Presidente da República. No tempo da ditadura, os

generais chegavam no Nordeste e anunciam metas magníficas, extraordinárias, valores impensáveis para o homem simples e pobre de lá – como simples e pobre foi o Presidente Lula. Ninguém acreditava nisso. E o Presidente insiste, chega agora ao Nordeste e, como se fosse um general daqueles tempos, afirma que vai produzir um milhão de empregos, quando todo dia fecha uma pequena unidade comercial em Pernambuco, uma pequena unidade fabril e a agricultura não tem financiamento. O efeito das inundações ainda nem foi enfrentado. De maneira muito concreta, o Governo não existe. O Ministério dos Transportes é uma brincadeira. Nossa safra agrícola está sendo punida, sob o ponto de vista internacional, com descontos sobre os preços dos produtos brasileiros – US\$1,2 bilhão. A questão é tratada pelo Senador Jorge Bornhausen em magnífico artigo publicado pela **Folha de S.Paulo**. O Presidente diz que nada disso existe, que estamos inventando. Não é apenas esse tal caso Waldomiro. Esse é apenas um sintoma de que não se está falando sério. Há toda uma situação – como no discurso de V. Ex<sup>a</sup> fica claro – de alienação, de autoritarismo e de subestimação do País, o que preocupa a todos. Afeta a confiança de todos nas instituições democráticas que o nosso Presidente deveria representar e honrar. No entanto, não o faz e ainda pronuncia discursos alienados, como o de hoje.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Sérgio Guerra.

Quero resumir a questão financeira. O Governo gastou R\$47 milhões na prestação do avião e apenas R\$62 milhões restaram para investimentos em todos os Ministérios. Os R\$15 milhões previstos no orçamento para o fomento à operação de trabalho e renda não foram tocados, nenhum centavo foi liberado. Trabalho e renda, não; avião, sim.

No Ministério dos Transportes, ficaram intocados R\$597 milhões, reservados para a restauração das rodovias. Ao Presidente, com um avião desses, por que se preocupar com os buracos nas rodovias brasileiras? Voando num avião de luxo, o Presidente não se preocupa com os buracos das nossas estradas.

No Ministério das Cidades, R\$182 milhões ficaram também intocados, para urbanização de assentamentos.

Vejam, é preciso pronunciar com indignação o que digo a seguir: o pagamento de uma das prestações do novo avião do Presidente consumiu R\$3,00 de cada R\$4,00 investidos pelo Governo Federal até o último dia 11 de março corrente. Portanto, de cada R\$4,00 foram gastos R\$3,00 na primeira prestação do avião do Presidente da República.

(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ou seja, o avião é caro, mas o Governo não investe nada, por incapacidade de gerenciamento, por incapacidade administrativa. Mas o Governo já tem a desculpa. No ano passado, a crise tinha uma causa: a herança maldita, e repetiam um discurso antigo.

(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr<sup>a</sup> Presidente. Está certo que sou menos ilustre do que outros Senadores, mas presenciei aqui pronunciamentos que chegaram a sete, oito ou nove minutos além do tempo regulamentar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas eu não estava na Presidência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ou esta Casa adota a mesma regra para todos, ou se estabelece definitivamente que há dois pesos e duas medidas. Quando se critica o Governo, o Regimento é rigoroso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não há dois pesos e duas medidas.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> está fazendo uma injustiça. O aperto de campainha é apenas para dizer que agora é que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> vai começar. Não há problema, fique tranquilo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Não vai começar; vai terminar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, vou dar a V. Ex<sup>a</sup> tempo suficiente para terminar, espero que seja breve. Não há dois pesos e duas medidas. Quando ultrapassa é porque não estou na Presidência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então ótimo! Que V. Ex<sup>a</sup> esteja sempre na Presidência e quem sabe o Senado Federal a eleja Presidente para que possamos, então, ter o Regimento cumprido rigorosamente, a favor e contra todos.

Para concluir, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, o Presidente da República, o Governo enfim, no ano passado, tinha como justificativa a herança maldita. Eu me lembra do discurso novo de Tutancamón, Faraó da XVIII Dinastia egípcia. Ele também responsabilizava o seu antecessor. Afirmava que a incompetência de quem o antecedeu devastou o império que assumia. Portanto, o discurso não era novo.

E agora uma outra justificativa, também muito antiga: é ano eleitoral. No ano eleitoral, não se deve criticar o Governo. Em ano eleitoral, não se deve de-

nunciar. Em ano eleitoral, não se podem apontar as falhas do Governo. Em ano eleitoral, não se pode dizer que o Governo é incompetente. Em ano eleitoral, não se pode ver que há crise no País. A crise há, em que pese ser ano eleitoral.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Senadora, e desculpe-me.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, estamos vivendo hoje uma época como a do final do Governo Fernando Henrique, o que está me deixando assustado: na segunda-feira é uma tal série de notícias publicadas nos jornais, todas não simpáticas ao Governo, que você termina ficando preocupado.

Pois aproveito essas informações para analisar, segundo diz o Governo, o lado positivo. O que se pode retirar de bom daquilo que de ruim a imprensa está publicando.

Vejo na imprensa a expectativa de que, na verdade, ela está chamando a atenção de nós todos para o fato de que algo deve mudar. Em meio a esse tremore de angústias e interrogações, não há como deixar de reconhecer que alguma coisa deve mudar.

Claro que alguns, os pessimistas, acham que a crise está aí e que a situação do Governo realmente é tremendamente difícil. Pois eu digo que algo pode mudar para melhor, principalmente na política econômica do Governo e nas relações do Brasil com o FMI e com os seus demais credores.

Engraçado! No ano passado, toda nossa expectativa era de como estaria o Governo do PT em relação ao FMI, ao Banco Mundial, aos seus credores internacionais e aos investidores internacionais. E, naquilo onde tínhamos mais angústia, o PT terminou-se saindo bem diferente do que imaginávamos – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, capital estrangeiro, é claro que ganhando lucros como nunca ganharam. No ano passado, o Brasil pagou um terço a mais de juros do que no último ano do Governo Fernando Henrique.

Mas eles estão contentes. Elogiam abertamente. Nunca elogiaram o Sr. Fernando Henrique com tém elogiado agora o nosso querido Presidente Lula.

As estatísticas estão a demonstrar que aumentou o desemprego em toda a América Latina, que recrudesceu a angústia e a desesperança da América Latina. No entanto, diante do malogro da política neoliberal e do Consenso de Washington, que empobreceu a América Latina, os organismos internacionais já acei-

tam discutir a flexibilização de seus controles sobre as economias da região. Considero muito importante que, diante dos fracassos dos resultados da economia neoliberal, os próprios organismos internacionais que debatem e analisam a questão cheguem à conclusão de que algo deve ser feito, de que deve haver flexibilização sobre o controle da economia da região.

Baseado nos princípios e fatos apresentados nos últimos dias, cito argumentos que merecem a nossa atenção. Primeiro, o mais importante. Hoje, em Lima, está sendo realizada a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em que se discutirá a tese de que investimentos em infra-estrutura, como construção de estradas, não devem ser considerados gastos para efeito de fixação da meta de superávit primário.

Essa é uma tese que se vem defendendo há um longo período. O próprio Presidente Lula vem afirmado a sua importância. Construção de estrada não deve ser considerado gasto para efeito de fixação do superávit primário. Se isso for aceito, o Brasil pode pegar uma parcela dos bilhões de dólares que está remetendo como lucro, usá-la na saúde, no transporte, na construção de casas populares, e descontar da remessa de juros.

O Presidente do Banco Interamericano, Enrique Iglesias, é um dos latino-americanos de mais êxito e brilho nas últimas décadas. Foi Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, e não pode chegar à Presidência do Uruguai por ser espanhol, naturalizado uruguaio. Então, seguiu a linha internacional e ocupa a presidência do Banco Interamericano há um longo tempo, talvez o mais longo período que alguém tenha estado nessa função. Lá, sua atuação internacional vem facilitando e abrindo as chances para toda a América Latina e, de modo muito especial, para o nosso País, do qual é um admirador.

O Presidente Enrique Iglesias, do Banco Interamericano, apóia essa tese, assim como o ex-diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Horst Köhler, que esteve recentemente no Brasil. Concedeu uma série de entrevistas dizendo exatamente isto: investimentos de infra-estrutura, como a construção de estradas, não devem ser considerados gasto para efeito de fixação da meta do superávit primário.

Esse é o entendimento do Presidente Enrique Iglesias, que está presidindo a sessão neste momento em Lima, e do Sr. Horst Köhler, gerente do Fundo Monetário Internacional. Até no Banco Mundial, há pessoas defendendo essa proposta, dispostas a reverter sua ortodoxia nesse sentido.

Em terceiro lugar, nesse quadro, até mesmo a meta da inflação no Brasil, e por extensão em outros

países devedores da América Latina, poderia ser rediscutida. Creio que o Presidente Lula e a sua equipe econômica têm autoridade e condições de fazer essa rediscussão.

Em quarto lugar, há outra notícia animadora. Começa a circular interessante documento sobre o Brasil em que o economista Olivier Blanchard critica o rigor exagerado na meta de inflação e na política de juros altos. Professor de Economia e ex-diretor do prestigiado Massachusetts Institut of Technology, Olivier é considerado um dos maiores especialistas em macroeconomia no mundo.

É esse técnico mundial do capitalismo quem vem afirmando que o rigor exagerado na meta de inflação e na política de juros altos é injusto e deve ser alterado.

Reparem que eu não estou falando do PT, do PMDB ou de nenhum Líder desta Casa. Estou falando dos líderes da economia mundial e do capitalismo internacional – homens do Banco Mundial, o presidente do Banco Interamericano, pessoas diretamente ligadas à economia internacional, que reconhecem que essa política está levando a América Latina à miséria e ao desemprego; que ela deve ser alterada, modificada.

Não adianta termos uma inflação perto de zero se a economia também está perto de zero. Um movimento está-se formando contra o envio recorde de dólares pelo Brasil para o pagamento de juros ao exterior, como ocorreu no ano passado, fazendo com que nosso País não possa construir uma estrada, comprar medicamentos ou gastar com saúde. Tudo isso é considerado investimento, podendo ser descontado do pagamento de juros internacionais.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Pois não.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – Senador Pedro Simon, quero aplaudir a oportunidade de seu pronunciamento. Não há dúvida de que o cenário internacional é favorável à flexibilização dessa perversa política financeira imposta por organismos internacionais. Há pouco tempo, desta tribuna, apontamos a redução do fluxo de investimentos externos em nosso País como consequência desse quadro. Mas as grandes nações estão percebendo que é uma questão de inteligência a flexibilização, porque países emergentes como o nosso são mercados extraordinariamente poderosos e interessam às grandes nações. Portanto, não seria inteligente asfixiar um país em desenvolvimento. O Presidente Lula certamente terá o apoio da Nação, não apenas da Oposição no Congresso Nacional, mas de toda a sociedade brasileira, se adotar essa postura de

intransigência em relação à necessidade de flexibilização dessa economia, para que o País recupere sua capacidade de investimento e promova o crescimento econômico com geração de emprego. Senador Pedro Simon, nossos parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por trazer esse tema à tribuna e, quem sabe, por convencer o Governo de que vale a pena usar.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Felicito V. Ex<sup>a</sup> e já lhe concederia um aparte exatamente porque seu discurso também foi nessa direção.

Enfim, a essas notícias internacionais vem somar-se o otimismo das autoridades brasileiras com relação aos números da nossa economia. Aparentemente, estão criadas as condições objetivas, tanto no plano interno como na área externa, para uma mudança na política econômica capaz de garantir o crescimento sustentável, em uma marcha de longo prazo.

Essa percepção faz com que quase todos os partidos, a começar pelo PT, do Presidente Lula, elaborem documentos e notas pedindo mudanças na política econômica liberal e conservadora do Governo – e a imprensa vem publicando, nos últimos dias, notícias sobre a crise.

O que falta fazer? Atrevo-me a sugerir ao Presidente Lula que, driblando o quadro de crise política que se elevará com as eleições de outubro, porque os partidos querem ganhar e já estão brigando por isso, convoque uma grande reunião nacional de todos os partidos, da Base e da Oposição, chame sua equipe econômica, reúna os Ministérios para definir o ritmo e o rumo da mudança na política econômica.

Afinal, para isso o Brasil elegeu Lula Presidente. Não é possível persistir na atual paralisia e isolamento, enquanto se amplia a desilusão e a desesperança. E o Presidente Lula tem essa condição.

O Presidente do Banco Central esteve conosco na Comissão de Assuntos Econômicos. Amanhã virá o Ministro da Economia. Cá entre nós, o Presidente do Banco Central não disse quase nada. Até serei muito sincero: prefiro o Presidente do Banco Central do Governo Fernando Henrique. Afinal de contas, S. S<sup>a</sup> era empregado de um megainvestidor, do maior investidor privado do mundo, mas era um trabalhador e fazia sua análise como a de alguém com opiniões livres.

O atual Presidente do Banco Central parece não se esquecer de que não é mais presidente mundial do Banco de Boston. Ele faz as suas análises como se fosse ainda um grande banqueiro. Não consegui antever para onde ele vai, o que quer, o que deseja. As perguntas foram feitas, as respostas foram evasivas... Como bem o disse, fora da reunião, um Senador por

São Paulo: “Vamos deixar para ver o que dirá o Ministro da Fazenda”.

A verdade é que estamos vivendo um momento em que o Presidente Lula precisa fazer alguma coisa.

Concordo com a pauta positiva, mas ela não pode ser uma coisa fictícia, como, por exemplo, pedir ao Sr. Duda Mendonça que mostre uma pauta positiva e o Sr. Duda ir a uma fazenda, a uma granja, a uma empresa de não sei quantos mil hectares e que, portanto, não tem nada que ver com indústria familiar e fazer um filme mostrando a maravilha da agricultura familiar. Isso não é pauta positiva.

Aliás, pauta positiva espetacular foi aquela criada por Duda Mendonça no lançamento do Fome Zero. Foi tão espetacular o plano apresentado que, quando terminou, eu disse: “Não há mais fome”. Depois, verificamos que o plano não havia sequer começado.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – O nosso Partido fez uma nota em que pede vários itens: mais emprego, mais flexibilidade na economia. Convivendo com os Líderes do partido do Governo, sendo um deles um Vice-Líder, verifico que é a mesma pauta. O que está fazendo a diferença é o tempo. É como se um namorado e uma namorada quisessem ir ao cinema, mas ainda não tivessem acertado o dia: um quer ir na sexta-feira; o outro, no domingo. E me preocupo com isso, porque, dessa maneira, se os dois não conseguirem marcar a mesma data, penso que o namoro talvez passe por dificuldades. Assim está ocorrendo com o Governo. Quem não quer emprego no Brasil? Todos querem, inclusive o Governo. Mas este momento é agora. Hoje, li uma matéria de um jornal – maliciosa, é claro – que dizia que o Governo queria criar dez milhões de empregos, mas, na verdade, há dez milhões a menos de empregos. A imprensa, portanto, também está mostrando que o momento é agora, e é isso que nos aflige a todos nós. Gostaria, pois, de parabenizá-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> está dizendo exatamente o que todos queríamos e o que o Governo também quer. Lamentavelmente, no entanto, o **time** não é o mesmo entre as partes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador Pedro Simon, gostaria apenas de colaborar com o Senador Ney Suassuna, dizendo que a dificuldade do Governo não é exatamente a descrita por ele, mas, sim, a de que a namorada e o namorado acertaram a hora de assistir ao filme, mas não escolheram o nome. O que está faltando é o nome do filme.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Esco-  
lheram o nome do filho ou não escolheram o nome  
do filho?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Senador  
Ney Suassuna comparou a questão à do namorado  
com a namorada que combinaram assistir a um filme,  
mas não acertaram a hora. Estou dizendo que é mais  
grave: o grande problema é que falta escolher o nome  
do filme a que vão assistir.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Perdão,  
Senador Pedro Simon, ele não pode saber meu pen-  
samento. Essa Oposição quer mandar até no nosso  
pensamento! Que coisa incrível! O filme, na minha  
cabeça, já está escolhido!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Até penso  
que seja completamente tranquilo. Não há problema!

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – A Paixão  
de Cristo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Associeie-  
me ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>, porque ele falou em ver um  
filme, e V. Ex<sup>a</sup> disse assim: “Só faltam os namorados  
escolherem o nome do filho!” Eu disse: mas ninguém  
falou em filho. Falou em filme!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Aí é conse-  
quência. V. Ex<sup>a</sup> está querendo demais do Governo. Aí  
é consequência!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> falou  
bem no programa do PMDB. Aliás, a imprensa abordou  
de uma maneira que não é real. O PMDB lançou uma  
proposta, um plano daquilo que pensa que deve ser  
feito. Aliás, esse é o velho plano do PMDB desde que  
existe: as transformações sociais do Brasil.

Ontem, o PPS, partido da base de sustentação  
do Governo – que decidiu continuar no Governo, cujo  
Presidente foi reeleito – lançou um projeto igual ao  
nossa, defendendo a mesma coisa. Outro dia, houve  
uma reunião da Bancada do PT na Câmara dos De-  
putados. Eles se reuniram, debateram, analisaram e,  
muito encabulados e angustiados, defenderam a mes-  
ma coisa. Isso que está aí não pode continuar. O Go-  
verno tem que traçar, planejar e executar uma política  
que tenha algo de concreto, em torno da qual o Brasil  
inteiro vai acompanhar.

O que não pode, e considero notícia negativa, é  
a imprensa publicar – não sei se é verdade, não acre-  
dito – que o Presidente da República, há meses, não  
recebe seus ministros e que há ministros que não sa-  
bem o que é ter uma audiência com Sua Excelência.  
Eu não acredito. Acho que é um exagero ou, até mais  
do que exagero, invenção de alguém. É verdade que  
o Governo criou ministérios demais, até não tão ne-

cessários. Mas não receber o titular da Pasta é uma  
diferença bem maior.

Por isso, meus irmãos, acho que o Presidente  
Lula tem que se fechar naqueles nomes que o apóiam  
e dialogar com o Brasil inteiro, com a sociedade, com  
as Lideranças de Oposição, para com elas traçar um  
projeto. E cada um de nós tem de ser responsável por  
uma parte desse projeto.

Hoje, mesmo com a Oposição se organizando  
oficialmente e criando o Bloco da Oposição, formado  
pelo PFL, PSDB e PDT, não sentimos nos discursos  
pronunciados o que sentíamos no Governo João Gou-  
lart: a disposição de se derrubar o Governo, de não o  
deixar caminhar, de golpeá-lo. Hoje, para qualquer lugar  
que se olhe, para a imprensa, para os militares, para os  
partidos políticos, não há qualquer miniatura de Lacer-  
da, ninguém que esteja torcendo para que o Governo  
vá mal. O que há é uma ansiedade no sentido de que  
o Governo acerte; mas ele não está acertando.

O Governo embarcou numa canoa que não foi  
feliz: fazer os acordos da sua base partidária na base  
do troca-troca. Essa foi a grande desgraça do Governo  
Fernando Henrique, que deixou de fazer um governo  
de estadista e passou a fazer um governo café com  
leite. Para aprovar um determinado projeto, nomeavam-  
se políticos do PMDB e de outros partidos, fazia-se a  
política do troca-troca que tantos males causou e que  
o PT tanto acusou e criticou. E, agora, o Governo está  
fazendo a política de convencimento dos Líderes do  
meu Partido e de outros partidos, para impedir uma  
CPI aqui, determinar uma votação lá.

Se o Presidente da República, ao invés de ficar  
à mercê de líderes partidários e de alguns que estão  
em roda, tiver uma pauta nacional e coragem de de-  
fendê-la, terá condições de ir adiante e restabelecer  
a sua credibilidade.

Às vezes, é melhor ter números negativos quan-  
do ainda há tempo para mudar, alterar, modificar do  
que no fim, quando não sobra mais tempo. Os núme-  
ros chamam a atenção para isso. E Sua Excelência  
tem condições.

Que o Presidente Lula entenda: um terço do seu  
mandato já passou, portanto, está na hora de começar  
a executar o seu governo. Notícias como as de hoje,  
onde os sem-terrás dizem que o mês de abril será ver-  
melho e ameaçam fazer uma série de invasões, mos-  
tram que o Governo precisa começar a agir.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon,  
a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Se-  
cretário, deixa a cadeira da presidência, que  
é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero me associar hoje aos nobres colegas que já tiveram a oportunidade de manifestar preocupação com a venda da Embratel. Tenho acompanhado o noticiário da imprensa a respeito da Telmex, anunciada como a nova controladora da companhia brasileira. E procurei obter mais informações a respeito dessa empresa mexicana.

Essas informações me deixaram muito preocupado. Gostaria, inclusive, de ver o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, investigando, com todo o rigor, as práticas anticompetitivas adotadas pela Telmex no mundo.

A companhia mexicana acaba de sofrer um revés na Organização Mundial do Comércio (OMC) que considera que o México está infringindo as leis do livre comércio, numa arguição feita pelos Estados Unidos. Ainda cabe recurso, mas a OMC concluiu que a Telmex tem impedido a entrada de novos competidores no mercado mexicano. A queixa foi apresentada por ninguém menos que o representante americano para a área de comércio, Robert Zoellick.

A OMC contabiliza hoje vários delitos contra a livre concorrência praticados pela operadora mexicana. As acusações envolvem subsídios cruzados, preços anticompetitivos, aplicação discriminatória de tarifas e cobranças e recusa em providenciar linhas privadas e circuitos para concorrentes. A lista é grande, Srs e Srs. Senadores.

Por isso, a necessidade urgente de que o Cade intervenha no processo para que sejam avaliados os riscos de uma companhia como a Telmex assumir o controle da Embratel. Entendo que a sociedade brasileira não está disposta a receber um competidor acostumado ao monopólio. Ninguém deseja um concorrente que não quer concorrer. O risco é muito grande, especialmente diante da participação que a Embratel detém em alguns mercados.

O consumidor brasileiro pode se perguntar: "Será que minhas ligações internacionais vão ficar mais caras? Será que mudarão as regras das chamadas interurbanas?" Gostaria que o Cade respondesse a perguntas como essas.

Todos reconhecemos e identificamos os benefícios que a competição trouxe ao setor de telecomunicações. O povo brasileiro hoje carrega um telefone como quem leva um jornal ou um saco de feijão. O

celular é quase uma extensão do braço de milhões de brasileiros.

Mais de 25 milhões de novas linhas fixas foram instaladas. Os preços e tarifas estão sob controle. Mas o que pode ocorrer daqui para frente? Eu gostaria que o Cade respondesse também a essa pergunta.

Em pouco tempo, esse grupo pode ser responsável pelas contas telefônicas de milhões de brasileiros e por 15 mil funcionários de uma companhia da grandeza e do porte da Embratel. Pode também ser responsável pelas comunicações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica brasileiros.

A Embratel é parte da história do Brasil. É um capítulo vitorioso dessa história. Não podemos permitir que seja novamente negociada a alguém que mal conhecemos.

Pelo menos alguns cuidados devem ser tomados. A primeira compradora da Embratel faliu e seus executivos estão na cadeia. Vamos, então, conhecer um pouco mais os novos compradores, sobretudo se eles vêm de fora.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há alguns dias, o jornal Folha de S.Paulo estampou em página inteira uma reportagem que trata da tentativa da companhia mexicana de aplicar um golpe milionário no BNDES.

Sei que muitos Colegas estão atentos ao problema, mas é preciso ressaltar que está em vias de assumir o comando dos destinos da Embratel uma empresa que não se envergonha de lesar em centenas de milhões de dólares o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A imprensa tem noticiado com destaque que, caso a venda para a Telmex seja referendada pela justiça dos Estados Unidos, os acionistas minoritários da Embratel serão também lesados em milhões: 150 milhões, mais precisamente.

Ou seja, a Telmex já chega ao Brasil causando estragos – e que não são estragos pequenos. Somados, eles chegam a alguma coisa próxima de R\$1 bilhão.

Tenho certeza de que não é esse tipo de prática que todos aqui desejam ver implantada no Brasil. O BNDES, ao que parece, está tomando as medidas judiciais cabíveis para resolver o assunto. Os acionistas minoritários também se organizam, liderados pela associação que os representa.

Aqui, neste plenário e nas comissões técnicas da Casa, alguns Colegas também se mobilizam para discutir o tema que, afinal, diz respeito a milhões de brasileiros.

O importante, agora, é que o Cade também esteja atento, já que será ele o responsável por obter as

informações sobre o caráter e a formação desse convidado que bate à nossa porta.

Espero confiante que o Cade não nos deixará sem essas informações tão importantes e dará à operação a transparência que ela deve ter.

Lembro às Srs. e aos Srs. Senadores que, amanhã, haverá, na comissão específica, uma audiência pública para tratar desse assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Dando seqüência à lista de oradores inscritos, concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Pedro Simon.

Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, neste fim de semana, o **Diário Catarinense**, jornal de maior circulação do meu Estado, publicou uma entrevista “pingue-pongue” feita comigo pela jornalista Carolina Bahia. Fiz uma brincadeira que acabou virando manchete: “Não posso perder a linha; virei *lady*.”

A reportagem foi motivo de diversos comentários no Estado. Quando a Carolina me perguntou: “A senhora tem fama de ter pavio curto. Nessa Liderança, qual foi o momento mais difícil?”. E respondi de pronto: “O momento mais difícil é quando vejo alguém falando na tribuna e logo penso: teu passado te condena. Como é que tu estás abrindo a boca e falando isso?”

Mas, na condição de Líder, sou obrigada a ficar calma, não posso perder a linha, porque não posso aquecer este Plenário. Muitas vezes tive que engolir o que eu não gostaria, e isso, principalmente nesse tiroteio atual, não tem sido uma tarefa muito fácil, nem muito simples. Mas, em alguns momentos, isso não é possível e preciso responder.

Afinal, não é possível assistirmos, sistematicamente, uma personalidade política, que teve atuação destacada durante a ditadura militar, que foi governador biônico, que defendeu ferrenhamente o Governo Collor como seu articulador político, que foi Ministro, foi ator destacado e defensor empenhado do processo neoliberal privatizante ao longo dos Governos Fernando Henrique Cardoso e que tem pública e notória proximidade com o setor financeiro no Brasil – o Presidente nacional do PFL –, dizer que a crise tem nome e o nome é Lula.

Aí, apesar dos meus bons propósitos, apesar de toda a necessidade de manter a calma, isso me supe-

ra e não consigo me controlar. É importante registrar que esta é a primeira vez que esse senhor está fora do Governo. Nos últimos 40 anos, ele sempre foi Situação. É a primeira vez, na sua longa trajetória política, que ele está fora do Governo, está na Oposição. E talvez esta seja a crise: uma crise realmente de identidade, de alguém que nunca ficou longe da máquina estatal. E, hoje, está fora da máquina estatal federal e também da estadual, tendo em vista que o PFL e o PP perderam as eleições em Santa Catarina.

E o nome da crise de identidade do Presidente do PFL realmente é Lula, porque foi quem o colocou, pela primeira vez, na Oposição.

Então, não é possível ver essa personalidade política dizer que o Brasil está perdendo a oportunidade de crescer de 6% a 8%, em 2004, aproveitando o bom momento econômico internacional, conforme declarações que deu nesse fim de semana à imprensa de Santa Catarina.

É importante lembrar que o Brasil vai crescer de 3% a 4%, este ano. Todos os indicadores apontam para essa perspectiva. E vai fazê-lo porque demos conta, em 2003, de recolocar a economia nos eixos – controlar a inflação; baixar os juros aos mas baixos patamares do Plano Real; baixar o risco país; atrair investimento, inclusive diversificando investimentos. Estamos na iminência de fechar negociação envolvendo recursos da ordem de US\$10 bilhões de investimentos da China em infra-estrutura no Brasil, de forma muito especial em ferrovias, porque a China quer ter a garantia da chegada do minério de ferro e da soja ao seu País. Conseguimos alongar a rolagem da dívida e desvincular a maior parte da dívida interna ao dólar.

E essa retomada do crescimento de 3% a 4% só é possível pelo trabalho realizado nesses 15 meses, tanto no âmbito interno quanto nas bem-sucedidas ações de políticas externas do Governo Lula.

Não adianta propormos um crescimento de 6% a 8%, quando não temos energia para sustentá-lo, quando não temos estradas nem portos para escoar a produção atual. E vejam bem, não temos energia nem infra-estrutura de escoamento de produção, estradas e portos, porque esses investimentos não foram feitos ao longo dos últimos anos. Durante o Governo de Fernando Henrique, o investimento na produção de energia elétrica no nosso País caiu de R\$13 bilhões ao ano, que era o investimento na década de 80, para algo em torno de R\$6 bilhões ao ano, na década de 90.

É bom não esquecermos que foi exatamente durante o período em que o Ministério de Minas e Energia esteve sob o comando do PFL que houve o Apagão, porque não se sustentou o crescimento da economia

– a energia disponível não sustentava o crescimento da economia.

As estradas ficaram abandonadas e, agora, inicia-se o processo de recuperação; os portos ficaram absolutamente paralisados, em termos de capacidade de atuação; tudo isso nos foi entregue absolutamente sucateado, estagnado, atrasado em termos de retomada do crescimento. Portanto, não vamos cometer irresponsabilidades. A irresponsabilidade de propor crescimento superior à capacidade de sustentar o crescimento não será feita pelo Governo Lula, ainda mais se a falta de sustentabilidade, de infra-estrutura para o crescimento econômico é de responsabilidade dos últimos Governos, que nos entregaram o País absolutamente sucateado, totalmente inserido em uma situação preocupante.

Estudos dão conta de que se a economia crescer mais de 4,5% neste ano haverá, novamente, apagão. Logo, essa irresponsabilidade o Governo Lula não vai cometer. O Presidente da República afirma, em alto e bom som, que não fará aventuras, nem planos mirabolantes. O crescimento acontecerá de forma segura, sustentada, sem bolhas de crescimento, até porque as diversas bolhas de crescimento que aconteceram após os tais planos econômicos mirabolantes foram pagas pela população de mais baixa renda. Os detentores do capital, os grandes grupos econômicos, as parcelas da população de maior renda se safaram dos planos econômicos quando estes redundaram em nada, quando murcharam, quando as bolhas de crescimento se esvaíram. Mas as classes populares pagaram a conta.

As heranças estão aí: os Governos anteriores, inclusive de que fez parte o Presidente do PFL, deixaram-nos R\$40 bilhões de dívidas com o FGTS, R\$4 bilhões com os anistiados e R\$12 bilhões com os aposentados, pela não correção das aposentadorias em 1993. Todas estas heranças – R\$40 bilhões de dívidas com o FGTS, R\$4 bilhões com os anistiados, R\$12 bilhões com os aposentados – ficaram para o nosso Governo pagar. Nós vamos pagar essas dívidas que nos deixaram, todas elas frutos dos planos mirabolantes.

Até as greves que precisamos negociar, atualmente, com o funcionalismo são heranças. A greve da Polícia Federal deve-se a uma lei de 1996, a qual não foi cumprida, que dá direito aos técnicos de receberem como nível superior. Ela não foi cumprida ao longo de todo o Governo Fernando Henrique, mas coube ao Governo Lula administrar a greve que resultou disso.

Com relação à difícil tarefa de manter a calma e a classe, Senadora Serys, não é possível ficar calada diante dos pronunciamentos da última sexta-feira, que fugiram do mínimo de civilidade necessário para

o relacionamento neste plenário. Os pronunciamentos beiraram o despropósito, o descontrole verbal, o comportamento absolutamente incompatível com a Câmara Alta, este Senado.

O Senador Arthur Virgílio, neste plenário, já disse que escolhe os seus adversários e essa foi uma alusão transversa a minha pessoa, já que S. Ex<sup>a</sup> não respondeu ao meu discurso. Como também não aceitou debater comigo na CBN, à época – espero que o Senador Arthur Virgílio não tenha nenhum viés de preconceito ou de discriminação de gênero, ou seja, que tenha problemas para debater com mulheres.

De qualquer forma, o Senador Arthur Virgílio desqualificou os Ministros Ciro Gomes e José Dirceu, e também o Presidente Lula, de forma tão desrespeitosa que os adjetivos que Fernando Henrique usava com relação ao PT, quando este era Oposição, viraram elogios.

Citarei algumas expressões que pincei do pronunciamento: “covarde”, “mamulengo”, “ventriloquo”, “boneco”, “chantagista”, “perdido nos salões de Paris”, “mentiroso”, “armas calhordas”, “mafioso”, e por aí vai. Esses foram os termos utilizados como adjetivos com relação a dois Ministros que têm uma vida política, neste País, reconhecida e respeitada por todos. Também, de forma direta e indireta, foram usados referindo-se ao Presidente Lula.

Toda essa virulência verbal, Senador que preside esta sessão, Papaléo Paes, foi por causa de uma nota da colunista Tereza Cruvinel, publicada na sexta-feira, da qual lerei um trecho para podermos perceber a dimensão da virulência da resposta:

Apesar do ataque violento do Senador Jorge Bornhausen (PFL) ao Governo, apontando uma crise de autoridade “cujo nome é Lula”, a nota da frente de oposições foi até moderada, com juras de que pretende colaborar para ajudar na superação da crise. Salvo por um exagero grave, ao afirmar que o País atravessa uma conjuntura “marcada pelo binômio desemprego e corrupção”, em defesa do Governo e da correta dimensão dos fatos, responde o Ministro Ciro Gomes:

– Esta afirmação é absurda e inaceitável. Tenta difundir a idéia de que existe corrupção endêmica no País, diante de um caso isolado e individualizado, contra o qual foram tomadas todas as providências. A Oposição tem seu papel, é até necessária, mas, quando tenta associar o caso ao Ministro José Dirceu, faz luta política. Isso é nocivo ao País e o povo entende.

E bate com luvas de seda no Senador Arthur Virgílio.

– Nós, por exemplo, não temos dúvida sobre a integridade e honestidade do Senador Arthur Virgílio. E, no entanto, o Sr. Leovegildo Soares, que por indicação do Senador foi Delegado do Trabalho no Amazonas durante oito anos, foi preso por corrupção pela Operação Zaqueu, da Polícia Federal, no dia 3 de fevereiro, juntamente com outros criminosos. Mas seria leviandade associar o Senador ao caso, só porque acreditou na honestidade de alguém e foi enganado. Assim como o Ministro José Dirceu por Waldomiro – diz Ciro.

Este foi o texto da nota da colunista Tereza Cruvinel, que recebeu essa resposta adjetivada por “covarde”, “mamulengo”, “ventriloquo”, “boneco” e “chantagista”.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senadora?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex<sup>a</sup> me esperar terminar a seqüência, Senador, concedê-lo-ei.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não tenha pressa, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex<sup>a</sup> esperar, concederei o aparte com prazer.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Aguardo com muita alegria.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Toda essa virulência parece significar o seguinte: pode falar, mas não pode ouvir. Já houve várias situações como essa.

Ao longo do discurso, o Senador fez várias chamadas, dizendo: “Tem que vir aqui”; “O debate tem que ser em inglês, para saber se sabe inglês e sabe economia”; “Tem que vir aqui me enfrentar”; “A minha vida está aí para ser comparada com a de quem quiser”. Parecia que eu estava assistindo à briga de dois meninos, de quem é que cospe mais longe, ou de “vamos ver quem é o melhor”, isso no plenário do Senado.

Fico bastante constrangida, porque me tenho esforçado muito para manter a calma, para contribuir de forma elegante com o debate, para conter meu espírito italiano, que, muitas vezes, quer ir na linha do “bateu, levou”, mas existem situações que não dá mais para, dentro do bom debate, não citarmos.

Tive oportunidade de registrar reações desproporcionais, porque elas me chamaram a atenção. Quando o Senador Tasso Jereissati perdeu o controle, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo fato de o Senador Aloizio Mercadante ter citado diversas situações relativas às CPIs que não se instalaram,

que não tiveram indicações, esse comportamento me surpreendeu muito, porque trata-se de uma pessoa extremamente equilibrada, mas ninguém o desqualificou. Tudo foi muito respeitoso e o respeito nos ajuda a fazer o bom debate.

Esse tipo de desqualificação e de insinuações é algo que, decididamente, não ajuda, mas como estamos – já tive oportunidade de dizê-lo – antecipando o debate eleitoral, como outubro chegou muito antes da hora, aqui no plenário, no Congresso Nacional, é importante relembrarmos coisas e insinuações feitas, porque de tanto falar, de tanto falar, de tanto falar, de repente determinadas questões sem embasamento, sem sustentação são consideradas verdadeiras. Por exemplo, vira-e-mexe volta-se ao caso Santo André, inclusive com insinuações de que assassinatos poderiam estar ocorrendo para não se concluírem as investigações corretas e profundas a respeito desse fato. O caso de Santo André foi investigado em 2002 pela polícia do Governo do PSDB do Sr. Alckmin. Essa investigação ocorreu em pleno ano eleitoral, quando o confronto eleitoral para a Presidência da República ocorria entre Serra, do PSDB, e Lula, do PT. Portanto, não é possível imaginar que a investigação foi malfeita e que havia algo que ainda não apareceu. Olha, é preciso dar muitos tratos à bola. E querer insinuar que mortes ocorreram, é parecido com a situação que vivenciamos aqui quando ocorreu o assassinato do primo do Senador Antero Paes de Barros. De repente, queriam dar a entender que havia ligação desse fato com as investigações do caso Waldomiro Diniz, o que, posteriormente, se desmontou porque não existia relação entre os casos. Aliás, os fatos relativos à CPI do Waldomiro estão aparecendo exatamente na investigação que está sendo conduzida pela Polícia Federal. O caso Buratti não apareceu por intermédio da investigação de nenhum órgão de imprensa ou pela denúncia de nenhum Senador ou Deputado de Oposição, mas, sim, nos depoimentos que, apesar da greve da Polícia Federal, estão ocorrendo. O Sr. Rogério Buratti já foi chamado e, se não me engano, prestará depoimento amanhã.

O episódio da GTech, por exemplo, é algo meio absurdo. Insinuam que algumas pessoas teriam intermediado o contrato da GTech com a Caixa Econômica Federal. Teriam intermediado o contrato que, pela primeira vez, a Caixa Econômica conseguiu diminuir o preço. Ou seja, alguém intermedeia, pede propina para a empresa para esse fim e faz com que ela, a empresa, tenha prejuízo? São coisas que não conseguimos entender!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo suficiente

para concluir o seu discurso. Porém, quero lembrá-la de que não mais poderá conceder apartes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nobre Senador Presidente, apelo a V. Ex<sup>a</sup>. A Senadora Ideli Salvatti assumiu o compromisso de conceder apartes. É apenas para ajudá-la.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, ainda preciso abordar algumas questões. Por favor, respeite o término do meu pronunciamento e a minha conclusão de raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – É o Regimento, Senador.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Temos algumas questões para colocar nesse debate. Todavia, ele precisa ser feito em bom nível. Devemos voltar as nossas baterias e atenção para as questões pertinentes a assuntos que estão sob a nossa responsabilidade neste Senado, e sobre os quais as votações são fundamentais para que possamos consagrar o crescimento econômico que está posto para este País.

Com relação às insinuações – como já disse – em antecipar esse clima, creio que a pesquisa do Ibope, que aborda a diminuição da credibilidade da população no Governo Lula serve de alerta, sim, para o Governo. Temos que estar atentos ao que a população está enxergando. No entanto, foi interessante, porque, no mesmo final de semana em que foi divulgada a pesquisa do Ibope, saiu uma pesquisa da Vox Populi, que não teve nenhuma repercussão. E, da mesma forma que temos que estar atentos para a pesquisa Ibope, é bom também prestarmos atenção para a pesquisa da Vox Populi que fez uma pesquisa sobre honestidade.

Na esteira do questionamento sobre a ética do Governo Lula, o Vox Populi fez, na semana passada, uma pesquisa nacional com a pergunta: “Em relação ao Governo FHC o Governo Lula é mais honesto, menos ou tão honesto quanto?” Apenas 10% responderam que o atual Governo é menos honesto. Quase a metade, 44%, afirmou que o Governo Lula é mais honesto. Outros 36% disseram que os dois se equivalem; o restante não sabe. Segundo o diretor do Vox Populi, Marcos Coimbra, o resultado mostra que Lula ainda tem crédito. Portanto, todas as insinuações que se pretende colocar permanentemente nesta tribuna sem que tenhamos condição de fazer um debate em alto e bom nível acaba tentando atingir a essa situação: a de desacreditar para que o processo eleitoral antecipado se dê nas nossas cidades, principalmente porque as eleições de outubro estão aí e, neste Plenário, estão aí muito antes do que seria conveniente.

Gostaria de chamar à responsabilidade para os projetos que precisam ser votados por esta Casa: o de Biossegurança, que chegou à Casa no dia 09 de

fevereiro; o de preservação da Mata Atlântica, chegou a esta Casa no dia 09 de dezembro; o da Lei de Falências, tão importante para o desenvolvimento e a retomada do crescimento, chegou à Casa no dia 28 de outubro; a parceria Público-Privada, que chegou recentemente, no dia 24 de março; a violência doméstica, tão importante para nós mulheres, chegou à Casa no dia 6 de dezembro; o empréstimo para o Município de São Paulo, chegou à Casa, no dia 14 de outubro, e está na pauta para votação desde o dia 18 de dezembro; e o empréstimo para o Estado de São Paulo, que chegou no dia 12 de novembro. Portanto, são matérias importantes que precisamos deliberar e que estão sob a nossa responsabilidade – repito. Portanto, deveríamos nos dedicar com mais afinco ao trabalho para aprovar rapidamente todas essas matérias importantes que estão pendentes de deliberação no Senado da República.

Muito obrigada!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pensava que íamos começar uma semana de muita paz, de muita tranquilidade, mas somos surpreendidos com a carga de dinamite que a Senadora Ideli traz a este Plenário.

A Senadora Ideli, que sofreu uma verdadeira metamorfose no seu primeiro ano de mandato...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Fazendo soar a campainha.) – Senador Heráclito...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou chegar à questão de ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou chegar ao objetivo da minha questão, se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Só lembrando que a cessão do aparte é uma decisão do orador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não estou pedindo aparte! Pedi a palavra pela ordem, e V. Ex<sup>a</sup> me concedeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Apenas para lembrar à Senadora que, hoje, S. Ex<sup>a</sup> tem a responsabilidade de Líder de Partido. Existe uma praxe nesta Casa, a ética recomenda, que não se acuse

companheiros que não se encontram presentes em Plenário. Não sou defensor, não sou porta-voz do Senador Arthur Virgílio e de outros aqui citados. Portanto, faço um apelo à Senadora, atual Líder do Partido do Governo e que tem a responsabilidade de trazer equilíbrio a esta Casa: que S. Ex<sup>a</sup> tenha o dever ético de, toda vez em que for atacar um companheiro, comunicá-lo. É praxe secular na Casa. Ou pelo menos que aguarde sua presença em Plenário a fim de que tenha o direito de defesa. E a lição de que “o passado me condena” S. Ex<sup>a</sup> não está à altura de dar essa lição a ninguém neste Plenário. Até porque quem defendia o fim da Alca, combatia os compromissos com o FMI e hoje os defende não pode condenar ninguém por atuação no passado.

Muito obrigado.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela ordem.) – Desejaria fazer uso da palavra, conforme documento já enviado à Mesa, em nome da Liderança da Minoria, no momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, lembrando que já havia sido anunciado o uso da palavra pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. A Mesa pede a V. Ex<sup>a</sup> que aguarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço para usar da palavra, utilizando-me do artigo do Regimento que me permite explicações pessoais, por ter sido citada pelo Senador Heráclito Fortes, posteriormente à fala do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida de acordo com o Regimento da Casa.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, amenizarei o ambiente nesta Casa, tratando, embora ra-

pidamente, dos 455 anos da cidade de Salvador, hoje comemorados.

Salvador relevem-me as Sras e os Srs. Senadores é hoje a cidade do Brasil mais visitada por turistas, nacionais e estrangeiros, por sua beleza, seus encantos e, sobretudo, pelo que o turista tem a ver com aquilo que séculos afora se formou numa civilização que hoje é invejada em todo o Brasil.

Digo, sem receio de errar, que a cidade de Salvador, nos últimos anos, é a que apresenta maiores obras públicas, para que essas obras se componham com a beleza natural que o destino nos reservou e que os baianos possam viver a alegria dos bons governos, seja do Estado, seja, no caso particular da cidade de Salvador, com o Prefeito Antonio Imbassahy.

Salvador tem os pontos mais agradáveis que um brasileiro ou estrangeiro possa percorrer. De suas centenárias igrejas, com suas imagens, que são as mais belas do mundo, à Baía de Todos os Santos, que é, sem dúvida, uma rival da Baía da Guanabara em beleza, e os acidentes geográficos que tornam essa cidade cada dia mais interessante. Por isso mesmo, há muitos e muitos anos, eu, que fui Prefeito dessa cidade e vivi as alegrias do que é ser Prefeito de Salvador, posso dizer, sem sombra de erro, que é a capital, juntamente com o Rio de Janeiro, mais bela do Brasil.

Neste instante, quero dizer que Salvador precisa ser, por isso mesmo, mais bem aquinhoadas. Que bom seria se o Presidente da República, no dia de hoje, anunciasse a liberação dos recursos do metrô, tão propalada, mas não concretizada. Seria um presente à Capital que lhe deu maior votação no Brasil. O Governo tem deveres com essa cidade, por ter sido capital do País e porque, não sendo a capital do País, continua com o mesmo prestígio e com a mesma beleza.

Os encantos de Salvador estão à vista de todos. Por isso mesmo, Sr. Presidente, nós, que nascemos naquela terra, nos orgulhamos muito disso, e tenho certeza de que os brasileiros que não nasceram em Salvador têm-na como a sua segunda cidade no País.

A Bahia tem ensinado ao País muita coisa. Sabem por quê? Porque, na Bahia, a administração pública é feita pelo mérito. Pouco nos importa, ao prefeito ou ao governador, sermos ou não embora sejamos maioria na Assembléia ou na Câmara Municipal. Só colocamos nos postos as pessoas competentes. E é de competência realmente que o País está precisando.

Por isso, feliz, vejo uma reportagem no Correio Braziliense, de Renata Giraldi, intitulada: “A Bahia ensina a combater a pobreza”. Realmente, temos um programa de combate à pobreza, com uma secretaria especial para isso, que é um primor de atuação, sem que haja esses recursos. Daí eu já ter sugerido, aqui

desta tribuna, que o Presidente da República entregue o combate à pobreza aos governantes honestos e sérios, bem como às organizações capazes de fazer tal combate sem a burocracia governamental, que nomeia funcionários e não atinge o verdadeiro objetivo, qual seja, acabar com a fome daqueles que comer precisam.

Portanto, Sr. Presidente, no dia de hoje, venho aqui fazer a profissão de fé do meu amor à minha cidade. Não preciso fazê-lo porque o povo da minha terra sabe que a Bahia é a razão da minha vida. Mas é muito importante que eu venha à tribuna do Senado, neste 29 de março, dizer que a Bahia continua bela e aberta a todos os brasileiros. Não há povo mais hospitalero, nem cidade mais pronta para receber o visitante do que a cidade de Salvador.

Quero me congratular com todos os baianos, principalmente com os de Salvador, com os que lá residem, mas são provenientes de outros Estados, e com os estrangeiros que, em grande número, têm ido morar em Salvador ou em cidades litorâneas do meu Estado.

Meu Estado cresce apesar da crise. Possui um grande número de desempregados, porque tem o maior semi-árido do Nordeste. No entanto, há um otimismo justificável entre os baianos.

Confesso que tenho toda a intenção de ajudar, nesta Casa, o Presidente Lula. Mas não fosso concordar, por exemplo, com a afirmativa de Sua Excelência de que, há muitos anos, não vivemos um momento de otimismo como este. Não. O Brasil não está otimista, mas pessimista. Cabe ao Presidente da República commandar um processo de virada e promover o otimismo entre os brasileiros. Essa questão só se resolve quando a área social for motivo da preocupação maior do Governo. Enquanto não olharem para a área social, o Presidente não estará atendendo aos que o elegeram, que foram principalmente os mais pobres. Sua Excelência, que conheceu a pobreza, deve saber que a área social precisa ser atendida de qualquer modo, da melhor maneira possível.

Como isso acontece em Salvador, na minha bela cidade, quero que ela sirva de exemplo, embora saiba que a sua taxa de desemprego é grande, mas não por culpa dos baianos. Temos que reverter tudo isso, para dar felicidade a todos os brasileiros, a quem desejo o mesmo contentamento que sinto, quando suas cidades completarem 455 anos como Salvador faz hoje.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Pediria licença, Senador Jorge Bornhausen, para conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para uma explicação pessoal, por cinco minutos. Em seguida, falará V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, fui muito clara e franca, vim a esta tribuna reconhecendo a dificuldade que muitas vezes tenho que enfrentar para não responder a determinadas situações e o quanto isso tem me custado.

Tenho buscado contribuir para o que entendo ser o melhor para nosso País neste momento: a atitude construtiva para podermos fazer avançar aqui, nesta Casa Legislativa, as questões do interesse da população brasileira e que acontecem principalmente nas votações, como fizemos ao longo de todo o ano de 2003, de temas importantes como foram a reforma tributária, a reforma da previdência, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Desarmamento, enfim, inúmeras votações que estavam encalhadas ao longo de décadas no Congresso Nacional. Tive a oportunidade de citar pelo menos sete ou oito matérias que esta Casa tem que apreciar, ainda está na urgência de apreciar, e vai exatamente nessa linha de poder contribuir para que a retomada do crescimento seja alicerçada pelas mudanças estruturais de que tanto temos necessidade neste País.

Agora, de forma muita calma, sem usar nenhum adjetivo, apenas explicitando aqueles que considerei inadequados, indevidos, que foram utilizados nesta tribuna, na sessão em que não tinha ninguém para responder, quero dizer que aquilo de que fui acusada, de estar fazendo pronunciamentos a respeito de quem não está no plenário, isso foi usado também contra nós. Portanto, apenas me senti na obrigação de responder aos ataques indevidos, injuriosos e desrespeitosos que nos fizeram sexta-feira desta tribuna.

Quanto à outra questão, as declarações e afirmações veiculadas pela imprensa de proeminentes figuras da política, também de nenhuma forma desrespeitosa, fiz apenas questão de relembrar a história política, e que, portanto, têm responsabilidades, como todos nós, com a situação que o País vive hoje. Todos nós – quem esteve no Governo ou quem esteve na Oposição ao longo das últimas décadas – temos responsabilidade para com a situação em que o País se encontra. Portanto, nenhum de nós tem o que esconder ou escamotear.

Faço bom debate, fiz debate político. Apresentei aqui a minha opinião, da mesma forma como foi veicu-

lada, pela imprensa, a opinião de outras personalidades que compõem este Plenário. Agora, os discursos feitos na sexta-feira, estes sim, foram absolutamente desrespeitosos, os adjetivos foram de baixo calão, inadmissíveis nesta Casa, e eu não poderia, em hipótese, alguma permanecer calada. Por isso fiz questão de citá-los, de dizer em que conjuntura eles estão se dando, com que objetivos entendo que eles estão sendo colocados, para antecipar o debate eleitoral e, inclusive, de macular, por meio da repetição, sem qualquer embasamento na verdade, nas questões que vem sendo aqui tratadas reiteradas vezes.

E como já fiz outras vezes, venho com tranquilidade à tribuna também para elogiar quando setores da Oposição contribuem, participam das negociações, dão sugestões que fazem parte dos acordos e dizer que podemos ter a convivência respeitosa nesta Casa.

Então, da mesma forma em que venho tecer as minhas opiniões e trazer o que não concordo de forma respeitosa, também já vim inúmeras vezes à tribuna para tecer elogios a Parlamentares da Oposição.

Faço isso no entendimento de que é melhor dessa forma contribuir para o bom andamento do Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Senadora Ideli Salvatti citou V. Ex<sup>a</sup>?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu não citei ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Mesa está questionando.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – A Senadora Ideli Salvatti, quando pediu a V. Ex<sup>a</sup> a palavra, disse que o fazia para responder a uma intervenção minha. Portanto, eu fui citado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr Presidente, V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar, mas eu tinha que dizer em qual momento fui citada. Se V. Ex<sup>a</sup> der a palavra ao Senador Heráclito Fortes, estará abrindo um precedente regimental inadmissível.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup>, por favor, fale por três minutos, Senador Heráclito Fortes.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É inadmissível! Porque eu tinha que especificar...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que a Mesa decidiu. Por favor.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – V. Ex<sup>a</sup> vai conceder?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Por favor, eu já disse que vou conceder a S. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Então V. Ex<sup>a</sup> está abrindo um precedente, porque eu apenas disse em qual momento fui citada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu não estou abrindo um precedente.

A Mesa tomou a decisão, Senadora Ideli Salvatti, e deu a liberdade de S. Ex<sup>a</sup> falar. Agora, eu peço para que V. Ex<sup>a</sup> não cite mais nomes, para não haver mais estes debates, porque é preciso dar a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) Para

uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar a nova fase que o Governo vive: censurar a palavra de quem quer fazer uso dela.

O que eu disse aqui foi que a Senadora atacou Parlamentares, colegas Senadores que não estavam em plenário. Diferentemente, Sr. Presidente, do que os Senadores fizeram na sexta-feira, quando não houve nenhuma citação a nenhum Senador, a nenhum Parlamentar, mas ao Governo.

Agora, o lamentável e o triste de tudo isso, e que vem acontecendo com muita freqüência, é que nas sextas-feiras, como na passada, das 9 horas até o final da sessão, não tivemos nenhum Parlamentar do Governo para defendê-lo dos ataques sofridos ininterruptamente por todos os oradores.

Eu quero apenas fazer uma justiça. A Senadora Serys Slhessarenko esteve em plenário, embora rapidamente, mas foi a única presença; e, salvo engano, também uma presença um pouco triste, sofrida e ainda magoada do Senador Cristovam Buarque, que não se tem manifestado para defender o Governo. É um direito de S. Ex<sup>a</sup> que respeito.

O vergonhoso foi o Governo, na sexta-feira, não dispor de ninguém para defendê-lo aqui. É muito diferente de a Líder do Governo vir aqui e atacar colegas, sem avisá-los, sem preveni-los. Ressalto com muita tranquilidade que ninguém evolui tanto e tão rapidamente neste Senado quanto V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti. E pronuncio estas palavras com tristeza, apenas porque V. Ex<sup>a</sup> diz que cada um está tentando construir um bom caminho. Eu, por exemplo, estou tentando fazê-lo. Não assinei uma CPI que tanto poderia prejudicar o Governo de V. Ex<sup>a</sup> por considerar que esse não é o caminho. Lamentavelmente, porém, colegas são insultados sem sequer estarem aqui presentes e sem terem o direito de defesa.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não cabe aparte, Senador José Jorge, pois se trata de uma explicação pessoal.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Mas serei breve, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> entendesse isso apenas como uma intervenção pedagógica. Não existe na ética parlamentar, principalmente no Senado da República, o costume de atacar...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que se dirija à Presidência, conforme reza o Regimento, e não à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Dirigir-me-ei a V. Ex<sup>a</sup> e agradeço-lhe a observação, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. É bom que a Líder, a noviça Líder do Governo aprenda isso. Abriu a metralhadora giratória. Até pareceu-me como àquelas mulheres-bomba, muito comuns em países em guerra. Estamos num momento de entendimento. Não se abre uma segunda-feira agredindo pessoas que V. Ex<sup>a</sup> sabe que darão resposta. A abertura de uma segunda-feira nestas circunstâncias não será um bom inicio para o Governo, porque vai passar mais uma semana sendo atacado aqui, e a Senadora vai continuar...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, retire a expressão “mulher– bomba” – atinge até os antecedentes do nosso Presidente Romeu Tuma.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – S. Ex<sup>a</sup> pediu que V. Ex<sup>a</sup> retire a expressão “mulher-bomba”.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas não tem “mulher-bomba”. Estamos implantando aqui agora. E não retiro, não. Fica a expressão “mulher-bomba”, porque o que se está fazendo aqui é destruindo o Governo, um Governo que a escolheu exatamente para defendê-lo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Jorge Bornhausen, sem interrupção mais, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que respeite o orador aqui, por favor.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim trazer uma palavra sobre a dor que vive o Estado de Santa Catarina, sobre a tragédia que se abateu sobre milhares de catarinenses, que vivem no litoral sul, e gaúchos, brasileiros que vivem no norte do litoral daquele Estado.

Vim trazer uma palavra de solidariedade de quem deseja colaborar, de quem deseja encontrar caminhos. O momento da tragédia tem que ser um momento de paz e de solidariedade.

Houve mortos; há desaparecidos; há os que estão sem casa, sem teto. E é preciso que o Governo olhe atentamente para as consequências.

Eu pediria silêncio, por favor, Senadora, pois estamos falando de uma tragédia que ocorreu no nosso Estado. Creio que é um momento de paz e de solidariedade.

O que desejo aqui, desta tribuna, é também solicitar aos Governos Federal e Estadual que atendam às famílias que foram, realmente, tragicamente penalizadas. Queremos dar uma contribuição. É o momento de cada um buscar o que pode fazer. Uns trazem alimentos; outros dão teto. Os Parlamentares cabe indicar não somente esses caminhos, mas um caminho em que a ajuda seja efetiva.

Já enfrentei, como Governador do meu Estado, situações difíceis. Vi em Santa Catarina, em 1974, uma cidade ser destruída, que foi Tubarão. Em 1983, o Vale do Itajaí foi arrasado. Providências têm de ser tomadas. Acredito que elas serão tomadas. Mas, elas têm de ser rápidas e prontas. E é isso que venho pedir. Ao mesmo tempo, venho sugerir e oferecer. Sugerir que possamos ter uma medida provisória que disponibilize recursos para atender aos Municípios atingidos e às obras públicas. Para isso, entendo que cada Parlamentar de Santa Catarina deve abrir mão de suas emendas de Bancada, para que possamos, de forma prática e eficiente, sem disputas pessoais, olhando a solidariedade e a paz, dar ao Presidente da República a oportunidade de dispor de recursos orçamentários e de enfrentar adversidades.

Pela experiência que tenho, sugiro também que, de forma imediata, o Proagro seja utilizado para os agricultores, a fim de que os danos da agricultura possam ser remediados. De outro lado, proponho que a Caixa Econômica, por meio do seu Conselho Deliberativo, venha a liberar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, como o fez nas duas outras ocasiões que aqui citei, para que o trabalhador catarinense possa se utilizar desses recursos que são seus, a fim de reparar suas casas em condições normais e os aparelhos que foram quebrados, prejudicados ou perdidos. É preci-

so haver um mínimo de solidariedade geral em torno dos que sofrem.

Rezo para que os desaparecidos possam retornar às suas famílias. Aos mortos, a nossa solidariedade. Foi uma tragédia, e com a tragédia vivemos mais um momento da nossa história, mas o papel daqueles que representam o nosso Estado é ajudar na reconstrução do sul de Santa Catarina e do litoral norte do Rio Grande do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Espero que todos tenham ouvido o apelo de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Quero pedir a inscrição pela Liderança do PT e, em seguida, ao Senador Tião Viana, pela Liderança do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> está pedindo pelo PT?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos. Em seguida, o Senador Tião Viana, pelo Bloco.

Às 18 horas e 30 minutos encerra a sessão. Só os dois Senadores terão a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Jorge Bornhausen por seu pronunciamento, em que traz a esta Casa a preocupação com o episódio ocorrido em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que nos tomou toda a preocupação e o tempo ao longo dos últimos dias. Quero dizer a S. Ex<sup>a</sup> que inúmeras providências aqui explicitadas pelo Senador já estão em pleno andamento. As emendas da Bancada de Santa Catarina estarão sendo discutidas na quarta-feira, na reunião do fórum parlamentar, para que possamos, da mesma forma como foi feito com o Nordeste, liberar imediatamente, nos diversos Ministérios, verbas que já estão contemplando ações nos Municípios atingidos pelas enchentes.

Na questão do FGTS, temos uma medida provisória que está tramitando no Congresso Nacional e que será bastante simples. Já conversei com o Deputado Leodegar da Cunha Tiscoski, de Santa Catarina, para que possamos fazer a emenda no sentido de que o FGTS possa ter, na medida provisória, também a liberação para os casos de vendaval, granizo e estiagem, questões que afetaram o nosso Estado, no último período.

Por parte do Ministério da Integração Nacional, houve plantão e monitoramento, desde quarta-feira. Todo o episódio climático, que era surpreendente e novidade para nós, pois é raro ocorrer no País, foi monitorado. Havia uma pronta articulação, desde quinta-feira, entre o Ministério da Integração Nacional, o Governador do Rio Grande do Sul e o de Santa Catarina, para que se realizasse a evacuação da população atingida se realmente ficasse confirmada a violência de algo que poderia ter sido um furacão e que está sendo caracterizado como ciclone.

O Ministério ainda aborda, de forma muita clara, a necessidade de o exemplo de organização das defesas civis municipais de Santa Catarina ser cada vez mais ampliado, porque a assistência e o socorro imediato fazem a diferença no atendimento de tragédias como essa.

Cumprimento o Senador Jorge Bornhausen por trazer esse tema e registro que, ao longo desses últimos dias, tivemos a oportunidade de conversar, diversas vezes, com o Ministro Ciro Gomes, com o Governador, com a Defesa Civil do nosso Estado, com o Coronel Jorge da Defesa Civil Nacional, para se fazer o atendimento da população atingida.

Queria poder permitir alguns minutos ao Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, desculpe-me, mas quem decide isso é a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, como Líder do Bloco.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos dois minutos que me restam, tentarei ser o mais objetivo possível. Saliento a tranquilidade e a serenidade que têm o Partido dos Trabalhadores e o Bloco de apoio ao Governo no momento político que atravessamos. Todos, neste Parlamento, conhecemos o resultado de uma pesquisa de opinião pública que aponta, aparentemente, um momento desfavorável da atual gestão de Governo. Isso é natural e absolutamente comum na vida pública.

Interessa-nos a certeza das nossas convicções. Nossa Governo está inteiramente ciente de suas responsabilidades políticas e sociais e sabe exatamente aonde tem de chegar. A travessia deste momento difícil da vida nacional era esperada. O ano de 2003 marcou a dificuldade da travessia de nosso Governo; não tivemos os R\$18,5 bilhões de recursos orçamentários extraordinários para fazer investimento social e político. Sabíamos da enorme dívida com a reforma agrária; sabíamos da enorme crise de políticas sociais que

vivenciávamos e tínhamos certeza absoluta da crise de inclusão social que estávamos testemunhando na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, fazer uma ruptura e mudar para um horizonte promissor tão repentinamente seria muito difícil em um País com 500 anos de injustiças e desigualdades tão perversas. Temos certeza absoluta de que virá um novo horizonte para o Governo – daqui a três meses, no máximo – com indicadores que trarão a confiança da sociedade brasileira e a maior consideração, sensibilidade e até senso de co-participação...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Mesa prorroga a sessão por mais 10 minutos, para que ouçamos dois outros Senadores e V. Ex<sup>a</sup> possa concluir o seu discurso.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Que trazem maior senso de participação e serenidade para a própria Oposição que nos acompanha neste grande debate nacional. Com isso, asseguraremos a grande mudança que o País espera.

Para nós, é um momento de verdadeira encruzilhada. De um lado, conseguimos fazer a travessia, o remédio amargo foi aplicado, e agora temos de assegurar a retomada do crescimento.

No mês de fevereiro, tivemos um crescimento industrial em São Paulo de 4,9% e, em Santa Catarina, de 11%. Os indicadores apontam com clareza um crescimento estável para o ano de 2004, e temos a dívida social marcante.

É hora de radicalizar. Na busca da implantação das políticas sociais, o Governo está pronto, maduro, tem diagnóstico, tem plano, tem meta e tem intervenção decidida. Assim, não tenho dúvida de que é uma questão de momentos para que a Oposição volte seus olhos e entenda que as mudanças efetivas que foram parte do compromisso e da honradez do Governo Lula estarão sendo executadas. Contaremos com o apoio e a compreensão dos companheiros da Oposição.

É natural também, Sr. Presidente, que as Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores entendam que, em alguns momentos, temos de expressar nossas angústias e aflições. O que a nobre Colega, Senadora Ideli Salvatti, trouxe hoje para o Plenário do Senado Federal foi um grande e forte desabafo por injustiças que estão sendo praticadas contra algumas autoridades de Estado, algumas autoridades do Governo.

Não é justo que qualquer Parlamentar, de qualquer origem, venha ao plenário do Senado Federal trazer juízo de valor sobre honradez e moral de quem quer que seja. Entendemos que isso pode ocorrer em momentos de tensão, crítica e fervor emocional, mas não é a regra. A Senadora Ideli Salvatti fez aqui um desabafo, uma consideração para que isso possa ter

um freio e estar de acordo com o que está vendo a sociedade brasileira.

A sociedade está tranqüila, está entendendo os indicadores e quer mudanças. Teremos um mês de abril tenso, com um problema agrário forte aos olhos de todos, que é uma dívida de 500 anos. Vamos ter de intervir. Temos um debate democrático. Estamos superando uma crise política cuja travessia tivemos que fazer por infelicidade de fatos que são do conhecimento de todos. Agora, jamais poderemos nos curvar a ofensas unilaterais. A Senadora Ideli Salvatti expressou aqui um sentimento em defesa daqueles em quem acredita e jamais ousou ofender a honra de quem quer que seja.

Então, penso que isso deve ser tratado com naturalidade, compreensão, e a caminhada do diálogo é o que nos deve unir no Parlamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estranho as palavras do Líder Tião Viana, tendo em vista que, durante anos e anos, convivemos aqui nesta Casa com o PT na Oposição, que nunca maneirou a linguagem contra o Governo nem contra os outros Parlamentares.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que traga uma ata em que fiz algum juízo de valor sobre a honradez de quem quer que seja. V. Ex<sup>a</sup> tem uma boa memória.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Desculpe-me, mas não estou dizendo V. Ex<sup>a</sup>. Estou dizendo que, durante 21 anos, tanto na Câmara quanto aqui, vi muitos Senadores e Deputados do PT falarem contra o Governo passado, o Governo daquele momento, cada um daqueles governos, e ninguém nunca maneirou a linguagem, nem nunca pedimos que isso acontecesse. Cada Deputado e cada Senador tem o direito de expressar-se de acordo com o Regimento, e isso sempre houve nesta Casa. Então, estranho as palavras do Líder Tião Viana.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho por cinco minutos. Antes, porém, pela ordem, tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de protestar. Sei que não é culpa de V. Ex<sup>a</sup>, mas há de

se fazer alguma coisa. Há Líderes demais falando. Vou terminar saindo do meu Partido e me unir a mais dois Parlamentares para ter direito a falar nesta Casa. Hoje, segunda-feira, devem ter falado, no mínimo, 15 Líderes, e não há aqui esse número de Partidos. Mas os Líderes vão e vêm; parecem naveta de **frivolité**. É algo sério e que nos deixa em uma situação de constrangimento.

Portanto, registro meu protesto, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que lembro que, amanhã pela manhã, haverá dois grandes acontecimentos nesta Casa: o comparecimento do Ministro Antônio Palocci e a audiência com as empresas de telecomunicações. Será um momento de explicações ao Senado da República, quando poderemos entender o que está ocorrendo em relação à venda da Embratel.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pelas anotações da Mesa, falaram cinco Líderes hoje, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Mas eles vão e vêm.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os debates paralelos é que nos confundem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, que dispõe de cinco minutos. Logo em seguida falará o Senador Antero Paes de Barros, também por cinco minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, quem percorre a Região Nordeste nos dias de hoje encontra uma região beneficiada pelo último inverno, uma região que renasce. Tudo está verde, o pasto está verde. No entanto, por trás se esconde um certo drama, um problema sério que precisa ser trazido ao Senado da República.

Refiro-me ao problema dos devedores do crédito rural, devedores dos bancos oficiais, que não conseguiram ainda ser beneficiados pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que trata da renegociação das dívidas rurais.

Ora, o que se pretende é que essa lei possa ser alterada, oferecendo a oportunidade aos produtores rurais no sentido de que o limite, hoje de R\$35 mil, para a reformulação dos débitos, seja ampliado. As datas da contratação também se fixaram em até 1997 e após 1997. Na origem dos recursos destinados à renegociação, há o FNE, o FAT etc. Na finalidade da aplicação dos recursos, custeio e investimento e na qualificação dos produtores, os assentados, “pronafianos”, mini, pequenos e grandes. É preciso abranger esse universo.

O certo é que os bancos já estão executando agricultores no Nordeste, e não podemos, de maneira nenhuma, deixar de trazer uma palavra para que esses produtores tenham mais uma oportunidade. E isso viria justamente na modificação, na reformulação dessa lei ou em novas instruções que pudessem interpretar de uma maneira mais benigna para os produtores rurais essa lei de reformulação dos créditos rurais, a Lei nº 10.696.

Sr. Presidente, serei breve, porque já estamos no final da sessão. A Senadora Heloísa Helena, que conhece profundamente o assunto, vai agora contribuir para o nosso discurso, e fará um esclarecimento, porque S. Ex<sup>a</sup> vem acompanhando passo a passo essa renegociação. E não se quer negar que houve alguns avanços, mas muitos produtores estão excluídos, principalmente pequenos e médios no Nordeste.

Senadora Heloísa Helena, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (Sem partido – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho, saúdo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Uma coisa são os discursos que fazemos aqui, mas a pior coisa para quem está vivenciando o chamado mundo real, o cotidiano de dor, de sofrimento, de miserabilidade crescente, de empobrecimento é o silêncio da Casa em relação ao seu problema. Daí a importância do debate que V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa. A situação é extremamente grave. O Governo, infelizmente, dando continuidade à política do Governo Fernando Henrique, não tem política para os sem-terra, nem para os que têm terra, no caso do pequeno e médio produtor rural; não está disponibilizando recursos para cumprir o que manda a Constituição e fazer a reforma agrária. O que está sendo disponibilizado é uma vergonha; o pequeno e o médio produtor não estão tendo acesso a créditos e estão perdendo terra. Não é à toa que o número médio de famílias assentadas é infinitamente menor do que o número de famílias que estão perdendo terras para as instituições oficiais de crédito. O que acontece, Senador Garibaldi? A arrogância cega este Governo. Ele está cego na intolerância, na truculência, na arrogância – isso, do ponto de vista político, porque tenho uma filha de leite que é cega e vê muito mais do que todos nós. Então, é cego pela arrogância política. Tivemos a oportunidade – V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Ramez Tebet, o Senador Osmar Dias, vários Senadores – de acompanhar a questão da agricultura no País – especialmente a pequena e a média agricultura e também a familiar. Quase enfartei neste plenário, para possibilitar a inclusão de duas emendas que poderiam favorecer aqueles produtores com dívida de até R\$15 mil.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (Sem Partido – AL) – Já concluo, Senador Romeu Tuma. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que muitos produtores do meu Estado, assim como do V. Ex<sup>a</sup>s estão com uma dívida contratual acima de R\$15 mil. Mas mesmo aqueles que tinham uma dívida de até R\$15 mil ficaram fora da repactuação, porque, para repactuarem, precisavam estar adimplentes. Como podiam estar adimplentes? No caso específico do Nordeste, havia um processo gravíssimo de estiagem – problema já enfrentado anteriormente, entre 1997 e 1999. E o Governo não deu anistia para o agricultor familiar nem para o pequeno produtor, não estabeleceu a correção das distorções do saldo devedor – motivo pelo qual essas dívidas estão tornando-se impagáveis –, não criou nenhum mecanismo para ajudá-los. Para ter acesso à repactuação, o pequeno produtor foi para o agiota. Se sofreu problemas como os que aconteceram no Nordeste, ora estiagem, ora inundação, perdeu duplamente a safra. O que espero é que o Governo converse com quem entende ou com quem está vivenciando o problema. Não adianta ele vir para cá, Senador Romeu Tuma, com pose, com arrogância; não tem autoridade moral para isso, porque o discurso que fazia antes foi por terra. Que, pelo menos, converse com as pessoas que vivenciam a realidade. É de fundamental importância corrigir as distorções do saldo devedor e estabelecer uma clara política de repactuação, senão a herança a ser deixada a quem tem pequena e média propriedade no País é simplesmente a das dívidas. Digo isso com a maior tranquilidade, porque não tenho sequer uma cerca para amarrar um bode, imaginem produção rural. Mas sei o quanto é importante para a dinamização da economia a geração de emprego e renda, a produção de alimentos neste País, o acesso ao crédito da agricultura familiar e do pequeno e médio produtor. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, até em relação ao Seguro-Safra – só um pouquinho de paciência, Sr. Presidente; sei que estou ultrapassando o tempo –, destinado somente ao produtor cuja renda mensal é de até um salário mínimo e meio, foi uma briga para eu conseguir na Câmara que não entrasse no cálculo aquele que tem aposentadoria. Mesmo assim, a grande maioria de produtores ficou de fora: o que produz folhosas, inhame e macaxeira; o que produz mandioca e milho simultaneamente – não se pode cultivar os dois juntos. Isso não é possível! Portanto, deve haver política para os sem-terra e para os pequenos e médios produtores deste País, senão será uma “quebradeira” geral. Sei que alguns não se incomodam com a crise, com o desemprego em massa, com a desestruturação de parques produtivos inteiros, pois suas “corriolas” estão empregadas – para o Nordeste, V. Ex<sup>a</sup> sabe o significado disso. Quando falo do Nordeste, o Senador

Osmar Dias briga e diz que no Sul e no Sudeste isso também ocorre. S. Ex<sup>a</sup> razão, mas é evidente a situação extremamente difícil por que passa o povo nordestino. Portanto, saúdo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o profundo diagnóstico da situação. Espero que possamos continuar essa luta. Vim à tribuna hoje, e V. Ex<sup>a</sup>, que está colaborando com meu discurso, poderá vir amanhã. Que todos os Senadores que se envolveram voltem a lutar por melhores condições de crédito para o pequeno e o médio agricultores. Dá pena, dó, piedade percorrer a nossa região e ver que, apesar de as condições oferecidas pela natureza serem propícias, o pequeno agricultor está sem condições de passar pela calçada do Banco do Nordeste ou do Banco do Brasil.

Muito obrigado.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (Sem Partido – AL) – E tem que correr do oficial de justiça.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– E ainda tem que correr do oficial de justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por cinco minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, é preciso desmistificar algumas questões que foram mencionadas.

Foi listada uma série de matérias: desde outubro, há um empréstimo para São Paulo; desde novembro, a Lei da Falência, etc. Mas não foi dito o principal: que existem, também, dez medidas provisórias na Casa, trancando a pauta, e, com certeza, nenhuma foi apresentada pela Oposição. Esta não foi a responsável pelo trancamento da pauta no Senado República. Como os temas foram tratados, parece que a Oposição está trabalhando no sentido de que os trabalhos legislativos não ocorram.

O Governo está mal, porque não tem governo. Se a Oposição fizer uma auto-crítica, poderá ser muito mais contundente do que é diante dos fatos graves que aí estão. Ora, aqui não se atacou a honra de ninguém; nunca se atribuiu a algum membro do Governo, que não ao Sr. Waldomiro Diniz, os fatos que aconteceram. O que a Oposição quer é que eles sejam apurados. Eles precisam ser apurados. Essa é a melhor forma de acabar com a possibilidade futura de insinuação.

Agora, vejam as notícias de hoje: mais uma pesquisa revela a queda de popularidade do Governo Lula. O Governo comemora o fato de que 52,5% não conhecem o caso Waldomiro Diniz. Isso não é para comemorar; ao contrário, deve ser motivo de maior preocupação, porque os índices que o Governo tem hoje são de final de mandato. Isso é extremamente

preocupante até para a Oposição, responsável como é a Oposição brasileira.

O Governo anuncia uma enorme solidariedade ao Governo nas faixas C, D e E, mas não houve ainda a capilaridade da chegada da informação. Essa pesquisa revela que o Governo tem mais espaço para cair. Qualquer cientista social, qualquer cientista político que saiba interpretar uma pesquisa chegará à conclusão de que, se 52,5% ainda não tomaram conhecimento das nuances do caso Waldomiro Diniz, é porque esse assunto ainda não chegou a toda a população brasileira. Mas é assim mesmo em qualquer pesquisa: primeiro, perde-se a classe média; depois, perde-se o resto, e é isso o que está ocorrendo com o Governo.

Voltarei a insistir esta semana com o Senado Federal: é preciso fazer a CPI do Waldomiro. E vou-me basear no noticiário de hoje. Da Oposição? Não. Da Advocacia-Geral da União, que entrou com uma ação contra a greve dos policiais federais. Ao propor a ação contra a greve dos agentes da Polícia Federal, escreve, no item 14 da página 9 da petição inicial da ação, que, “entre as investigações prejudicadas pela greve, estão as referentes ao caso do ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz”. É a Oposição que está dizendo isso? Não. É o Governo, é a Advocacia-Geral da União, que está dando um documento para a Oposição de que as investigações estão paralisadas. Daí a necessidade de se fazer a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, o Governo é um só. Não podemos relacionar-nos com um Governo se existe um Governo no Palácio do Planalto para se relacionar com o Senado e outro para se relacionar com a Câmara dos Deputados.

Digo isso porque foi feito um acordo com o Senado da República no sentido de que votássemos a PEC paralela. Não tenho problema de consciência, porque não votei para taxar os aposentados e pensionistas do Brasil. Eu sabia que aquela PEC paralela era algo para ir às calendas gregas. Adverti, da tribuna do Senado, que não deveríamos coonestar com aquela constitucionalidade! Mas várias situações foram colocadas aqui. Foi feito um acordo do Governo, da Base do Senado, segundo o qual a PEC paralela seria votada até janeiro na Câmara dos Deputados, na convocação extraordinária.

Estamos indo para abril, e, ontem, conhecemos o parecer do Relator, que mudou alguns aspectos da PEC paralela. Não vou entrar no mérito de que se está mudando para melhor ou para pior – pode até ser para melhor –, mas o correto, para honrar o acordo, seria fazer uma nova PEC. Ou a palavra do Governo não vale

nada aqui? Seria aprovada a PEC do Senado, e o que houvesse em termos de mudança formaria uma nova PEC para vir ao Senado e voltar à Câmara. Foi feito um acordo. A Base do Governo na Câmara não honra o acordo fechado pelo Governo no Senado. Então, esse Governo é um erro de português: o Governo não “é”, o Governo “são”. Há um Governo para o Senado e outro para a Câmara.

Proponho uma ação parlamentar nossa, porque, no dia 17 de dezembro de 2003, quando discutíamos aqui a PEC paralela, dizia o Senador Paulo Paim:

Estou prevendo que a convocação seja feita a partir do dia 10 ou 15 de janeiro. Então, trabalharíamos de 10 de janeiro a 10 de fevereiro, período em que votaríamos e aprovaríamos a PEC paralela, para alegria dos servidores (...) Dizem-me aqui os meus Senadores: insista firmemente, exija a votação no mês de janeiro. E é isso que estamos fazendo aqui (...) Meu discurso é também um apelo ao Executivo para que este convoque o Congresso.

De tudo isso, somente a convocação ocorreu. A PEC paralela, que era a origem e o motivo da convocação, não foi votada.

Trago, também, as palavras do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, que fazia um alerta ao Governo e ao Senado, naquela mesma data. Dizia o Senador Renan:

Se for necessário estender a autoconvocação, que se estenda; se for necessário convocar o Congresso Nacional, que se convoque o Congresso. O que não pode acontecer, Sr. Presidente, é que tudo o que se fez aqui seja desperdiçado, com uma tramitação demorada da chamada PEC paralela. O País não entenderia isso. O compromisso que assumimos seria absolutamente desrespeitado. Ninguém levaria mais nenhum compromisso nosso em consideração.

Não sou eu que estou dizendo, é o Senador Renan Calheiros, Líder da Bancada Majoritária do Senado. E é verdade! Ninguém pode levar mais nada em consideração, porque não há seriedade no trato com o Parlamento por parte do Governo brasileiro. O País não está entendendo. O Senado está entendendo menos ainda. O Líder Renan Calheiros também deve estar entendendo menos ainda!

No dia 21 de janeiro, o Senador Pedro Simon, confiando na rápida aprovação da PEC paralela, disse desta tribuna:

Assumi, realmente, o compromisso. Com a palavra do Líder do Governo, com a palavra do Líder do PT, com a manifestação do Senador Paulo Paim no sentido de que o Presidente da República lhe assegurou a aprovação da PEC paralela, eu estou absolutamente tranquilo de que ela será aprovada.

Não sei, não ouvi as palavras do Senador José Dirceu. Não tenho essa idéia, mas tenho o compromisso, a certeza absoluta de que a PEC paralela será aprovada.

Entendo até uma certa ciumeira da Câmara, mas desnecessária. E fica mal para aquela Casa essa posição. Foram tantas as vezes em que a Câmara votou e nós assinamos embaixo que, de repente, a Câmara não pode sentir-se ofendida pelo fato de o Senador apresentar uma proposta diferente. A Câmara não pode sentir-se humilhada.

Lembro-me de uma frase do Senador Pedro Simon que não consta aqui: "Ou é isso ou o Governo vai-nos dar um passa-moleques". É, no mínimo, uma desconsideração muito próxima da questão do passa-moleques.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena, mas peço a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve, para que eu possa concluir o pronunciamento.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (Sem Partido – AL) Senador Antero Paes de Barros, saúdo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento. Evidentemente, não acredito que alguns estavam inocentes nessa história suja. Não acredito na inocência de alguns. Certamente, alguns acreditaram nela e disponibilizaram palavras e gestos em relação ao fato. Não acredito em inocência, até porque aqui o mais besta não anda, mas, efetivamente, voa. Então, não acredito nessa história de que é acordo de Governo, mas depois não se cumpre lá. Sinceramente, penso que é tudo marola. Prova disso é que assumiram o compromisso em relação ao subteto e depois passaram por cima. V. Ex<sup>a</sup>, eu e o Senador Romeu Tuma estivemos em um ato com as donas de casa para viabilizar o mecanismo de aposentadoria. Apresentei uma emenda, que não foi aceita, para que as donas-de-casa pudessem ter acesso à aposentadoria. A PEC paralela, já dizíamos, não incluía nenhum pleito dos filhos da pobreza, nem combatia privilégios. Depois que aprovou a farsa da reforma previdenciária porque reforma previdenciária de fato não foi, já jogou na lama da especulação a poupança dos trabalhadores do setor público e possibilitou que as seguradoras privadas tivessem um aumento de lucro de mais de 80%, só com o anúncio da reforma. Portanto, saúdo V. Ex<sup>a</sup> e espero que a Câmara faça o que deve fazer. Porém, sinceramente, não acredito em inocência nessa história, com exceção, muito pequeninha, de alguns. Acho que é tudo "acórdão" com o Governo. Duvido que, se não fosse acordado com o Governo, a Câmara fizesse o que está fazendo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB MT) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que tudo isso é lamentável, é vergonhoso, o Senado não merece esse descrédito.

Lembro-me de que a Senadora do meu Estado, Serys Slhessarenko, não queria votar aquela reforma. S. Ex<sup>a</sup> chorou da tribuna e disse que votaria, porque acreditava na votação da PEC paralela.

Amanhã, na reunião de Bancada do meu Partido, vou propor que seja estabelecido o seguinte comportamento no PSDB: não temos número suficiente para parar as votações do Senado, mas podemos entrar em obstrução. Convidarei os Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, a Senadora Serys Slhessarenko e tantos quantos se manifestaram naquela sessão para que entremos em obstrução, até que a Câmara honre o acordo feito pelo Governo com o Senado da República. Será uma obstrução absolutamente legítima por parte da Bancada de Oposição no Senado. Isso e mais as medidas provisórias é que vão trancar a pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antero Paes de Barros, assim como V. Ex<sup>a</sup>, eu também não tenho dor de consciência, só de coração, pelo sofrimento das várias pessoas que têm essa expectativa. Continuo recebendo e-mails e mensagens consultando-nos sobre o porquê de, até agora, não ter sido votada essa PEC paralela.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Valmir Amaral enviaram discursos à mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup>s serão atendidos.

**O SR ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula fez recentemente distribuir ao cidadão comum uma publicação de substancial interesse para a sociedade brasileira. Trata-se de um breve compêndio intitulado *A Mudança Já Começou: Realizações do Governo Federal – 2003*, de cujo sumário extraio apenas o capítulo referente às "Reformas Estruturais" para desenvolver, neste instante, uma sucinta análise.

Ao destinar à Reforma Tributária espaço inicial de exposição, o mencionado capítulo registra que a simplificação e a racionalização do Sistema Tributário Nacional constituem meta inarredável do Governo, para cujo fim um amplo debate social no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social se fez imprescindível. Na elaboração da proposta, os principais objetivos se fixaram no aumento da eficiência econômica e no aumento da justiça social.

O dispositivo mais crucial da Reforma Tributária é, sem dúvida, a reformulação do ICMS, cuja estrutura atual induz a uma série de distorções da atividade econômica. Tal imposto estadual passará a ter uma legislação única, dispondo de um máximo de cinco alíquotas diferentes. Desse modo, propiciará o fim da competição predatória entre os estados e o fechamento de brechas que viabilizam a evasão fiscal. Além disso, fica constitucionalizada a desoneração das exportações, assegurando-se o aproveitamento ou a manutenção integral dos créditos relativos aos insumos dos produtos exportados.

Mais que isso, a proposta estabelece o princípio da não-cumulatividade das contribuições sobre o faturamento, eliminando os perversos efeitos da incidência em cascata. A reforma define ainda a isonomia entre os produtos nacionais e os importados na incidência destas contribuições, eliminando outra significativa distorção de nosso sistema.

Além do incentivo ao investimento produtivo, por meio da redução do IPI, uma outra medida de grande impacto será a diminuição da carga tributária da população de menor renda, mediante redução dos impostos sobre os bens de consumo popular. Por fim, também está contemplada na Reforma a criação de programa de renda mínima, destinado a assegurar a subsistência e manter a dignidade das famílias de baixa renda.

A segunda e última parte do capítulo aborda a questão da Reforma da Previdência, ressaltando sua aprovação final no Congresso Nacional em dezembro de 2003. Fruto de uma ampla e democrática discussão com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com sindicalistas, governadores e prefeitos, o texto final configurou vitória ímpar do Governo, convertendo o sistema de aposentadorias e pensões em modelo mais justo, ao reduzir as desigualdades entre aposentados do serviço público e aposentados do INSS.

Na verdade, a Reforma da Previdência buscou, em toda sua trajetória processual, a solução estrutural dos problemas enfrentados no regime previdenciário atual, garantindo não somente a proteção social de hoje, mas também a do futuro. Há de se admitir que, na condição de proposta, sua tramitação no Congresso Nacional ocorreu em tempo recorde, graças à sensibilidade de deputados e senadores, ao empenho do Governo Lula e dos governadores nessa questão e, por fim, ao apoio da opinião pública.

Para encerrar, reitero minha satisfação em receber cópia de tão instigante publicação, na convicção de que o Governo Federal cumpre com seu dever público, prestando contas de sua atuação administrativa

e política no ano de 2003. Congratulações ao Governo; congratulações ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no dia 27 de março comemora-se o Dia do Circo. Escolheu-se, para homenagear aqueles que se dedicam às atividades circenses, a data de nascimento de um dos mais importantes palhaços brasileiros de todos os tempos, o Piolin. Seu nome era Abelardo Pinto e ele nasceu em 1897, em Ribeirão Preto, São Paulo.

Piolin – esse mestre da alegria, sempre lembrado quando se fala da história do circo no País – foi saudado pelo então presidente Washington Luís, em 1922, e teve o reconhecimento dos intelectuais que participaram da Semana de Arte Moderna como representante da autêntica arte popular brasileira. Nasceu no Circo Americano, que, mais tarde, veio a herdar de seu pai. Como Piolin tornou-se a figura central do espetáculo, o circo foi rebatizado com seu nome e o famoso palhaço, juntamente com filhos e sobrinhos, permaneceu instalado por mais de 30 anos no Largo do Paissandu, em São Paulo.

Sr. Presidente, é preciso lembrar, também, nesta homenagem, de outros palhaços que estão entre nossas mais caras lembranças de infância, como Carequinha, Benjamin de Oliveira – o primeiro grande palhaço negro do Brasil –, Torresmo e Arrelia. A todos eles devemos muito, pelas emoções que proporcionaram ao povo brasileiro e, principalmente, pelo esforço de preservação de uma manifestação cultural que corre o risco de desaparecimento frente à pressão exercida pelos meios de comunicação de massa.

Essas figuras de colarinho alto, nariz de bola e cara pintada, são insuperáveis na arte de entreter e fazer rir. Temos que admirar a audácia dos trapezistas, a habilidade dos malabaristas, a coragem dos domadores de animais ferozes, mas os palhaços representam, definitivamente, a alma do circo.

Sr. Presidente, Srs Senadoras e Srs. Senadores, existem atualmente mais de dois mil circos no Brasil. Cerca de 80 deles são circos de grande e médio porte, contando com trapézios, animais e atrações variadas. Estima-se que o público que freqüenta esses espetáculos chegue a 25 milhões de pessoas. No circo, expressa-se a diversidade cultural e a criatividade do brasileiro. Por isso, os circos pequenos, que circulam pelas cidades do interior, são tão importantes para nossa cultura.

A falta de equipamentos é compensada pela dedicação dos artistas e demais profissionais do circo. E, principalmente, pela capacidade de criar espetáculos ao mesmo tempo simples e emocionantes, porque calam fundo na alma popular. Expressam aquilo que há de essencial em nossa identidade nacional: nossa capacidade de lidar com as dificuldades com coragem, sem perder o espírito festivo e a descontração.

Atualmente, em diversas cidades brasileiras existem projetos culturais relacionados às atividades do circo, como a Escola Nacional de Circo, sediada no Rio de Janeiro. Essa instituição, mantida pelo Ministério da Cultura, cumpre a importante função de disseminar os saberes próprios dessas atividades que, antes, encontravam-se restritas às famílias de artistas dedicadas ao circo.

É preciso incentivar a multiplicação de iniciativas dessa natureza, Sr. Presidente, que promovem atividades culturais, capazes de resgatar importantes valores e saberes populares e trazer alegria para todos.

Piolin faleceu em 1973. Infelizmente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, no final de sua vida, não teve o reconhecimento que merecia e passou seus últimos dias na miséria. Apesar de todas as dificuldades que enfrentou, nunca abandonou a atividade circense. Seu exemplo de dedicação à arte popular permanece, entre nós, como estímulo para que lutemos pelo aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a preservação das manifestações genuínas da cultura do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003)  
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 155, de 2003, que dispõe sobre a criação de

carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

Relator revisor: José Jorge (MINORIA/PFL-PE)

– 2 –

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 156, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 156, de 2003, que altera o **caput** do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFAE.

Relator revisor: Paulo Octávio (MINORIA/PFL-DF)

– 3 –

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 157, de 2003, que altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Relator revisor: Renan Calheiros (PMDB-AL)

– 4 –

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 17, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 158, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 158, de 2003, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Eduardo Suplicy (BLOCO/PT-SP)

– 5 –

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 159, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 159, de 2003, que autoriza o Poder Executivo

*a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.*

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra (MINISTÉRIO/PSDB-PE)

– 6 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 18, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 160, de 2003)

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 160, de 2003, que dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Flávio Arns (BLOCO/PT-PR)

– 7 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004)

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2003, que acresce os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências.

Relator revisor: Senador João Alberto Souza (PMDB/MA)

– 8 –

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162, DE 2003

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)

– 9 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2003, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor:

– 10 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2003, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 01 minuto.)*

#### ATA DA 15ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE MARÇO DE 2004

(Publicada no Diário Oficial do Senado Federal nº 35, de 13 de março de 2004)

#### RETIFICAÇÃO

1) À pagina nº 06823, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 207, de 2004,

**Onde se lê:**

**“PARECER Nº 201, DE 2004**

**Leia-se:**

**“PARECER Nº 207, DE 2004**

Março de 2004

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 30 08683

**ATA DA 18<sup>a</sup> SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,  
EM 17 DE MARÇO DE 2004**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**  
nº 38, de 18 de março de 2004,

**Leia-se:**

**"PARECER Nº 278, DE 2004"**

**Onde se Lê:**

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

**"PARECER Nº 278, DE 2004"**

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Marco Maciel

Relator: Marco Maciel

Relator **ad hoc**: Marco Maciel"

Relator **ad hoc**: Senador Jonas Pinheiro."

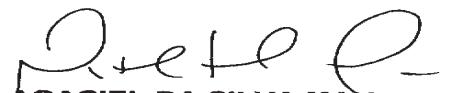
**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 491 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **Leonardo Henrique Mundim Moraes Oliveira**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 25 de março de 2004.



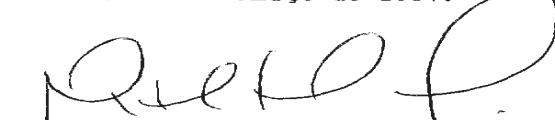
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 492 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003465/04-7,

RESOLVE dispensar a servidora **ÉGLI LUCENA HEUSI MOREIRA**, matrícula 3666, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, a partir de 15 de março de 2004.

Senado Federal, 26 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 493 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003585/04-2,

RESOLVE designar o servidor KLEBER ALCOFORADO LACERDA, matrícula 1752, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Anais, a partir de 17 de março de 2004.

Senado Federal, 26 de março de 2004.



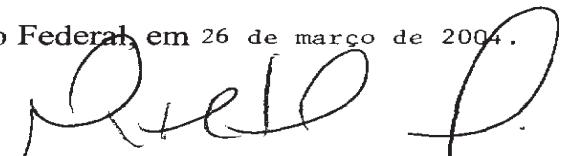
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 494 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.839/04-4,

**R E S O L V E** exonerar **GERMANO MARINO**, matrícula n.º 33.803, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Sibá Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



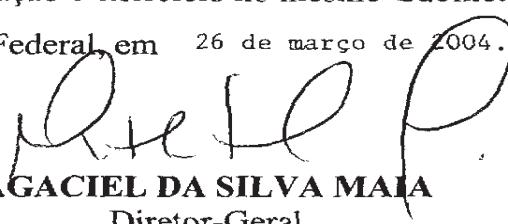
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 495 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.841/04-9,

**R E S O L V E** exonerar **TÂNIA DA ROCHA DOMICIANO**, matrícula n.º 34.037, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Síbá Machado e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



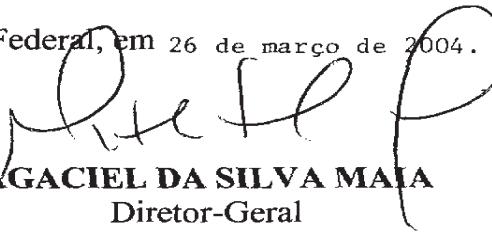
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 496 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003867/04-8,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EMA LAURINDA SPEGIORIN SILVEIRA**, matrícula n.º 34.371, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



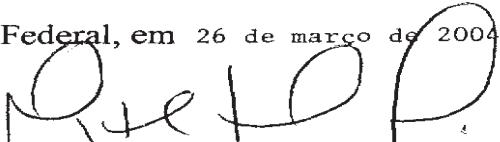
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 497 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003844/04-8,

**R E S O L V E** exonerar **ANTÔNIO DE CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR**, matrícula n.º 34.284, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Sibá Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.

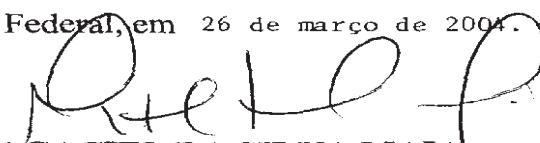
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 498 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003840/04-2,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SUELI APARECIDA BELLATO**, matrícula n.º 33.220, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 23/03/2004.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 499 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003799/04-2,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCA IVANA AGUIAR SANTOS**, matrícula n.º 33625, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

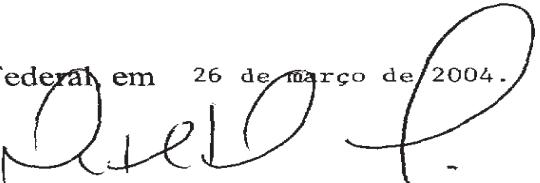
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 500 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003129/04-7,

**R E S O L V E** exonerar **MARCELO ALVARES SIMÕES**, matrícula n.º 31924, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Elifas e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

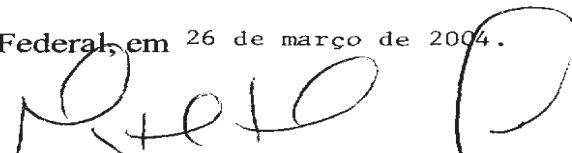
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 501 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003808/04-1,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVANA ALBUQUERQUE FREIRE DE ANDRADE**, matrícula n.º 35079, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

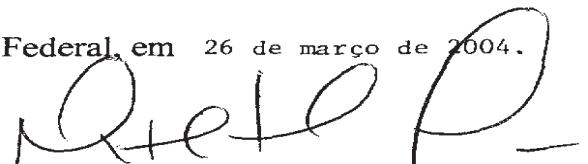
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 502 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003808/04-1,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO OLAVO DA COSTA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

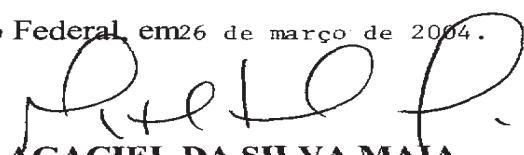
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 503, DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003879/04-6,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA CLARA PEREIRA CORDEIRO**, matrícula n.º 34.878, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



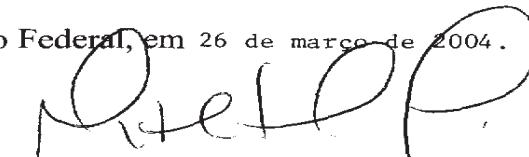
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 504, DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.879/04-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DIEGO VELOSO FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.



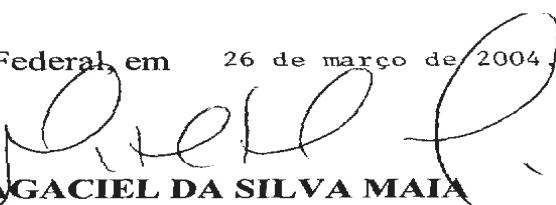
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 505 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003226/04-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALICE PESSOA DE ABREU** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.

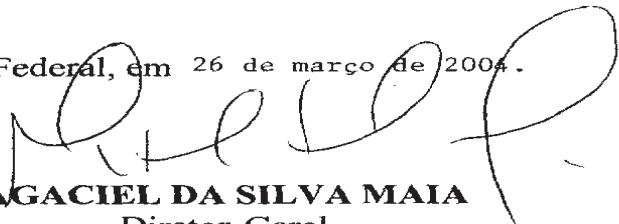
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 506 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003471/04-7**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURA LUCIANE C. DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 26 de março de 2004.

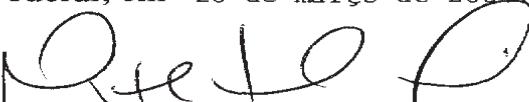
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 507 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.842/04-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ROSILENE DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 26 de março de 2004

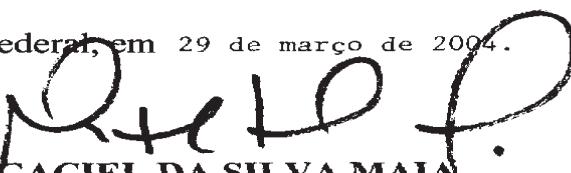
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 508 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003885/04-6**,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LIZEU MAZZIONI**, matrícula n.º 33556, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 31 de março de 2004.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 509 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003947/04-1,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROBERT PAULO PAES LANDIM**, matrícula n.º 33135, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



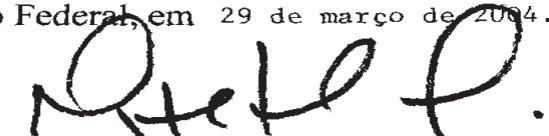
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 510 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.916/04-9,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GERALDO CISNEIROS DE ALBUQUERQUE FILHO**, matrícula n.º 33.074, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 511 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.917/04-5,

**R E S O L V E** exonerar **ANA ELIZABETH LOYO GRADO**, matrícula n.º 32.773, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

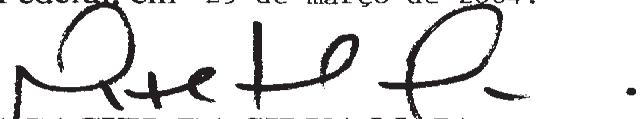
  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 512 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003925/04-8,

**R E S O L V E** exonerar **MABILI JUNG FRIGI**, matrícula n.º 35109, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

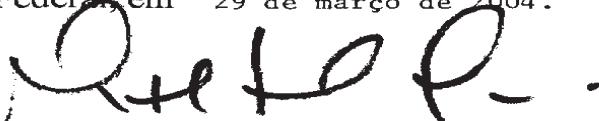
  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 513 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003923/04-5,

**R E S O L V E** exonerar **CRISTIANE SILVA MAGALHÃES**, matrícula n.º 34751, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



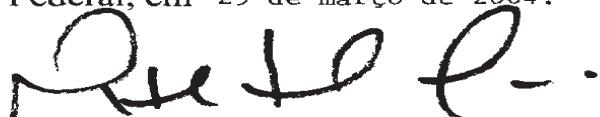
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 514 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003922/04-9,

**R E S O L V E** exonerar **ELIANE FOGAÇA MENEGHETTI**, matrícula n.º 33828, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Paulo Paim e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



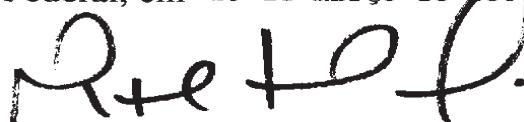
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 515 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003924/04-1,

**R E S O L V E** exonerar **JOSÉ ROBERTO SILVEIRA**, matrícula n.º 33472, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Paulo Paim e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 516 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003927/04-0,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GLACI LAURA DA SILVA**, matrícula n.º 33821, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.<sup>o</sup> 517 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.<sup>º</sup>, da Resolução do Senado Federal n.<sup>o</sup> 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.<sup>o</sup> 003926/04-4,

**R E S O L V E** exonerar **VINICIUS MARTINS LEAL**, matrícula n.<sup>o</sup> 35012, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9<sup>º</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.<sup>o</sup> 518 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.<sup>º</sup>, da Resolução do Senado Federal n.<sup>o</sup> 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.<sup>o</sup> 003930/04-1,

**R E S O L V E** exonerar **ONY TEREZINHA PEREIRA DA SILVA**, matrícula n.<sup>o</sup> 33742, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9<sup>º</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

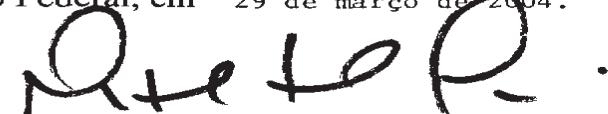
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 519 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003929/04-3,

**R E S O L V E** exonerar **MARCOS ALVES GADELHA**, matrícula n.º 34619, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

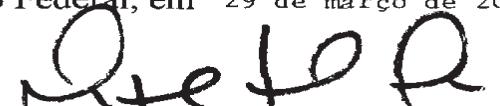
  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 520 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003932/04-4,

**R E S O L V E** exonerar **MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO SANTOS**, matrícula n.º 34753, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

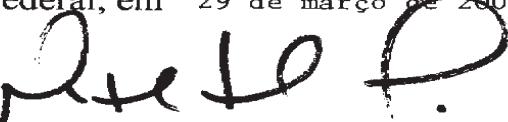
  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 521 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003931/04-8,

**R E S O L V E** exonerar **VALTER DE OLIVEIRA JÚNIOR**, matrícula n.º 34752, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



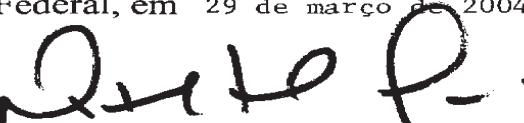
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 522 , DE 2004

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003933/04-0,

**R E S O L V E** exonerar **ROSELAINE DE LIMA POLIDORO**, matrícula n.º 33756, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Paulo Paim e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



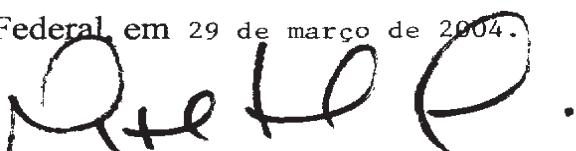
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 523 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003972/04-6,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLÉRIA AUGUSTA DOS SANTOS**, matrícula n.º 34463, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal em 29 de março de 2004.



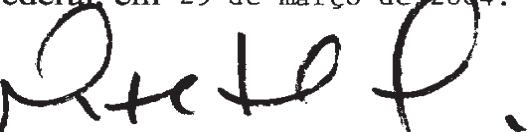
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 524 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003972/04-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSE ANE CASTILHO DA SILVEIRA FURTADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal em 29 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 525 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003948/04-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LÊDA CAVALCANTE PAES LANDIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 526 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.921/04-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JOSÉ DE MENEZES AGUIAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 527 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003928/04-7**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FAYGA CRUZ SOARES PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

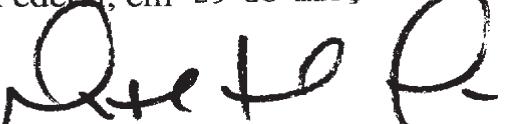
  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 528 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003934/04-7**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELISEU FOGAÇA MENEGHETTI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 529 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001944/04-5,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 255, de 2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2942, de 18/02/2004, que nomeou **NAJOSENO LIMONTA SOARES LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 29 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 530 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003721/04-3,

RESOLVE dispensar o servidor MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA, matrícula 0238, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, a partir de 19 de março de 2004, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 29 de março de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## **COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52<sup>a</sup> LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
César Borges	PTB	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
Marcelo Crivella	PFL	<b>SANTA CATARINA</b>
Sérgio Cabral	PT	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>	PSDB	Ideli Salvatti
João Alberto Souza	PMDB	Leonel Pavan
Edison Lobão	PSDB	<b>ALAGOAS</b>
Roseana Sarney	PMDB	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>	PSDB	Renan Calheiros
Luiz Otávio	PFL	Teotônio Vilela Filho
Ana Júlia Carepa	PDT	<b>SERGIPE</b>
Duciomar Costa	PSB	Maria do Carmo Alves
<b>PERNAMBUCO</b>	PMDB	Almeida Lima
José Jorge	PSDB	Antonio Carlos Valadares
Marco Maciel	PFL	<b>AMAZONAS</b>
Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
Eduardo Suplicy	PSB	Jefferson Peres
Aloizio Mercadante	PDT	<b>PARANÁ</b>
Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
Eduardo Azeredo	PT	<b>ACRE</b>
Hélio Costa	PSB	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>	PT	Geraldo Mesquita Júnior
Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
Demóstenes Torres	PDT	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
Lúcia Vânia	PT	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>	PMDB	Delcídio Amaral
Antero Paes de Barros	PDT	Ramez Tebet
Jonas Pinheiro	PMDB	<b>DISTRITO FEDERAL</b>
Serys Slhessarenko	PMD	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
Paulo Paim	PSDB	<b>TOCANTINS</b>
Sérgio Zambiasi	PFL	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>	PFL	João Ribeiro
Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Patrícia Saboya Gomes	PSB	<b>AMAPÁ</b>
Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>	PMDB	João Capiberibe
Ney Suassuna	PT	Papaléo Paes
Efraim Morais	PT	<b>RONDÔNIA</b>
José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	- Fátima Cleide
João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
Gerson Camata	PPS	<b>RORAIMA</b>
Magno Malta	PDT	- Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUÍ</b>	PMDB	- Augusto Botelho
Alberto Silva	PPS	- Romero Jucá

## **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

### **1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)  
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

## **1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

### **TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

## **1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO**

### **TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)  
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

\*\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO  
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA  
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)  
Relator: Senador Ney Suassuna**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
<b>PDT - PPS</b>	
(vago)	(vago)

\*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)**  
**Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1.Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(29 titulares e 29 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO  
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)  
**Vice-Presidente:** Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)  
**Relatora:** Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

\*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

**Vice-Presidente:** (vago)

**Relator:** Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

\* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS  
DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senador Flávio Arns (PT-PR)  
**Vice-Presidente:** Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)  
**Relator:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

\*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS  
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E  
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS  
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senador Tasso Jereissati

**Vice-Presidente:** Pedro Simon

**Relator Geral:** Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente:** Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)  
**Vice-Presidente:** (vago)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

\*\*\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**  
**PERMANENTE**  
**9 (nove) titulares**  
**9 (nove) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	

\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS  
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

\* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Efraim Moraes	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
 Telefone 3111856 Fax: 3114646  
 E - Mail: mariadul@senado.br

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)  
**Vice-Presidente:** Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**  
**7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Marcelo Crivella**  
**Vice-Presidente: Senador João Capiberibe**  
**Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

\*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Jefferson Péres**  
**Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente  
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

### COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999 4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA<sup>13</sup>

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES<sup>2</sup>

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago) <sup>10</sup>	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL</b> <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
<b>PT</b> <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>	DF	2285	3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB</b> <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b> <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
<b>PSB<sup>1</sup>, PL<sup>1</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

## **CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

(Resolução nº 17, de 1993)

### **COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>2</sup>	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1<sup>a</sup> Designação: 16.11.1995

2<sup>a</sup> Designação: 30.06.1999

3<sup>a</sup> Designação: 27.06.2001

4<sup>a</sup> Designação: 25.09.2003

## COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo <sup>1</sup>	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres <sup>1</sup>	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001**

## **COMPOSIÇÃO**

**1<sup>a</sup> Designação Geral** : 03.12.2001

**2<sup>a</sup> Designação Geral**: 26.02.2003

<b>Presidente:</b> Senadora Serys Slhessarenko <sup>4</sup>
<b>Vice-Presidente:</b> Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>4</sup>
<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes <sup>8</sup>
<b>PFL</b> <sup>6</sup>
Senadora Roseana Sarney (MA) <sup>1</sup>
<b>PT</b> <sup>5</sup>
Senadora Serys Slhessarenko (MT) <sup>1</sup>
<b>PSDB</b> <sup>6</sup>
Senadora Lúcia Vânia (GO) <sup>1</sup>
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR) <sup>3</sup>
<b>PTB</b> <sup>5</sup>
Senador Sérgio Zambiasi (RS) <sup>7-9</sup>
<b>PSB</b> <sup>5</sup>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) <sup>2</sup>
<b>PL</b> <sup>5</sup>
Senador Magno Malta (ES) <sup>1</sup>
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) <sup>1</sup>

Atualizada em 19.01.2004

### **Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

<sup>9</sup> Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b>2º SECRETARIO</b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b>2º SECRETARIO</b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Tião Viana (PT/AC)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) <sup>3</sup>	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

**Notas:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

<sup>3</sup> Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**Representação Brasileira**

**COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPILY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÉ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
<b>SENADORES</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) <sup>(11)</sup>
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) <sup>(10)</sup>	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) <sup>(10)</sup>
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(10)</sup> Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(11)</sup> Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY<sup>1</sup>**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador TIÃO VIANA (PT <sup>2</sup> - AC) <sup>4</sup>
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador EDUARDO SUPLICY (PT <sup>2</sup> - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>4</sup> Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

<b>Assinatura DCD ou DSF s/o porte</b>	<b>R\$ 31,00</b>
<b>Porte de Correio</b>	<b>R\$ 96,00</b>
<b>Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)</b>	<b>R\$ 127,60</b>
<b>Valor do número avulso</b>	<b>R\$ 0,30</b>
<b>Porte avulso</b>	<b>R\$ 0,80</b>

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

<b>Assinatura DCD ou DSF s/o porte</b>	<b>R\$ 62,00</b>
<b>Porte de Correio</b>	<b>R\$ 193,00</b>
<b>Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)</b>	<b>R\$ 255,20</b>
<b>Valor do número avulso</b>	<b>R\$ 0,30</b>
<b>Porte avulso</b>	<b>R\$ 0,80</b>

**Ug 020055**

**Gestão 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

<b>Subsecretaria de Edições Técnicas</b>	<b>02005500001001-0</b>
<b>Assinaturas DCN</b>	<b>02005500001002-9</b>
<b>Venda de Editais</b>	<b>02005500001003-7</b>
<b>Orçamento/Cobrança</b>	<b>02005500001004-5</b>
<b>Aparas de Papel</b>	<b>02005500001005-3</b>
<b>Leilão</b>	<b>02005500001006-1</b>
<b>Aluguéis</b>	<b>02005500001007-X</b>
<b>Cópias Reprográficas</b>	<b>02005500001008-8</b>

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49**

**Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN**

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



**EDIÇÃO DE HOJE: 110 PÁGINAS**